



R.E.A.C.

ISSN 1983-7615

REVISTA ELETRÔNICA

ANTIGUIDADE
CLÁSSICA



VOLUME 7

EXPEDIENTE

Direção

Katia Teonia Costa de Azevedo

Leandro Hecko

Conselho Consultivo

Ciro Flamarion Santana Cardoso (UFF)

Nuno Manuel Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa)

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Conselho Editorial

Alexandre dos Santos Rosa (PPGLC/UFRJ)

Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ)

Amós da Silva Coêlho (UERJ)

Ana Lúcia Silveira Cerqueira (UFF)

Anderson de Araujo Esteves (UFRJ)

Breno Battistin Sebastiani (USP)

Cláudia Beltrão da Rosa (UNIRIO)

Edna Ribeiro de Paiva (UFF)

Elaine Cristina Prado (Mackenzie/SP)

Fábio Frohwein (IMS)

Laura Rosane Quednau (UFRGS)

Lívia Lindoia Paes Barreto (UFF)

Márcio dos Santos Gomes (UEPB)

Renata Cerqueira Barbosa (UNICAMP)

Revisor

Katia Teonia Costa de Azevedo

Web Designer

Marcos Hecko

Agosto 2011 Nº 7

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização prévia e escrita. Todas as informações e opiniões são de responsabilidade dos respectivos autores, não refletindo a opinião da R.E.A.C..

AGRADECIMENTOS

Amós da Silva Coêlho, Anderson de Araujo Esteves, Alex Sander Lopa de Carvalho, Breno Battistin Sebastiani, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Cláudia Beltrão da Rosa, Edna Ribeiro de Paiva, Elaine Cristina Prado, Laura Rosane Quednau, Márcio dos Santos Gomes, Pedro Paulo Abreu Funari, Nuno Manuel Simões Rodrigues, Renata Cerqueira Barbosa.

SUMÁRIO

EXPEDIENTE	02
AGRADECIMENTOS	03
ARTIGOS	
A atualidade dos estudos de Varrão	
<i>Amós Coêlho da Silva</i>	06
Cultura e poder em Roma: o modelo da antiguidade tardia	
<i>Cláudio Umpierre Carlan e Lalaine Rabelo</i>	15
O fio de Ariadne e o touro do Ida	
<i>Flávia Regina Marquetti</i>	32
Os feiticeiros e a cena do poço: ensaio sobre a religiosidade no Paleolítico	
<i>Flávia Regina Marquetti e Pedro Paulo Abreu Funari</i>	49
A fábula e a sala de aula: notas sobre a Recuperação de 42 dias de 2008, promovida pela SEE/SP	
<i>Francisco Diniz Teixeira e Paula Cristiane Ito</i>	59
O imperialismo romano e as especificidades da Judeia: um quadro teórico-conceitual	
<i>Jorwan Gama</i>	73
O modelo de análise Palavra & Paradigma na <i>Institutio</i> de Prisciano: uma resposta à crítica de Taylor (2007)	
<i>Luana de Conto</i>	87

O imperialismo ateniense durante a Guerra do Peloponeso: uma discussão historiográfica
Lucas Pereira Antunes 102

Existiu um edito de Galieno?
Moisés Antqueira 121

ENSAIO

Ensaio sobre a retórica, a argumentação e a historiografia antiga
Pedro Paulo A. Funari 140

AUTORES 150

CONTENTS

EDITORIAL BOARD	02
ACKNOWLEDGMENT	03
ARTICLES	
References to the present in the studies on Varro <i>Amós Coêlho da Silva</i>	06
Culture and power in Rome: the model of the Late Antiquity <i>Cláudio Umpierre Carlan e Lalaine Rabelo</i>	15
The wire of Ariadne and the bull of Ida <i>Flávia Regina Marquetti</i>	32
Witches and the cave scene: essay on religiosity in the Paleolithic <i>Flávia Regina Marquetti e Pedro Paulo Abreu Funari</i>	49
The Fables and the classroom <i>Francisco Diniz Teixeira e Paula Cristiane</i>	59
Roman imperialism and Judea's specificities: the theoretical-conceptual frame <i>Jorwan Gama</i>	73
The Word and Paradigm model of analysis in Priscian's <i>Institutio</i> : an answer to Taylor's (2007) criticism <i>Luana de Conto</i>	87
Athenian Imperialism during the Peloponnesian War: a historiographical discussion <i>Lucas Pereira Antunes</i>	102

Was there an edict of Gallienus?	
Moisés Antikeira	121

ESSAY

Essay on rhetoric, argumentation and ancient historiography	
<i>Pedro Paulo A. Funari</i>	140

AUTHORS	150
---------------	-----

A ATUALIDADE DOS ESTUDOS DE VARRÃO

Amós Coêlho da Silva

RESUMO

Os modelos gregos dos estudos gramaticais. Sucessivamente, Platão, Aristóteles e os Sofistas começam a se interessar. Platão, no *Crátilo*, nos apresenta as origens da linguagem, mas ele faz como uma querela: as palavras são de origem natural ou convencional. Os filósofos estóicos tomam parte no debate e afirmam a existência de uma regra na linguagem como na natureza ('phýsis'): os fenômenos gramaticais de "exceção". Para os eruditos alexandrinos, declinações e conjugações correspondem a modelos exemplares convencionais ('thésis'). Em Roma, como no mundo grego, a gramática se manifesta subordinada à filosofia, à crítica e à retórica. Varrão se documenta nas fontes gregas e trabalha com espírito enciclopédico. O trabalho filológico de Varrão é uma vasta investigação de especialista. As citações que as épocas seguintes fazem dele são muito numerosas. A importância da etimologia varroniana.

PALAVRAS-CHAVE

Tradição grega; filologia; etimologia; Varrão.

RÉSUMÉ

Les modèles grecques des études grammairiens. Tour à tour Platon, Aristote et les Sophistes commencent à s'intéresser. Platon, dans le *Cratyle*, nous présente des origines du langage, mais il en fait comme une querelle : les mots sont-ils d'origine naturelle ou conventionnelle. Les philosophes stoïciens prennent part au débat et affirment l'existence d'une règle dans le langage comme dans la nature (phýsis): les phénomènes grammaticaux d'"exception". Pour les érudits alexandrins, déclinaisons et conjugaisons répondent à des modèles-types conventionnels (thésis). A Rome, comme dans le monde grec, la grammaire paraît subordonnée à la philosophie, à la critique et à la rhétorique. Varron se documente aux sources grecques et il travaille avec esprit encyclopédique. Le travail philologique de Varron est une vaste enquête de spécialiste. Les citations que les époques suivantes font de lui sont beaucoup nombreuses. L'importance de l'étymologie varronienne.

MOTS-CLÉS

Tradition grecque; philologie; etymologie; Varron.

INTRODUÇÃO

A consagrada expressão horaciana nas Epístolas (2, 1, 156) é bem emblemática da posição dos romanos sobre os estudos gramaticais: *a Grécia dominada superou o seu feroz vencedor e introduziu no agreste Lácio as artes, Graecia capta ferum victorem cepit et artes / Intulit agresti Latio.*

Por isso, com Francesco Della Corte, tomaremos como textos de primeira investigação filológica na Hélade *Crátilo* e *Íon*, de Platão e *A Poética*, de Aristóteles, *i quali tuttavia più che di filologia si occuparono di etimologia l'uno e della condizione dei poeti, l'altro* (conforme sua nota 2 da página 15). Todavia, a iniciativa deu-se, conforme Cícero, *De Oratore* 3, XXXIV, na era de Pisístrato, século VI a. C., *qui primus Homeri libros confusos antea sic disposuisse dicitur ut nunc habemus, o qual, de modo pioneiro, afirma a tradição, organizou até então os esparsos livros de Homero assim como o temos nos dias de hoje.* Ou seja, a obra homérica sobreviveu em função dos cantos realizados nos palácios dos nobres gregos pelos aedos, que se utilizavam apenas de suas memórias.

Os resultados práticos e as teorias gramaticais, atrelados principalmente à filosofia, foram transportados para Roma, e daí para o Ocidente. Crates de Malos, séc. II a. C., durante um contato diplomático com o poder público romano, estendeu sua estada em Roma e passou o tempo livre realizando comunicações sobre temas filológicos. Como fosse ligado ao estoicismo, que é um elo platônico, ensinou princípios da linguagem como ‘phýsis’, natural. Pertencem aos estóicos abordagens como ocorrências onomatopaicas e o simbolismo sonoro; muito desse estudo passou a uma etimologia fantasiosa; no entanto, o que séculos mais tarde Ferdinand de Saussure tomaria como uma de suas dicotomias, *signifiant et signifié* (1916: PREMIÈRE PARTE – Principes Généraux. Chapitre I – Nature du signe linguistique), que os estóicos formalizaram como oposição entre forma e sentido. Estudaram, com especial atenção, a prosódia, a etimologia e as relações entre as palavras e o que elas significam. Quando os estóicos de Pérgamo, no século IV a. C., adotaram a anomalia como princípio lingüístico, partiram do ponto de vista que o surgimento da língua era natural, e não convencional, como era defendido pelo pensamento dos filólogos de Alexandria. Para estes, de influência

aristotélica, uma segunda escola gramatical, a língua é, por convenção de agrupamentos humanos, analogia, regularidade, proporção, enfim *ratio*, razão.

2. ETIMOLOGIA

Como Cícero, que deu nome a uma era na divisão dos períodos literários, se posicionou diante disso? Procurou de pronto no dicionário latino nomes que correspondessem aos gregos, rejeitando termos como ‘etymología’ e ‘sýmbolon’ e adotando em seu lugar *nota - sinal, marca* e *notatio - ação de marcar um sinal; observação, exame* – sendo que substituiu este último pelo neologismo *ueriloquium, dizer a verdade*, fundamentado na explicação popular sobre a palavra (*uerbum*), *daí uerbum boare, clamar a verdade* e correspondente exato do grego ‘étymon légein’, *dizer a verdade*. Podemos observar pelo comentário de Quintiliano (século I d.C.) que a fixação do termo etimologia seria inevitável: *‘Etymología’ quae uerborum originem inquirat, a Cicerone dicta est notatio, quia nomen eius apud Aristotelem inuenitur ‘sýmbolon’, quod est nota. Nam uerbum ex uerbo ductum, id est ueriloquium, ipse Cicero, qui finxit, reformidat. Sunt qui, uim potius intuiti, originationem uocent.*(1, 6, 28), *Etimologia, que investiga a origem das palavras, foi denominada por Cícero de notação, porque o nome dela encontra-se em Aristóteles como símbolo, que é marca ou sinal. A esse respeito, retirando uma palavra de outra, isto é, formando “ueriloquium”, a qual o próprio Cícero receia. Existem os que, antes por força de observação, a denominam “originationem”.*

A proposta platônica no *Crátilo* fora um exame etimológico, no seguinte sentido pontual: ‘étymos’ = verdadeiro; ‘-logos’ = palavra, discurso; sufixo ‘-ia’, direcionando o escopo de sua pesquisa para a filosofia, ou seja, uma busca da verdade. Como ar em grego tem a forma ‘aer’, foi relacionada a sua etimologia ao verbo levantar (em grego: ‘áirei’), Assim, (Sócrates afirma:) “o [’αήρ], Hermógenes, é denominado [’αήρ], por levantar [’αἰρεῖ] as coisas do chão, isto é, coincidindo as formas das palavras (410 b); a forma do nome ‘héros’ - [’ήρως], herói, foi ligada à de ‘éros’ – [’έρως], o amor, pois o herói seria filho do amor (398 b) – guiando-se unicamente pelas semelhança das formas. Para Platão, tirar algo da linguagem, observando a relação entre as palavras e as coisas, implica em falso e verdadeiro, porque (NEVES, 1987: 58-9): *(a) linguagem não é considerada a melhor maneira de chegar ao conhecimento das essências. Ela é apenas uma aproximação.*

Os avanços da investigação clássica se realizaram pela sucessão cronológica: uma vertente seguidora de Platão, os estóicos de Pérgamo e outra linha com Aristóteles, os pesquisadores de Alexandria. A doutrina, encadeada desde Platão aos estóicos, ainda que nos pareça caricatural à luz da ciência filológica moderna, por exemplo, em Nigídio Fígulo (final do século II a.C.), (*apud* Aulo Gélío, II d.C.), foi bastante seguida e fundamentada com explicação onomatopaica. A palavra era tomada como mimese do objeto denotado através da articulação vocal sonora. De modo que, em “uos” o ar vai para frente, porque é pronome de segunda pessoa e significa com quem se fala: portanto, tudo de acordo com a expiração do ar.

Também Varrão, *Marcus Terentius Varro* (116 – 27 a.C.), evitou empregar ‘etymología’; em seu lugar, usou a perífrase *origo uerborum* ou *uocabulorum*, *origem das palavras*. No livro V, *De Lingua Latina*, Varrão anuncia que vai expor a ciência que os gregos chamam de etimológica, *quam Graeci uocant ‘etymologikén’* (V, 1: com letras gregas). Há preocupação epistemológica em Varrão: *...praesertim cum dicat ‘etymologiké’ non omnium uerborum posse dici causam..., particularmente visto que se denomine um etimólogo, não poderia ser explicada a razão de todas as palavras...*(*L. Latina*, VII, 4)

Foi aluno de Aelius Stilo (final do séc. II a.C.). Este teve o mérito de interpretar o antigo *Canto dos Sálios* e ser especialista em literatura latina, mas, no domínio da etimologia, encontra a negação de Varrão. É que o seu argumento era estóico, no entanto, a partir de metodologia fundamentada em um dos critérios estóicos falho, ou melhor, pelo critério, denominado ‘katà antíphrasin’, traduzido por Francesco Della Corte como *per immagine contraria*, em latim por Varrão, com *e contrario*, *a partir de sentido contrário*. Assim o comentarista italiano levanta a abordagem etimológica de Estilão, indicando também a insatisfação de Varrão quanto à sua predileção pela etimologia *e contrario*, *por antífrase*; em outro passo, exemplifica: **miles**: *militem Aelius a mollitia ‘katà antíphrasin’ dictum putat, eo quod nihil molle sed potius asperum quid gerat, Élio julga o termo miles (soldado) proveniente por antífrase de mollitia (brandura), o que não é mole, mas que, de preferência, gera o áspero.*(p.107) **caelum** (céu) *provém de celatum (oculto, escondido), porque o céu é apertum (descoberto)*. Censurou também a descrição etimológica de Élio em **lepus** (lebre) *provém de leuipes; uolpes, quod uolat pedibus, raposa (volpes) porque voa pelos pés, ou seja, “volpes” seria a reunião {vol + pés}*.

Desse modo, um etimologista verdadeiro, no conceito de Varrão, confessaria a impossibilidade de ir além de certo ponto por falta de fontes fidedignas. Em sua pesquisa encontramos o caso de *equus* (cavalo), que apresenta as cognatas *equites* (cavaleiros, membros dessa ordem), *eques* (cavaleiro, homem a cavalo), *equitatus* (ação de andar a cavalo)(LL., VII, 4) E o certo ponto, delimitado por ele, o define como *uerba primigenia, literalmente palavra primitiva. Primigenia dicuntur uerba ut lego, scribo, sto, sedeo et cetera, quae non sunt ab alio quo uerbo, sed suas habent radices, As palavras primitivas são lego (reunir), scribo (escrever), sto (estar em pé), sedeo (estar sentado) etc., que não são provenientes de outra palavra, pois têm suas próprias raízes.* Embora a lista seja composta de verbos, a indicação foi casual, como comprovam exemplos do Livro V e aqui indicamos dois: *barbatus* vem de *barba* (129), *capital* de *caput* (130) e outros.

Como reconhecer uma palavra primitiva? Como vimos, Varrão se restringiu a nos dizer: *quae non sunt ab alio quo uerbo*. De modo geral a busca etimológica não se apresenta como verdade absoluta. Daí, Varrão estipular a seguinte gradação etimológica, no *De Lingua Latina*, V ao VII:

1 - em primeiro grau, está o estabelecimento das *uerba primigenia*, porque estas são *aperta, evidentes*, embora se encontrem algumas obscuras (V, 2): *quae ideo sunt obscuriora, quod neque omnis impositio uerborum extat, quod uetustas quasdam deleuit, ne quae extat sine mendo omnis imposita...*, algumas palavras são mais obscuras pela seguinte razão: *porque nem toda imposição de palavras se manifesta, já que o lapso de tempo apagou algumas e nem toda (palavra) imposta se apresenta sem erro...* As *uerba primigenia* são ancestrais de famílias. Não há em Varrão rigorosa distinção entre *nomen, uerbum e uocabulum*. Ele estabeleceu oposição entre *origo uerborum, origem das palavras, e origo similitudinem, princípio de flexões*, que ocorre no Livro X, 11 e 13.. Ainda há *radices uerborum, que são os ramos de uma societas uerborum, família de palavras, cf. V, 13.*

2 - em segundo grau, no Livro VI, 1, ao inverso, nos diz ele: *In hoc dicam de uocabulis temporum, neste (livro), investigarei as palavras que denotam tempo.* São obscuras, *quae obruta uetustate ut potero eruere conabor, tentarei, como puder escavar, as que estão enterradas pela idade.* Neste grau, o gramático se torna um *interpres poetarum, um intérprete dos poetas*, formará, portanto, ao lado dos filólogos alexandrinos: Aristófanes de Bizâncio e seus discípulos, responsáveis por edições homéricas em vinte e quatro cantos e disposições de autores em “cânones”.

3 - no Livro VII, Varrão ultrapassa o segundo grau, inspirando-se nos filósofos estóicos, a fim de analisar o vocabulário poético, com os seus nomes raros e arcaicos. A autoridade do estudioso se mede por examinar com cautela o ponto de origem de um termo qualquer. Assim, só no Livro V, Jean Collart (p. 17) observou 52 hesitações em propostas de várias origens. Mesmo considerando falsas muitas das etimologias de Varrão, Jean Collart conclui o seguinte; *Mais, précisément, cette proportion est loin d'être excessive, eu egard à l'état de la science au temps de Varron* (p.17).

Há nessa escala uma gradação de dificuldades, que desafia o pesquisador. O levantamento dos problemas mais complexos fica para quem atinge o quarto grau, o qual se define como um santuário secreto, *adytum*. Jean Collart interpreta que essa linha varroniana de estudo seja um grau pitagórico. Só é alcançado pelo supremo sacerdote, *initia regis*. Ele compara este saber com o do médico: *quo si non perueniam ad scientiam, at opinionem aucupabor, quod etiam in salute nostra nonnunquam facit cum aegrotamus medicus, se a esse não chegarmos ao lado de uma simples informação, ao menos espreitaremos a opinião, como o faz o médico a respeito de nossa saúde, quando adoecemos algumas vezes.*(V, 8)

CONCLUSÃO

Esse pensamento de Varrão se justapõe aos mais modernos nas investigações etimológicas. O de Antenor Nascentes: *a pesquisa etimológica não é uma aplicação passiva das leis da linguagem... Uma parte muito grande ainda é deixada à imaginação lingüística, ao faro do sábio.*(p. XIV)... Entretanto, “essa imaginação lingüística” podemos atribuir ao Varrão e outros estudiosos antigos; por essa razão, Varrão foi o mais citado entre os antigos, conforme levantamento feito por Jean Collart (p. 3):

[1]Dans l'œuvres de	[2]Nombre de tous références à Varron	[3]Nombre global de références à les autres grammairiens latins nommément cités
Quintilien	23	23
Aulu-Gelle	84	82
Charisius	115	218
Priscien	49	155

Isidore	24	18
---------	----	----

E ainda é fonte para muitos trabalhos atuais.

Não cabe a Antenor Nascentes “essa imaginação linguística”, já que partiu de um corte epistemológico definido, que se estriba no método histórico-comparativo, o qual propiciou o estudo de famílias de palavras entre as línguas do grupo germânico, grego, latino, sânscrito e outros idiomas indo-europeus. Ainda assim, a dificuldade de Antenor Nascentes foi imensa, porque seu dicionário etimológico foi editado em 1932 e o *Romanisches Etymologisches Wörterbuch, Dicionário Etimológico das Línguas Românicas*, (REW, como é conhecido), de W. Meyer-Lübke, na sua 3ª edição revista, data de 1935: eis uma contribuição realmente fecunda para investigações filológicas das línguas neolatinas.

O indo-europeu é uma ampla família linguística, mas uma matriz hipotética, ou ainda, uma protolíngua, que ocupa uma região que vai da Ásia Central ao Atlântico e data de há mais de três mil anos. Dela migraram e se implantaram proto-historicamente múltiplas línguas da Europa (também da Índia, daí, indo-europeu. Ocorre ainda a denominação indo-germânico) através do tempo em outras matrizes de linguagens, como se comprova neste rápido exame de parentesco entre diversos idiomas na palavra pai, distribuído em novas matrizes (CÂMARA JR, 1970: 27): (*ex.: scr. ‘pitá’, gr. ‘patēr’, lat. ‘pater’, got. ‘fadar’*) – que são resultados de transformações do idioma indo-europeu, com elementos herdados e incorporados a estruturas independentes e particularizadas pela corrosão do tempo e novos posicionamentos sedentários dos povos, principalmente na Europa, conforme levas de migrações em dado momento da história a partir de um ponto próximo ao Cáucaso.

A reconstrução comparativa, método de informações científicas, comprova, primeiramente, que uma porção significativa de palavras ancestrais persiste em respectivas línguas filhas com documentação. Em segundo lugar, palavras que superaram o tempo não apresentam mudanças tão drásticas de sentido. E, por fim, a mudança fonológica apresenta regularidade consistente, como exemplificamos a seguir: o “p” do latim, grego e sânscrito correspondem ao “f/v” do inglês e alemão: “pes”, ‘pous’, ‘pádah’ e “foot”, “fuB”; “pater”, ‘patér’, ‘pitá’ e “father”, ‘Vater’ – o que estabeleceu um quadro de equivalência fonética indo-européia e, por conseguinte, o elemento raiz indo-europeu, que, como é hipotético, vem com asterisco à esquerda: *ped- e *pater etc.

O filólogo Antenor Nascentes nos legou uma obra científica, com clara intenção descritiva e sem economia esforços quanto às fontes de consulta. Nas etimologias controvertidas alista os étimos propostos sem tendenciosidade. Não há neste dicionário etimológico de Antenor Nascentes quaisquer pressupostos extralinguísticos; portanto, não admitindo nas entrelinhas interpolação particularizada de historiadores ou sociólogos, o que está de acordo com o mais recente conceito de estudo etimológico, como orienta Émile Benveniste com o exemplo de *feudum*, termo germânico. Estabelece-se a sua amplíssima significação: **área semântica ligada a criação de animais** e evita-se a inclusão particularizada, como por exemplo, uma digressão histórica. O termo grego *hēgeomai* e seu derivado *hēgemón* são, para pesquisa linguístico-etimológica, objeto de averiguação sem levar em conta apenas a idéia de “supremacia”, mas tendo em vista como se constituiu a noção de autoridade embutida em *hegemonia*, ou seja, *a relação de autoridade em hēgemón e o verbo hēgeomai no sentido de pensar, julgar*. (p. 9)

Finalizemos com uma citação de Varrão como fonte etimológica: o elemento latino *peku como subsídio para pesquisa científica moderna, como é a de Émile Benveniste, que afirma no Sumário do Capítulo 4, volume I: *Para todos os comparatistas...* o estudo de *peku com o sentido de riqueza é secundário ou extensão semântica. *Com efeito, basta ler Varrão (L.L.) para saber o que se entendia por ‘pecunia’ em sua época*. O gramático romano alistou outros termos ao lado deste: *dos (dote); merces (salário); multa (177, multa); sacramentum (180, depósito sagrado); tributum (181, tributo); sponsio (VI, 70, depósito garantindo uma promessa de casamento) (...)* Isso significa que *pecu e pecunia* tem o sentido de “fortuna móvel”. À mesma conclusão nos levará à leitura de *peculium*, cujo traço de “posse pessoal” está em *peculo(r), daí, peculatus, “apropriação (fraudulenta) do dinheiro público”*

Hommage à Prof. Olmar Guterres da Silveira

BIBLIOGRAFIA

BENVENISTE, Émile. *O Vocabulário das Instituições Indo-européias*. Tradução de Denise e Eleonora Bottmann. Campinas, SP:Unicamp, 1995. 2 vols.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

COLLART, Jean. *Varron: Gramairien Antique et Stylistique Latine*. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

DELLA CORTE, Francesco. *La Filologia Latina dalle Origini a Varrone*. Itália: La Nuova Italia, 1981.

ELIA, Sílvio. *Preparação à Lingüística Românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ERNOUT, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire Ethymologique de la Langue Latine: Histoire des Mots*. Paris, Klincksieck, 1985.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. Primeira e única edição.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. São Paulo: Hucitec, 1987.

QUINTILIAN. *Institutio Oratoria*. Tradução: H.E. Butler. London, England: Loeb Classical Library, 1989.

ROBINS, R.H. *Pequena História da Lingüística*. Tradução de Luiz M.M.de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de Linguistique Général*. Paris: Payot, 1916.

VARRÃO, M. Terêncio. *De Lingua Latina*. Texto estabelecido e traduzido por Roland G. Kent. London: Page, 1951. Books V-X.

CULTURA E PODER EM ROMA: O MODELO DA ANTIGUIDADE TARDIA

Cláudio Umpierre Carlan

Lalaine Rabelo

RESUMO

O artigo começa com uma descrição da História Romana no século IV: período no qual Valentiniano I, inicia uma série de reformas. Analisamos as questões políticas relativas ao mundo romano durante o período. Enfatiza-se nessa discussão, a importância do uso de uma variedade de fontes: iconográficas, arqueológicas e textuais.

PALAVRAS-CHAVE

Moeda, império, poder.

ABSTRACT

This paper aims at studying a specific moment of Roman History: the period immediately prior to Valentinian I rule of the Empire. Scholars are usually mostly interested in social and economic aspects, relegating to a secondary role the raw material and even the ideological concerns, so important.

KEY-WORDS

Coins, empire, power.

INTRODUÇÃO: MOEDA POLÍTICA E PROPAGANDA

A propaganda em Roma estava intimamente ligada às cunhagens monetárias. As moedas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação dos documentos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na compreensão dessas mensagens simbólicas descritas no *corpo* das amoedações.

Com frequência, o tipo monetário de reverso (conhecido por nós como *coroa*) mostra determinada estátua, representando uma divindade (*Virtude, Júpiter, Hércules*, a própria cidade de Roma, a *VRBS...*), uma construção (campo militar, portões de uma fortaleza), o exército (dois legionários montando guarda), cenas de batalha (imperador derrotando seus inimigos), casamentos, uniões dinásticas, tentativa de legitimar um determinado poder. Podendo vir acompanhado de legendas que podem identificar, ou não, a imagem.

Já nos anversos monetários (*cara*), trás em destaque o busto do imperador diademado (com diadema imperial), laureado (coroa de louros) ou encouraçado (com armadura, couraça, uniformes militares). A perfeição dos detalhes nos mostra a importância e o cuidado do artesão em confeccionar essas imagens.

Em um mundo, no qual, não existiam meios de informação comparáveis aos nossos, o analfabetismo se estendia a numerosas camadas da população. A moeda é um objeto palpável, objeto que abre todas as portas e proporciona bem estar. Nela pode-se contemplar a efígie do soberano, enquanto os reversos mostram suas virtudes e a prosperidade da época: *Felicitas Temporum, Restitutio Orbis, Victoria e Pax Avgvsta...* são slogans, propaganda.¹

A moeda, como documento, pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade. Tanto político e estatal, como jurídico, militar, religioso, mitológico, estéticos, artístico.

O desenvolvimento do retrato individual é geralmente considerado como uma das principais realizações da arte romana. Esse ponto de vista é talvez um tanto paradoxal, já que os artistas que produziram a maioria dos retratos conservados eram, de fato, gregos. Mas trabalhavam sob patrocínio de romanos abastados e a sua obra é uma resposta as necessidades romanas e um reflexo dos gostos dessa sociedade.

A característica distintiva desse estilo de retrato é um extremo realismo, com particular realce para os aspectos pouco atraentes dos indivíduos representados. As origens desse estilo *verista* são difíceis de determinar, mas não há dúvida que agradava

muito aos romanos, que gostavam de se ver como um povo forte, honesto e nada fantasioso. Essa característica foi utilizada nas cunhagens monetárias.

O artista, nesse caso o artesão, tem a tendência de interpretar o que foi gravado. Com o desenvolvimento do colecionismo do século XVIII, as escavações em Herculano e Pompéia (Winckemann já dizia que a sociedade perfeita, a clássica, tinha de ser imitada), o gosto pela Antigüidade, o aumento do material disponível nos museus, ajudaram na criação das primeiras sociedades numismáticas do século XIX².

Algo mais que um meio de comunicação, ou de exposição dos grandes mistérios da mitologia, religião, poder. A revolução da imagem como meio de propaganda inicia outros caminhos. A exposição pública passa ser contemplada em salões e museus. Sendo a moeda um objeto fabricado pela mão do homem, o metal utilizado para fabricação das peças, como também as gravuras e legendas, traz a luz a História Política e das Artes. Já a circulação monetária, auxiliada por um trabalho metodológico de conhecimento das técnicas de análise, são de ajuda fundamental para o estudo da História Econômica.

O Império Romano no Século IV

Com a morte do Imperador Alexandre Severo, assassinado por seus soldados no ano de 235, tem início em Roma um período conhecido como a crise do século III. A crise atinge todos os níveis do Império; político, social e econômico, produzindo uma forte pressão dos povos considerados *bárbaro*³.

Houve um primeiro momento, chamado de Anarquia Militar (235 – 268), em os imperadores eram nomeados por seus soldados, sendo assassinados logo depois. Alguns chegaram a governar poucos dias. As legiões nomeavam seus generais como imperadores, na esperança de receber uma recompensa. Na época, não existia Exército Nacional, como hoje. Cada legião, cada exército era fiel ao seu comandante. Quando o comandante não fazia o prometido era assassinado por seus soldados. Segundo relatos da época, alguns imperadores eram nomeados pela manhã e assassinados a noite⁴.

A outra fase é dos Imperadores Ilírios (268 – 284), foi caracterizada por um grupo de governantes, originários da Ilíria (atual Europa Oriental, perto da Albânia). Na tentativa de resolver os problemas socioeconômicos criados durante a Anarquia Militar, eles tentaram realizar uma série de reformas.

Porém, coube a Diocleciano (244 – 311), iniciar um dos programas de reformas mais importantes da História Romana, com o advento da restauração do Império. O Estado foi transformado em uma monarquia absoluta, em que o imperador possuía a autoridade máxima, baseada na escravidão, na servidão dos camponeses livres, na burocracia estatal e no exército. Como modelo, Diocleciano copiou as monarquias orientais, nas quais tudo o que cercava o rei era considerado sagrado.

O novo imperador instala uma *diarquia* (governo de dois) ao lado de Maximiano (285/286-305), amigo pessoal e colega de armas.

O sistema de diarquia é ampliado para *tetrarquia*. Para evitar futuras revoltas, escolhe elementos da mesma origem e camada social: Galério (305-311), seu adjunto, guardara gado nos Cárpatos; Maximiano antigo colega de armas; Constâncio Cloro ajudante de armas de Maximiano. Eles e seus sucessores escolheram auxiliares de passado idêntico.

Os tetrarcas tentavam demonstrar à população que os tempos do *Principado*⁵, ou seja, do apogeu do Império, estavam de volta. Não apenas uma nova ordem, mas o retorno à antiga. Num período de crises e revoltas, a união e amizade entre os governantes eram fundamentais para estabilidade de Roma. Foram realizadas uma série de monumentos, no qual essa união é evidente. Essas obras serviam como uma espécie de propaganda política da época



(Referência Cláudio Umpierre Carlan, agosto de 2007)

Representação dos tetrarcas, na praça de São Marcos, Veneza, Itália. Escultura feita em pórfiro, saqueada de um palácio bizantino (atual Istambul, Turquia) por mercadores venezianos, em 1204. Durante muito tempo acreditava-se tratar de cavaleiros medievais.

Aliado a esses fatos, ocorre uma inversão do eixo político. Roma passou para um segundo plano após a oficialização das novas capitais: Aquilea e Tréveres (Trier, atual Alemanha), no ocidente, Sírmio e Nicomédia (Iznit, atual Turquia) no oriente.

O ano 305 marcou o final da primeira tetrarquia com a renúncia dos *Augusti* Diocleciano e Maximiano. Dessa forma, os dois *césares* ascenderam à categoria de *Augustus*, e dois oficiais ilírios foram nomeados seus auxiliares¹. A segunda tetrarquia ficou formada com: Constâncio Cloro e Severo II (ou Severo Augusto), no ocidente; Galério e Maximino Daia (ou Daza), sobrinho de Galério, no oriente.

Na imagem a seguir, podemos identificar uma homenagem aos vinte anos de governo de Diocleciano.



(Acervo do Museu Histórico Nacional / Rio de Janeiro. Foto Cláudio Umpierre Carlan, 2005).

Legendas:

Anverso: IMP DIOCLETIANVS PF AVG

Reverso: SEM LEGENDAS \ VOT X X \ H

Descrição: Moeda de bronze cunhada durante o período da tetrarquia. Esse *aes*, do tamanho da nossa moeda de 0,10 centavos, serviu de modelo para a reforma monetária de Diocleciano. Cunhada entre os anos de 304 e 305, na cidade de Heracleia. O *aes* foi a primeira identificação monetária em Roma, utilizada para pagamento do soldo militar durante a República (509 a.C – 27 a.C.).

Anverso: (cara), notamos o busto radiado de Diocleciano, com a legenda identificando o título imperial: *Imperator Diocletianus Pather Felix Augustus*.

Reverso: (coroa), moeda votiva ou laudatória. Os votos de 20 anos de governos, circundados por uma coroa de louros, uma homenagem a festa *Vicennalia*, festividade

de 20 anos de um governo. Segundo Lactânncio, retórico cristão do século IV, Diocleciano foi o primeiro imperador a realizar essa cerimônia⁶. Seria bom ressaltar que poucos imperadores romanos conseguiram chegar aos 20 anos de governo. Nessas cunhagens, não são utilizadas legendas. No Exergo, H, referente a casa monetária de Heracleia, localizada ao sul da Península Itália, na Magana Grécia (atual Sicília).

Sucessão e Guerra Civil

O grande problema criado por essa ordem de sucessão era a situação dos filhos, legítimos ou não, dos governantes. Constantino, filho de Constâncio Cloro e Helena, (mais tarde Santa Helena), e Maxêncio (filho de Maximiano) não aceitaram ser afastados do poder. O próprio Maximiano não aceitou o afastamento, retornando, em 306, ao cenário político. Iniciando assim uma nova guerra civil.

Apesar da mediação de Diocleciano, ao final de 310, a situação estava ainda mais confusa, com 7 imperadores: Constantino, Galério, Maximiano, Maxêncio, Maximino, Licínio (introduzido na disputa por Diocleciano), e Domicio Alexandre (auto proclamado *Augustus*, na África). Aos poucos, começam a desaparecer alguns candidatos: Domicio é assassinado por ordem de Maxêncio, Galério morreu de causas naturais e Maximiano se *suicidou* devido a pressões políticas de Constantino.

Depois da morte de Galério em 311, quatro imperadores disputam o poder: Constantino, Maximino Daia, Maxêncio e Licínio. A guerra entre eles torna-se inevitável. Licínio e Maximino se enfrentavam no Oriente, enquanto Constantino e Maxêncio, no Ocidente. Em um primeiro momento, Licínio e Maximino fizeram um acordo. Em 313, Licínio casa-se com a meia-irmã de Constantino, Flávia Júlia Constantina, com quem teve um filho, Licínio II. Por razões políticas, volta-se contra Maximino Daia, derrotando-o no mesmo ano. Maximino foi condenado a morte. Assim sendo, o Oriente voltou a ter um único senhor.

Com a derrota e morte de Maxêncio em 312, na ponte Mílvia, uma nova aliança é estabelecida entre Constantino e Licínio. Após alguns enfrentamentos iniciais, firmaram a paz em Sérдика, no ano de 317. Durante esse período, ambos nomearam novos *césares*, segundo as suas conveniências, membros da sua família, independentemente da idade. Em 325, Licínio e o filho, Licínio II, é condenado a morte por Constantino, que volta a reunificar o império.



Foto: Cláudio Umpierre Carlan, agosto de 2007.

Arco de Constantino ou Arco Triunfal de Constantino, em Roma, foi construído próximo ao Coliseu. Foi erigido para comemorar a vitória de Constantino sobre Maxêncio na Batalha da Ponte Mílvia, em 312. A batalha está representada no lado direito do arco. Essas construções eram comuns no Império romano, principalmente após uma importante vitória militar.

Durante todo o seu reinado, Constantino dedicou-se a reformar profundamente o Império. Modificou a composição do senado, cujo conselho estava composto por 600 membros, aumentando para 2000 magistrados. Outra inovação foi a reforma da prefeitura do pretório: os comandantes da guarda imperial se converteram em altos funcionários provinciais, dotados de amplos poderes civis, responsáveis de manter a ordem pública e as finanças.

Apesar de não retornar à antiga forma de governo de que seu pai fez parte, Constantino limitou-se, dois anos antes de sua morte, a partilhar o governo dos territórios em cinco partes: três, as maiores, seriam entregues a seus três filhos; as outras duas, a três de seus sobrinhos. Ou seja: coube ao filho mais velho, Constantino II, a Bretanha, a Gália e a Espanha; Constâncio II ficou com a rica parte oriental do Império que, desde 333, governava como César em Antioquia; o mais jovem, Constante, ficou com a Itália, a África e a Panônia. Os primos Flávio Júlio, Dalmácio e Anibaliano ficaram, respectivamente, com os Bálcãs e a Ásia Menor.

O cristianismo desde de ser uma religião de perseguidos, tornando-se uma religião de perseguidores. Principalmente após a suposta conversão do Imperador.

Funari define essa suposta conversão de Constantino como um jogo político. Segundo o autor:

Assim o imperador Constantino concedeu aos cristãos, por meio do chamado Edito de Milão, em 313, liberdade de culto. Em seguida, esse mesmo imperador, procurou tirar vantagem e interveio nas questões internas que dividiam os próprios cristãos e convocou um concílio, uma assembléia da qual participavam os principais padres cristãos. Nos Concílios foram discutidos as diretrizes básicas da doutrina cristã. Depois Constantino cuidou pessoalmente para que as determinações do concílio fossem respeitadas, ou seja, passou a ter um controle muito maior dos cristãos e suas idéias. Antes de morrer, o imperador resolveu batizar-se também.⁷

No campo econômico, com o intuito de controlar a inflação, Constantino criou uma nova moeda de ouro, *solidus*, diminuindo o peso do aureus (antiga moeda de ouro). Essa moeda teve a primeira cunhagem em 310 e conseguiu estabilizar rapidamente o sistema monetário. O *solidus* circulava só entre a elite política-econômica, e não entre as classes mais baixas, que continuavam utilizando moedas de bronze, cobre ou prata, que eventualmente, sofriam as devidas desvalorizações.

Em 324, é cunhado o *miliarensis*, de prata, que poderia chegar ao valor de 1/12 do *solidus aureus*. Quanto à massa em circulação, é constituída por espécies de cobre e bronze, de peso variável.

Constantino apoderou-se dos tesouros do antigo rival, Licínio, mas, dois anos mais tarde, a maior parte das casas monetárias, fundadas por Diocleciano, era fechada. Em 332, graças ao confisco dos bens dos templos pagãos, foi possível reabri-las.

Na administração, ocorreu alterações significativas nas funções. O ministro do tesouro real, o *rationalis*, cedeu lugar ao *conde das liberalidades sagradas*; e o *procurator rei privatae* passou a ser chamado *conde dos bens privados*, na organização dos bens e da fortuna do príncipe para que revertessem as rendas do *ager publicus*, dos domínios confiscados, das terras municipais e os recursos dos templos.

Depois da morte de Constantino em 337, o massacre de seus familiares, a morte de Constantino II (317 – 340) e Constante (320 – 350), o Império retorna às mãos de um único senhor, Constâncio II (317 - 361}, responsável pelo reinado mais longo do século IV, após Constantino.

Os problemas administrativos e a questão sucessória levam Constâncio a nomear seu primo, Constâncio Galo como *César*. A instabilidade de Galo, e as intrigas palacianas levam Galo a ser executado sob a acusação de traição. Seu irmão, Juliano, é chamado à presença de Constâncio em Mediolanum (Milão). Em 355, foi nomeado César da parte ocidental do império e casou com a irmã do imperador, Helena. Nos anos seguintes, lutou contra as tribos germânicas que tentavam entrar em território do

império. Nesta luta, distinguiu-se como estrategista, administrador e legislador. Recuperou Colonia Agripina (Colônia, Alemanha) em 356, derrotando os alamanos (em Argentoratum, na Batalha de Estrasburgo, França / Alemanha) assegurando a fronteira do Reno por outros cinqüenta anos.

Em 360, Constâncio II lhe ordenou transferir suas tropas da Gália, comandadas por Juliano, para o exército do leste. Tanto Juliano, quanto seus soldados, não gostaram da atitude de Constâncio, o que provocou uma insurreição que fez com que as tropas da Gália, proclamassem Juliano, *Augustus* e novo imperador. Não houve uma luta propriamente dita entre Constâncio e Juliano. Constâncio II morreu de peste (peste bubônica), quando se deslocava para a Gália. As próprias legiões de Constâncio reconheceram Juliano como único imperador⁸.

Durante a luta contra os persas sassânidas, Juliano sofreu um ferimento mortal por uma flecha ou lança. Libânio, filósofo neo platônico e ex-professor de Juliano, escreveu que o imperador foi assassinado por um soldado cristão de seu próprio exército, embora essa acusação não fosse corroborada por Amiano Marcelino⁹, militar e historiador romano do século IV, ou outro historiador contemporâneo. Seu sucessor, Joviano, governou apenas oito meses.

Valentiniano: uma nova dinastia ?

Valentiniano I (321 – 375), antigo comandante militar durante o governo de Juliano e Joviano, foi proclamado imperador pelo exército de Nicéia. Instalou-se em *Mediolanum* (Milão) e associou-se ao seu irmão Valente. Desenvolveu eficaz atividade bélica contra os alamanos aos quais expulsou da Gália.

Considerado por alguns como um dos últimos imperadores de importância do Ocidente romano, Valentiniano tornou-se oficial da cavalaria em 357 d.C. e lá permaneceu até o ano de 365 d.C. Foi afastado de seu posto mas Joviano o chamou de volta para que comandasse um regimento da guarda real. Logo depois da morte de Joviano, em 25 de fevereiro de 364, Valentiniano foi proclamado imperador.

Dentre suas primeiras atitudes está a divisão do Império entre Oriente e Ocidente, sendo que permanecera no Ocidente enquanto seu irmão Valente assumiu o Oriente¹⁰. Sua prioridade era a defesa das fronteiras já que o Império passava por

constantes invasões bárbaras. No entanto, devemos destacar que o exército romano possuía contingentes não romanos, bárbaros, desfazendo assim a concepção negativa que temos deles como povos violentos, invasores e totalmente responsáveis pela decadência do Império.

Valentiniano era católico, porém tolerava os pagãos e a maioria dos heréticos e só intervinha na política da Igreja quando necessário para manter a ordem pública. Podemos confirmar isso através de representações em moedas da época na qual, observamos juntos, símbolos pagãos e cristãos. Assim percebemos que não houve despreendimento total da religião pagã e seus símbolos, e que na administração deste Imperador houvera tolerância quanto outras religiões que não fosse a cristã.

Segundo Carlan, em consequência das constantes guerras, o Império Romano entra em dificuldades financeiras¹¹. Assim, o Imperador começa a exigir o pagamento em ouro das contribuições e taxas devidas ao Estado e a concessão em três prestações para o imposto da anona ou seja, imposto direto em espécie arrecadado nas províncias. Além de restabelecer o controle estatal sobre as minas cuja a exploração Constantino tornara livre. E ainda, procede o confisco em massa dos bens privados e só deixa às cidades, um terço dos seus rendimentos. De acordo com Símaco, chega até a emitir moedas falsas¹².

Em 375 d.C. , Valentiniano deixou a Gália para comandar represálias contra invasores na Panônia, sua terra natal. Em 17 de novembro sofreu um ataque apoplético e veio a falecer.

Embora sujeito a ataques de raiva, foi um bom administrador, consciencioso, que suspeitava dos seus agentes e tentava, com sucesso limitado, controlar os abusos e excessos de taxaço.

As relações com a aristocracia senatorial ficaram tensas e os cargos da corte foram ocupados por burocratas. Os consulados passaram para comandantes – em - chefe e até os generais de fronteira passaram a ter acesso ao nível senatorial¹³.

Com essas afirmações podemos notar que apesar de ter sido um imperador enérgico, muitas vezes duro, era ponderado em suas decisões talvez para manter um certo nível de estabilidade. Afinal, o Império do Ocidente passava por transtornos ocasionados pelas invasões bárbaras e pela crise em geral - política, econômica e social. Durante o tempo em que esteve no poder, o Império do Ocidente viveu um relativo período de tranquilidade, algo que era de certa forma surpreendente pelos fatores já citados anteriormente.

Nas poucas passagens encontradas sobre o período em que Valentiniano esteve no poder, autores como Gibbon e Amiano Marcelino, assinalam o caráter enérgico do Imperador

em questão porém destacam que a boa administração do mesmo, manteve o império em relativa estabilidade.

Como medida inicial, Valentiniano dividiu o poder com seu irmão, Valente. Ele governando o ocidente e Valente o oriente. Nesse período, foi cunhado um medalhão que descreve esse fato¹⁴ :



COHEN, Henry. *Description Historique des Monnaies. Frappés Sous L'Empire Romain. Communément Appelées Médailles Impériales. Deuxième Edition. Tome Septième e Huitième. Paris: Rollim e Feuardent, Éditeurs, 1880-1892, p. 199.*

Legendas

Anverso: R ES ROMA NO R VM

Reverso: GLORI A ROMA ... R V M N

Exergo: A N (medalhão cunhado na casa de Antioquia, em 371)

Descrição: Trata-se de um medalhão de ouro, com banho de prata.

Anverso: No anverso podemos observar os bustos dos Imperadores Valentiniano I e Valente, ambos encouraçados e diademados. Diadema este, que é símbolo da autoridade e da realeza.

Valentiniano governava o Ocidente enquanto Valente tomou posse do Oriente, por isso na representação ambos estão abraçados simbolizando a união entre Ocidente e Oriente.

Reverso: No reverso podemos observar o Imperador montado em um cavalo. Nesse caso, o cavalo é símbolo do triunfo e de força, e esse simbolismo é muito conveniente

aos propósitos do Imperador, pois era preciso mostrar uma imagem de vitória, de conquistas. E ainda, segundo Chevalier:

as estátuas ou retratos equestres glorificam um chefe vitorioso; são um símbolo de seu triunfo e de sua glória: assim como ele doma sua montaria, dominou as forças adversas¹⁵

Provavelmente este medalhão foi cunhado no início do governo dos dois imperadores, com objetivo de passar uma imagem de triunfo e de Glória – algo que traz um certo entusiasmo - para a população, afinal, o Império passava por algumas dificuldades.

A presença de uma auréola em volta de sua cabeça, mostra o elo entre o Imperador e o cristianismo além de sua divindade. A imagem que aparece em sua frente provavelmente seja de uma divindade de outra religião que não a cristã. Em geral, a representação mostra, provavelmente a luta do Imperador contra outra religião. Por outro lado, devemos lembrar que Valentiniano era tolerante quanto a outras ceitas, que não fosse a cristã. Enquanto que, seu irmão, Valente, cristão ariano, tinha algumas atitudes mais radicais.

No entanto, a representação de uma mulher torreada – na antiguidade as cidades eram representadas como mulheres – assim, também podemos concluir que seja a representação da cidade de Roma ou outra que estivesse em situação difícil. Provavelmente, a própria cidade de Antioquia, local de cunhagem do medalhão. Como identificamos na siglas AN, no exergo.



Museu de Berlim, site <http://www.smb.museum/ikmk/index.php?lang=en>[1]

Descrição

Anverso: DN VALENTINI ANVS PF AV

Reverso: RESTITVTOR REIPUBLICAE

Exergo: ANTI (moeda cunhada na casa de Antioquia, ano 370)

Descrição: Trata-se de uma moeda de ouro (*solidus constantinianus*)¹⁶ que circulou até o século X, na Península Ibérica.

Anverso - Apresenta o busto do Imperador encouraçado e diademado, símbolo do poder e da autoridade. DN, *dominus* (senhor), começou a surgir nas legendas monetárias durante o governo de Constantino I. O imperador deixava de ser *princeps*, primeiro cidadão, torna-se *dominus*.

Reverso - Apresenta a Vitória coroando o Imperador, com um estandarte, o *vexillum*; que representa força e autoridade suprema, na mão direita com o sinal de Constantino PX (junto), iniciais da palavra Cristo em grego (Crismon ou Quirô).

No anverso e no reverso, o Imperador Valentiniano I é representado encouraçado. Segundo Chevalier:

O escudo é o símbolo da arma passiva, defensiva protetora, embora às vezes possa ser mortal¹⁷

Há ainda a representação da deusa Vitória (ou Niké) coroando o Imperador com um ornamento de louros, que simbolizam a imortalidade - pois permanece verde até mesmo durante o inverno, assim os romanos o fizeram, emblema da glória - esta deusa representa a vitória, e é a responsável por entregá-la.

Além do símbolo de Constantino com as iniciais da palavra Cristo, observamos também a representação da cruz, significando assim que o Império agora era cristão. Porém, com a presença da deusa Vitória percebemos que não houve desprendimento total da religião pagã e seus símbolos, denotando assim uma lenta passagem e adoção do cristianismo.

Os símbolos do cristianismo e do paganismo conviviam em harmonia, mostrando também que o Imperador era tolerante quanto às crenças pagãs e cristãs.

Por fim, devemos salientar o jogo de quadris do Imperador, que significa a ligação entre os dois mundos, o terreno e o divino, o natural e sobrenatural.

Acrescentamos ainda que nesse período o Império estava de certa forma estabilizado afinal, Constantino já haviam estabelecido a sucessão pela família, seguindo os critérios dinásticos. No século IV, identificamos 3 dinastias no império romana: a constantiniana, valentiniana e teodosiana.

CONCLUSÃO

Diocleciano trouxe grandes benefícios ao Império, pois instituiu uma reforma profunda. Constantino, por sua vez, continuou, completou e consolidou as obras de seu antecessor. Segundo Lemerle, é até difícil distinguir o que se deve a cada um deles. Foi Diocleciano quem fez do Imperador um personagem sagrado, uma divindade. Dentre outras mudanças promovidas por ele, podemos destacar também a instituição do absolutismo monárquico, a centralização administrativa, além da diminuição da influência do Senado que deixou de ter qualquer papel efetivo.

Lemerle salienta que:

...todos tiveram que dedicar o pouco que a benevolência que as legiões lhe dava a correr de uma fronteira a outra, tapando as maiores brechas por onde a onda de bárbaros inundava o Império...¹⁸.

O autor acrescenta que essa situação só é contida no governo de Diocleciano (285-305 d.C.). Com relação a esse governo, destaca:

para que se veja uma vontade de ferro conter a decadência do Império e tirar, por uma reforma corajosa, as lições de quase um século de desordens.¹⁹

Desta forma percebemos o motivo pelo qual Diocleciano permaneceu por tanto tempo no poder – vinte anos.

No ocidente, Valentiniano I foi sucedido por seus filhos Graciano e Valentiniano II, que na ocasião estavam com 16 e 4 anos. Ambos foram controlados, reciprocamente, por seus conselheiros, mas Valentiniano II foi controlado também por sua mãe, Justina.

Esses governos não foram suficientemente fortes, e o usurpador Magno Maximo assassinou Graciano em Lion (França) e instalou sua corte em Trêveres (Trier, Alemanha), esperando o reconhecimento de seu poder por parte de Teodósio, que governava o oriente desde 379.

Durante o ano de 387, Teodósio derrota Máximo, restabelecendo Valentiniano II no poder. Um ano depois, Valentiniano II, filho de Valentiniano I, suicida-se²⁰. Com isso, Teodósio unifica o império novamente e pela última vez.

Morreu na cidade de Milão, em janeiro de 395. Foi o último imperador que, graças a sua habilidade pessoal e sua força de caráter, exerceu um controle sobre o Império Romano. Deixou o poder nas mãos de seus filhos Arcádio (377 ou 378 – 408), em Constantinopla, e Honório (387 – 423), em Milão. Apesar de nenhum dos dois terem a personalidade ou o carisma do pai, a sucessão transcorreu sem resistência.

Agradecimentos

Aos colegas Leandro Hecko e Katia Teonia, pela oportunidade de trocarmos ideias; a Pedro Paulo Funari, Margarida Maria de Carvalho, Ciro Flamarion Cardoso, Maria Regina Cândido, Maria Beatriz Florenzano, André Leonardo Chevitarese, Vera Lúcia Tostes, Rejane Vieira, Eliane Rose Nery.

A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

Fontes Numismáticas

Moedas dos Imperadores Diocleciano e Valentiniano I. Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Medalheiro 3, gaveta 19, lâmina 3, fotografadas em março de 2006.

Catálogos

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1994.

COHEN, Henry. *Description Historique des Monnaies. Frappés Sous L'Empire Romain*. Communément Appelées Médailles Impériales. Deuxième Edition. Tome Septième e Huitième. Paris: Rollin e Feuardent, Éditeurs, 1880-1892.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VIII. London : Spink and Sons Ltda, 1983.

BIBLIOGRAFIA

- CAMERON, Averil. *El Bajo Império Romano (284-430)*. Traducción Pablo Carbajosa y Inmaculada Utande. Madrid: Ediciones Encuentro S.A., 2001.
- ERRINGTON, R. Malcolm. *Roman Imperial Policy from Julian to Theodosius*. Chapel Hill: The University North Carolina Press, 2006.
- HERNÁNDEZ DE LA FUENTE, David. (Edited by). *New Perspectives on Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2011.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *La caída del Império Romano. El ocaso de Occidente*. Traducción Teresa Martín Lorenzo. Madrid: Las esferas de los libros, 2009.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *El Ejército Romano*. Traducción Teresa Martín Lorenzo. Madrid: Las esferas de los libros, 2007.
- IGLESIAS GIL, José Manuel. SANTOS YANGUAS, Juan. *Vademecum para la Epigrafía y Numismática Latinas*. 1a. Edición. Santander, 2002.
- KELLY, Christopher. *Ruling the Later Romain Empire*. Havard: Harvard University Press, 2004.
- MILLAR, Fergus. *The Emperor in the Roman World 31 BC - AD 337*. London: Gerald Duckworth & CO.Ltd, 1977.
- MITCHELL, Stephen. *A History of Later Romain Empire (284 - 641)*. Malden: Blackwell Publishing, 2007.
- WARD-PERKINS, Bryan. *La Caída de Roma y el Fin de la Civilización*. Traducción de Manuel Cuesta y David Hernández de la Fuente. Madrid: ESPASA, 2007.
- TEJA, Ramón. *El Cristianismo Primitivo en la Sociedad Romana*. Colección la Historia en sus textos. Madrid: Ediciones Istmo, 2011.

NOTAS

¹ ROLDÁN HERVÁS, J. M. *Introducción a la Historia Antigua*. Madrid: Ediciones Istmo, 1975, p. 166.

² Johann Joachim Winckelmann (1717 – 1768), arqueólogo e historiador da arte prussiano, nascido em Stendal, na Saxônia. Precursor das escavações em Herculano e Pompeia, publicou em 1764 *História da Arte Antiga*

³ Usaremos o conceito tradicional para definir os povos germânicos, ou bárbaros: eram povos que, segundo os gregos e romanos, não falavam o latim ou o grego, e viviam fora das fronteiras (limes) do Império.

⁴ FONTES HISPANIAE ANTIQUAE. *Hispania Antigua según Pomponio Mela, Plínio el Viejo y Cláudio Ptolomeo*. Dirigidas por A.Schulten y J. Maluquer de Motes. División y Ciencias Humanas y Sociales. Universidad de Barcelona, 1987, p. 167.

⁵ O Principado tem início com o governo de Otávio Augusto em 27 a. C., considerado como o apogeu do Império Romano.

⁶ LACTÂNCIO. *De Mortibus Persecutorum*. Paris: Ed. J. Moreau, 1954, p. 105.

-
- ⁷ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada*. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002, p.131.
- ⁸ CARVALHO, Margarida Maria de. *Paideia e Retórica no século IV d.C. A construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 87.
- ⁹ AMMIANO MARCELLINO. *Historia (Rerum Gestarum Libri)*. Edición de María Luisa Harto Trujillo. Madrid: Akal, 2002.
- ¹⁰ No ano de 395, Teodósio I oficializa a divisão final do Império Romano, entre seus filhos Honório (Ocidente) e Arcádio (Oriente).
- ¹¹ CARLAN, Cláudio Umpierre. *Coins and power in Rome: political ideology in the 4th century*. IN: HERNANDEZ DE LA FUENTE, David. In: *News Perspectives on Late Antiquity*.1 ed.Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2011, v.1, p. 153.
- ¹² SYMMACHI praefectivrbii libri II. De Ambrosii Epistolae in Symmachum. Epistolarum Magni turci ad varias gentes liber unus, a Laudino Equite Hierosolymitano latine redditus. Basiliae: Froben, 1546, p. 246.
- ¹³ FONTES HISPANIAE ANTIQUAE. *Hispania Antigua según Pomponio Mela, Plínio el Viejo y Cláudio Ptolomeo*. Dirigidas por A.Schulten y J. Maluquer de Motes. División y Ciencias Humanas y Sociales. Universidad de Barcelona, 1987, p. 103.
- ¹⁴ COHEN, Henry. *Description Historique des Monnaies Frappées Sous L'Empire Romain*. Communément Appelées Médailles Impériales. Deuxième Edition. Tome e Huitième. Paris: Rollin e Feuardent, Éditeurs, 1880-1892, p. 210.
- ¹⁵ CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1994, p.211.
- ¹⁶ THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VIII. London : Spink and Sons Ltda, 1983, p. 175.
- ¹⁷ CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1994, p. 388.
- ¹⁸ LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 53.
- ¹⁹ LENERLE, Paul. *História de Bizâncio*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 56.
- ²⁰ Existem controvérsias sobre o suicídio de Valentiniano II. Acreditasse que foi enforcado por ordem do seu tutor, Arbogasto, general de origem franca.

O FIO DE ARIADNE E O TOURO DO IDA

Flávia Regina Marquetti

RESUMO

Abordaremos neste artigo o universo mítico de Creta, as relações existentes entre o mito de Ariadne, o ato de tecer, o labirinto e o touro, e as indicações decorrentes desses elementos para o estabelecimento de um possível sistema matrilinear na sucessão ao trono, além de sua origem provável nos ritos arcaicos ligados à Deusa Mãe.

PALAVRAS CHAVE

Ariadne, labirinto, touro, ciclo da natureza.

ABSTRACT

We will approach in this article the mythical universe of Crete, the existing relations between the myth of Ariadne, the act of weaving, the labyrinth and the bull, and the consequent indications of these elements for the creation of a possible matrilinear system in the succession to the throne, beyond its probable origin in the archaic rites related to the Goddess Mother.

KEYWORDS

Ariadne, labyrinth, bull, cycle of nature.

*Arruinei a roca, o risco, o fuso,
doce mãe, no tumultuoso amor por um
menino que me urdiu a esguia Afrodita.*
(Safó, 1987:102)

Creta tem sua origem ligada à paixão e ao touro. Esses dois elementos, somados à figura feminina da Deusa Mãe e suas representantes, constituem o elo da sucessão mítica cretense, a filha substitui à mãe, alternando-se, e um touro a outro, num movimento contínuo e cíclico, como o da espiral – o universo labiríntico de Creta desenha-se múltiplo, embora uno.

A teia, o fuso e o labirinto

O fio, como o novelo, a espiral e o círculo, compartilham do motivo da fecundidade/fertilidade/continuidade da vida. A correlação estabelecida entre o fio/novelo e a vida é anterior mesmo ao ato de fiar e tecer; ela encontra sua origem na teia e sua senhora, a aranha. Fiando seu mundo a partir de si mesma, a aranha e seu fazer são a prefiguração de uma das divindades mais antigas: as fiandeiras. Elas alimentam a inesgotável compreensão do desenrolar de toda a existência, enquadrada pelo nascimento e pela morte.

Somente à mulher caberia essa função, ela que cria o feto em seu ventre, como o novelo preso à roca por um fio, pacientemente formado; ao nascer, ainda ligado ao útero pelo fio/cordão umbilical, deve ser desligado/cortado para que possa ganhar sua existência. Diante dessa imagem pouco há a ser discutido sobre o mito das Moiras e outras fiandeiras.

As deusa tecem... vidas... expedientes: amorosos, políticos, guerreiros, propícios ou maléficos – todas possuem entre seus epítetos o de “tecelã de ardis”, como Afrodite; ou a de “roca ou de fuso de ouro”, como Ártemis e Atena. Virgens, amantes ou esposas, elas tecem... a vida da humanidade¹.

O fuso, utensílio–instrumento da fiandeira, foi o primeiro a simbolizar a lei do eterno retorno. Segundo Platão, o fuso da necessidade regula o conjunto cósmico, autonomiza a balança da vida e da morte [...] as Moiras fundam o mundo feminino, na medida em que ele é representação da periodicidade, da renovação, da transformação, da ruptura e do nascimento. (Brumel, 1998, p. 375)

O ciclo – movimento uniforme e rotativo – é então o gesto de ligação entre as fiandeiras, a Deusa Mãe e a espiral/novelo. A fertilidade e a fecundidade encarnadas no corpo da fiandeira têm sua origem no sexo da renovação da vida e da instauração da imortalidade, transcendente a toda destruição – como os ciclos da natureza e a sucessão das gerações: a jovem ninfa se tornará mãe e engendrará uma nova *koré*, como Deméter

e Perséfone, Pasífae e Ariadne – no rapto e violação da filha está prefigurado o drama da mãe.

O labirinto, como o novelo, partilha a simbologia da teia; ele é um entrelaçar de caminhos; “combinando o motivo da espiral e da trança, representa o infinito sob os dois aspectos de que ele se reveste na imaginação do homem: isto é, o infinito eternamente em mutação da espiral e o infinito do eterno retorno figurado na trança” (Chevalier & Gheerbrant, 1989, p.532). Atingir o centro é encontrar a origem da vida, ligar-se novamente à Terra Mãe; sair do labirinto, em contrapartida, é renascer, daí seu uso iniciático em diversas culturas e religiões.

Sua origem remonta às cavernas e grutas pré-históricas, de intrincados acessos e corredores sinuosos. A caverna no monte Ida, em Creta, na qual Minos se encontrava com Zeus a cada nove anos, seria o mais temível e intrincado labirinto, do qual Dédalo tirou o “modelo” para sua construção. Etimologicamente “labirinto” é a casa do *labrys*². É no centro da teia/labirinto da Deusa Mãe que se encontra seu consorte. Como o Sol, que se esconde (morre) nas entranhas da terra para renascer a cada manhã, o Touro/*labrys* é representado no interior do labirinto.

O touro do Ida

Zeus nasce em Creta. É no Ida, buscando refúgio, que Réia dá a luz ao futuro senhor do Olimpo. O pequeno Zeus é protegido por Gaia, que o esconde num antro profundo e inacessível; amamentado pela ninfa Amaltéia, o pequeno deus tem por companhia os curetes – demônios guerreiros e barulhentos, que com sua dança armada abafam o choro do divino infante. É esse Zeus jovem e imberbe que reinará sobre Creta, e ao qual são dados os epítetos de *ómbrios*, *hyétios* (chuvoso), *úrios* (que envia ventos favoráveis), *astrapaîos* (que lança raios), *brontaîos* (que troveja) – e é também aquele que se manifesta, o visível, o claro, o brilhante – qualificativos que o ligam diretamente ao raio e à chuva, mas também ao Sol. Zeus é, antes de mais nada, um deus da fertilidade – aquele que fecunda a Terra-Mãe com seu sêmen/chuva e faz o grão germinar com seu valor. Devido à sua ligação com a terra, da qual surgiu e a qual fecunda, ele é também *khthónios*; filho e amante, Zeus se une a diversas divindades ctônicas, como Europa, Sêmele, Deméter e outras, reafirmando assim sua hierogamia

com a Deusa Mãe e assumindo seu lugar de consorte, representado pelo touro, animal ao qual está intimamente associado, ou pela serpente: os epítetos *Meilichios*, *Ktesios* ou *Phlios*, corroboram para a representação de um Zeus em forma de serpente, o deus das tempestades. Novamente o touro, a serpente e o raio aparecem imbricados, confundidos na imagem do consorte da Deusa Mãe, como na Deusa do nó de Cnossos³ (Verbruggen, 1981, p.127-154 *passim*).

Zeus também aparece em Creta como *brontaios*, deus da tempestade, do raio e da chuva; *epirnytiós*, que reina sobre o mundo vegetal, atestando sua ligação com a fertilidade da vegetação, como mostram outros epítetos a ele ligados: *endendros*, *epikarpios*, *karpophoros* e *karpodotes*. O nome *welchanos* é encontrado igualmente em Creta, deus da chuva, do raio e protetor da vegetação, tido como um Zeus arcaico ou ligado a Hefesto e/ou Ares, e ao qual se associa o galo⁴. Como no mito de Ares, Afrodite e Hefesto: o senhor do fogo/raio – Ares – liga-se à ave, enquanto Hefesto, igualmente senhor do fogo, é o Deus dos nós; ambos, amante e marido, de uma Senhora cuja marca primeira é a sedução, o cinto onde se encontram todos os encantos e o sexo⁵ – referências que se aproximam sobremaneira do universo cretense da Deusa das Serpentes e seu consorte.

É nessa perspectiva de consorte viril e pujante que Zeus é representado em Creta como efebo. O jovem deus dos mistérios do monte Ida, o Zeus ctônico, nasce, tem seus primeiros ritos iniciáticos e morre, assim como os demais amantes/consortes da Deusa Mãe – epifania vegetal e taurimórfica que tem sua continuidade no mito de Dioniso Zagreus.

O Zeus cretense é um deus pré-helênico; segundo Verbruggen (1981, p. 21-26), ele assume em Creta o papel de Átis, o amante frígio de Réia–Cibebe. Nilsson, Farnell, Bethe e outros confirmam essa idéia – o Zeus cretense é um deus–touro, deus da vegetação e seu culto tem um caráter orgiástico, com características ctônicas e funerárias. Sua relação com os curetes e seu esconderijo nas entranhas da terra é evidência de uma iniciação guerreira, com a morte e renascimento do jovem Zeus que se une à Deusa Mãe – prefigurada na união do Touro/Zeus com Europa.

As cerimônias do Ida, nas quais o centro do culto é ocupado por um *Zeus Idaios*, confirmam sua divindade ctônica. Representadas em escudos e outros objetos votivos encontrados junto à entrada da gruta, próximos de um altar retangular talhado na rocha,

essas peças mostram uma deusa nua cercada de dois *sphinx* ou leões, ou o deus com os pés sobre o couro de um touro e erguendo um leão acima da cabeça (Ibidem, p.71-73). A figurativização do deus sobre o couro do touro e elevando o leão conota o sacrifício do touro na “estação” do leão, no qual o agente é o deus; elo entre touro e leão, ele é a imagem do Senhor que vence a ambos, o Senhor dos animais.

“Oito metros acima do altar, há uma gruta superior que conduz a uma pequena sala que contém estalactites em forma de falo e um pequeno montículo que faz pensar num trono”, na descrição de Verbruggen (1981, p.75), que mostra claramente a representação de uma hierogamia – a gruta/sexo/útero da Deusa invadida pelo falo/estalactite do macho. Até 700 a.C. era venerado nessa gruta do Ida um deus, senhor do raio. Ele era cercado de símbolos de soberania (águia, touro, leão) e acompanhado de servidores. Na mesma gruta era venerada uma divindade feminina. Seu culto comportava oferendas para queimar, danças circulares, o jogo dos címbalos, oferendas de estatuetas, de vasos e sobretudo de armas. Certas oferendas indicam a presença de homens e outras de mulheres (Ibidem, p.78-79).

Segundo autores antigos, os curetes e as ninfas existiam antes do nascimento de Zeus; derivam dos dáctilos, anteriores aos curetes, e eram a princípio servidores de uma divindade feminina.

Resquícios desse tipo, somados a cerimônias de períodos posteriores, relatadas por diversos comentadores antigos, ainda realizadas nas grutas do Ida e que conjugavam a iniciação masculina e guerreira com a iniciação das jovens cretenses, culminando com o casamento⁶, assim como o ocorrido entre Zeus e suas nutrizes, demonstram, pela continuidade e auto-referência, o caráter ctônico, guerreiro e orgiástico presente no culto de Zeus e de sua Senhora no monte Ida, culto ligado à fecundidade/fertilidade da terra e seus habitantes⁷.

O touro do mar

Ao raptar Europa, jovem e bela princesa fenícia, filha de Agenor e descendente, por sua parte, do próprio Zeus e de Posidão, Zeus assume a forma de um magnífico touro branco, com chifres semelhantes à Lua crescente. Sob essa forma ajoelha-se aos pés de Europa, deixa-se acariciar por ela e montar. Ao tê-la sobre o dorso, lança-se

velozmente ao mar, chegando a Creta, onde se une à jovem ao pé de uma fonte em Górtina⁸, sob alguns plátanos que, em memória dessa união, conservam o privilégio de jamais perderem as folhas. Dessa união nascem três filhos: Minos, Radamanto e Sarpédon. Europa casa-se posteriormente com Astérion, rei de Creta, que adota os filhos de Zeus⁹.

Nesse mito de origem da dinastia cretense observam-se vários elementos recorrentes do mito da Deusa Mãe e que se repetirão no de Minos e Ariadne. A começar pelo touro branco com chifres semelhantes à Lua crescente. Zeus assume desde seu nascimento as insígnias de um deus urânico e solar, astro brilhante, representado pelo touro¹⁰. Zeus será sucedido no leito de Europa por Astérion, nome que tem sua origem em “estrela”, podendo ainda significar “aranha”, “planta” ou “astro” (Magnien). Como Zeus, Astérion apresenta-se sob o signo urânico e brilhante.

A união do deus com Europa é fecunda, prova disso são os três filhos, mas essa união é também fonte de vida e continuidade para a natureza – a referência aos plátanos, sempre verdes, que não perdem suas folhas, portanto não morrem, revela o poder dessa hierogamia. A presença da fonte é outro indício; em quase sua totalidade, os mitos mostram as uniões/violações míticas ocorrendo junto a fontes, lagos e outros mananciais, ou dando origem a estes. Característica que será assumida posteriormente nos rituais iniciáticos, propiciatórios e outros, todos conjugam a água, ou o úmido (feminino), com o fogo (masculino).

Já Europa, na etimologia fenícia, designa a *Sombra*, ou a Lua Nova (Triomphe, 1989, p.184). Assim como Réia ou Gaia, ela é a Senhora que habita o mundo ctônico, é a negra, como Afrodite *Melainis*, associada ao reino de Hades e semelhante a Perséfone – ela é a escuridão da terra, o vazio profundo e perigoso, a terra úmida. Como Lua Nova, ela é a Lua que vai habitar as regiões infernais. Em ambos os casos, Europa figurativiza a Senhora ctônica, a grande Deusa Mãe ligada à Lua e seus ciclos, terrível e benéfica.

Da satisfação dos desejos...

Após a morte de Astérion, Minos disputa com os irmãos o trono cretense. O futuro soberano alega que, de direito e de fato, Creta lhe pertence por vontade dos

deuses e, para prová-lo, declara que os deuses lhe concederiam tudo o que desejasse. Ao fazer um sacrifício a Posidão, solicita ao deus que faça sair um touro do mar, comprometendo-se a imolar o animal logo em seguida em sua honra. Posidão atende o pedido, o que lhe vale o poder supremo, sem mais contestação por parte dos irmãos. No entanto, Minos, impressionado com a beleza do animal, não o sacrifica e o envia para junto de seu rebanho, desejando conservar-lhe a raça. Minos casa-se com Pasífae, filha do deus-Sol Hélios e de Perseis, e com ela tem vários filhos, dentre eles, Glauco, Androgeu, Ariadne e Fedra. Para punir Minos do perjúrio, Posidão alia-se a Afrodite, fazendo nascer em Pasífae uma paixão irresistível pelo touro¹¹. Auxiliada por Dédalo, Pasífae consuma seu desejo. Dessa união nasce o Minotauro, também chamado Astérion, monstro com corpo de homem e cabeça de touro. Buscando esconder o filho bastardo, Minos faz Dédalo construir, no palácio de Cnossos, o labirinto. Ali encerra o Minotauro, o qual alimenta com vítimas humanas¹².

A atmosfera que cerca a personagem de Minos e as aventuras de Pasífae e do Minotauro traduzem uma estrutura reincidente: a do consorte, ligado ao touro, que se une à deusa. Minos, filho de Zeus-touro, tem seu poder assegurado igualmente pelo touro, epifania de Posidão, que no universo cretense é um símile de Zeus. Minos é, portanto, também um touro – consorte viril que cobre inúmeras amantes (ninfas ligadas à terra como Prócris, que o livra das serpentes de Pasífae, ou Britomártis, *a doce virgem*, nome dado à Ártemis cretense) e tem por esposa Pasífae, *a que ilumina a todos* – filha do Sol¹³ – ela é a personificação da Lua Cheia. Da união do Touro/Sol – Minos com a Lua/Pasífae nasce Ariadne, *a muito bela*, ou *a casta, a pura, a luminosa, a muito sagrada e/ou honrada*¹⁴. Ariadne, como Pasífae, é filha do touro/Sol e da Senhora cretense e seguirá um destino idêntico ao desta.

Os valores ctônicos estão figurativizados, em Pasífae, em seu poder de maga; ela é irmã de Circe e, como ela, conhecedora de todas as ervas; no domínio das serpentes, animais que faz nascer do corpo de seu esposo quando ele se une a outras amantes – só a ela as serpentes poupam da morte; além de sua ligação com a Lua.

Ao unir-se ao touro de Posidão, Pasífae gera o Minotauro que, por sua vez, é um avatar da Lua, cujo crescente se assemelha aos cornos do touro. Ao ser denominado Astérion, “estrela”, mas também “aranha”, vê-se confirmar um ciclo não só estelar, retorno de Sírios, mas também figurativo, pois o novo Astérion-aranha-touro ocupa o

centro da teia-labirinto. Chantraine afirma que o Minotauro é etimologicamente *o Homem-Touro*. Filho da Deusa Mãe e de seu consorte, o Minotauro é o sucessor de Minos nessa dinastia taurimórfica – uma vez que Teseu terá de matá-lo para poder se unir a Ariadne, a nova Senhora de Cnossos.

O matador de touros

Após encarcerar o Minotauro no labirinto, Minos lhe oferece como repasto os jovens enviados a ele por Egeu, tributo que o rei de Atenas tem de pagar devido ao assassinato de Androgeu, filho de Minos, ocorrido durante os jogos de Atenas¹⁵. A cada sete, ou nove anos, as versões variam, Egeu envia a Minos sete rapazes e sete moças. Ao chegar a época do terceiro tributo a pagar, Teseu¹⁶ se oferece como uma das vítimas. Embora Egeu se oponha, Teseu parte com os jovens. O rei dá ao piloto da embarcação duas velas, uma negra para a partida e outra branca (ou púrpura, cor das flores do carvalho¹⁷) para a volta, que haveria de servir para noticiar a salvação dos passageiros. Teseu parte para Creta, mas antes vai a Delfos orar ao deus, que lhe ordena que tome Afrodite como guia e companheira de viagem. Ao chegar em Creta, Ariadne, filha de Minos e Pasífae, é tomada de um violento amor pelo jovem e lhe entrega o novelo (ou coroa luminosa)¹⁸ para que possa sair do labirinto; a única condição imposta pela jovem é que Teseu a leve consigo quando deixar a ilha. Teseu, munido da espada e do novelo, entra no labirinto e mata o Minotauro, rumando a Atenas com os companheiros e Ariadne. Devido a uma tempestade, Teseu é atirado às costas de Chipre (ou Naxos) onde abandona Ariadne¹⁹, que mais tarde é encontrada por Dioniso; enamorado da bela Ariadne, o deus do vinho se une a ela. Teseu aporta em Delos e, depois de sacrificar a Apolo e consagrar a estátua de Afrodite que Ariadne lhe havia dado, executa com os jovens um coro de danças cujas figuras imitam as curvas e os ângulos do labirinto, num ritmo de movimentos alternantes e circulares. Teseu executa a dança ao redor do *Cerato*, altar feito de chifres (*keráton*). Esquecido de mudar as velas, o piloto aproxima-se de Atenas com as velas negras. Egeu, acreditando na morte do filho, atira-se ao mar. Teseu empreende ainda várias expedições. Numa delas, une-se a Antíope, uma das Amazonas, com quem tem Hipólito. Mais tarde, regressa a Creta e rapta/desposa Fedra, irmã de Ariadne²⁰.

O mito de Teseu recupera inúmeros elementos ligados à Deusa Mãe e sua hierogamia com o touro, bem como os ritos propiciatórios e iniciáticos ligados ao Ida.

Teseu é filho de Egeu e/ou Posidão, congregando dessa forma o fogo de Hefesto com o mar/touro de Posidão. Embora o senhor dos mares seja, geralmente, associado ao cavalo, em Creta e no mito de Minos/Teseu ele se faz representar pelo touro. Assim sendo, Teseu é fruto da união de deus urânico com a Deusa Mãe, equivalendo-se a Minos. Mas essa identidade não se restringe apenas à origem de ambos: Teseu, como Minos, é o símbolo do iniciado – juntamente com mais treze jovens, ele é encerrado no labirinto (símile da gruta do Ida onde Minos, a cada sete ou nove anos, vai se encontrar/enfrentar Zeus–Touro para relatar seu governo, só retornando ao mundo com o consentimento do deus), enfrenta o Minotauro, sofrendo uma morte ritual antes de se unir a uma esposa real e divina, Ariadne; duplo de Pasífae, ela é a luminosa, a luz da Lua, a ninfa/*koré* que se entregará ao touro/deus numa hierogamia semelhante à de Europa e Zeus. E, como Pasífae, deixará esse touro por outro, Dioniso – deus taurimórfico e ligado à vegetação, o que lhe custará a vida, sendo substituída por uma nova *koré*, Fedra.

Retomando a epifania de Zeus, a morte do *kouros* divino na gruta tem, como a morte/desaparecimento mística do iniciado, seu modelo na morte anual da vegetação, seguida de uma ressurreição primaveril promovida pela divindade feminina (Triomphe, 1989, p.181). Teseu, morto/desaparecido no labirinto/gruta, renasce pelas mãos de Ariadne – o novelo é o cordão umbilical, fio mágico, que traz Teseu à vida – como os demais consortes, ele é filho e amante de Ariadne. Seu (re)nascimento é fruto da união do Sol/touro com a terra – é o sangue do Minotauro, imolado por Teseu, derramado no labirinto/gruta/útero da Terra que promove a renovação e o surgimento de um novo ciclo, agora mantido por Teseu e Ariadne.

As sucessões dos consortes da Deusa Mãe ocorrem a intervalos regulares; eles são provados de maneira a demonstrar sua força, coragem e virilidade; se fracassam, são substituídos por um mais jovem e, eventualmente, imolados como tributo à deusa. O novo Senhor se unirá então a uma nova Senhora, revigorada pelo sangue, pronta a receber o sêmen. Ariadne sucede a Pasífae, como ela sucedeu a Europa – todas são a mesma e única Deusa – Mãe – Terra.

O abandono de Ariadne por Teseu parece confuso em suas muitas versões, mas, se visto dentro do arcabouço narrativo estabelecido para a Deusa Mãe e seu consorte, é bastante claro e coerente. Ariadne, mais que uma personagem apaixonada, é a figurativização da *koré*, da virgem, como Perséfone, Ártemis ou de Afrodite ao unir-se a Anquises (Homero. *Hino a Afrodite I*). Todas guardam a figuratividade da fruta madura pronta para ser colhida – plenas de sementes, elas precisam ter suas cascas rompidas, suas cinturas desnudadas, seus cintos desprendidos, seus véus levantados pelo Sol/touro para que as sementes se espalhem sobre a terra fecunda, gerando novos frutos para a nova estação primaveril. Sob esse aspecto, Ariadne equivale à Deusa do nó de Cnossos – *koré* benéfica, que oferece a continuidade da vida, serpente/novelo. Mas, após ser fecundada, a *koré* desaparece, deixa de existir, e Ariadne assume seu aspecto de *pótnia* – *Senhora das Feras* ligada ao leão solar²¹ (Dioniso), sucessor do touro, sendo substituída por outra *koré*, Fedra. Como Pasífae, ela brande as serpentes/abelhas da ira e as faz nascer de seu consorte – é a visão terrificante da Deusa com felino.

Dioniso é o *filho do Céu*, nascido duas vezes; ele é primeiro filho de Zeus e Perséfone. Zeus assume a forma de uma serpente para se unir à *koré* ctônica. Perseguido por Hera, o jovem deus é entregue aos cuidados dos curetes e Apolo, mas Hera o encontra e envia os Titãs para que o devorem. “Morto”, desmembrado e cozido, só resta o coração do deus, que Atena rouba aos Titãs a mando de Zeus, que o devora ou o dá a Sêmele, antes de se unir à jovem. Sêmele, avatar da Grande Mãe, é a terra, grávida do deus é fulminada por Zeus (senhor do raio) ao desejar vê-lo em todo o seu esplendor. Dioniso, retirado do ventre de Sêmele, é colocado na coxa de Zeus, que termina sua gestação²². Ao (re)nascer é confiado às ninfas e aos sátiros, sob a forma de bode. Entre as vinhas, na sombria gruta de Nisa, Dioniso cria o vinho.

Como Zeus/Minos/Teseu, Dioniso é filho da Terra – Deusa Mãe fecundada pela serpente/touro/raio. Após sua morte ritual, renasce, conjugando o úmido e o ígneo. O deus apresenta-se então sob a forma de touro, de bode e, às vezes, de um felino (pantera, leopardo ou leão). Deus das orgias e do êxtase, ele é para os cretenses Zagreus, o Senhor das Feras, confundindo-se com Zeus, associado às abelhas, às serpentes e às danças vertiginosas ao som dos címbalos.

Ao tornar Ariadne esposa de Dioniso, o mito recupera os valores astrais e perpétuos dos ciclos da natureza. Se Dioniso é o novo Zeus–touro, Ariadne é a deusa

cretense, a terra. Instalados no céu, com a constelação da coroa, o par divino celebra a cada ano a renovação da natureza, servindo de modelo e estabelecendo uma sequência ritual, na qual vida, sedução e morte equivalem a mais uma volta da elipse do tempo – nova, diferente, porém idêntica à anterior.

Não é sem motivo que Teseu retorna a Atenas na época da colheita: ele, que, matando o touro na casa do *labrys*, nada mais fez que prolongar a longa aventura taurina que teve seu prosseguimento com o nascimento do Minotauro. Teseu é o agente que irá traduzir o mito em estruturas religiosas e sociais mais concretas. Ele é o iniciado que, sob os auspícios de Afrodite, Senhora do sexo e da fertilidade, retorna à vida e ensina/representa, através da dança (símile do ato sexual), os perigosos caminhos que levam ao centro do labirinto – ao ventre da Deusa. Novamente Teseu e o Minotauro se fundem: ao recriar o labirinto através da dança, Teseu assume o lugar do homem–touro–aranha, ocupando o centro da teia–labirinto por ele tecido. A dança executada por Teseu segue o movimento chamado *gêranos*: associado ao grou (ave pernalta), é dançado por várias pessoas, uma atrás da outra em fila única.

[...] a dança do grou imita ora a saída do labirinto, ora a entrada na morada do Minotauro. E nas descrições dos antigos o movimento é especificado por dois aspectos. De um lado, suas figuras maiores são a paralaxe e a espiral (parállaxis e anêlixis), combinando num traçado helicoidal os movimentos alternados da esquerda para a direita. De outro, o movimento é conduzido por dois guias, cada um ocupando uma extremidade. Os dançarinos se alinham numa fila contínua, porém provida de dois guias, como uma fila cujo cerra-fila se metamorfoseasse em guia, num ponto e num tempo do percurso. (Detienne 1991,p.18)

A referência ao grou complica e muitas vezes oculta a pertinência dessas figuras da dança para descrever o percurso do labirinto. Para uns, a Donzela na dança da primavera realizava um antigo rito agrário, relacionado com um percurso lustral alheio às aventuras de Teseu (a dança ao redor do altar seria um rito banal de natureza lustral aproximado por contra-senso de um antigo rito agrário de primavera sob o signo da ave grou, segundo Roux, citado por Detienne); para outros, seu nome evoca um detalhe singular da dança: *a forma triangular da evolução* (ibidem, 1991, p.18), tratando-se de uma dança ligada ao labirinto e, portanto, à elipse e ao sexo feminino, a forma triangular da evolução retoma o delta púbico e o sexo da Deusa.

O touro enredado

Na continuação do mito de Teseu, ocorrem novas uniões com as *kórai*: com Antíope, a Amazona, que, como as ninfas abelhas do cortejo de Ártemis/ Ariadne/ Afrodite, nutrizes de Zeus, entrega-se ao touro para gerar um novo filho/amante – Hipólito, o sucessor de Teseu; e com Fedra, a nova Senhora, mas que deseja um novo consorte, pois Teseu, já velho, deve ser substituído, embora Hipólito recuse-se a cultivar Afrodite e a se unir a Fedra. Caluniado por ela, Hipólito é morto pelo touro que Posidão faz surgir do mar a pedido de Teseu. Incapaz de controlar seu carro, “*preso nas rédeas, Hipólito, é arrastado num laço inextricável, esmagando a cabeça nos penhascos e lacerando as carnes*”²³ (Eurípides, *Hipólito*, 1236-1239).

Os versos de Eurípides narram o sacrifício desse jovem touro – enredado e preso por um nó que não se pode desatar, ele é arrastado por suas éguas, banhando a terra deserta com seu sangue; como Minotauro ou Dioniso seu sangue fecunda a terra.

A presença do *nó inviolável* que o liga, por meio das rédeas (correias, faixas ou cintos), às éguas recupera a figuratividade das deusas com suas cinturas guardadas pelo nó sagrado. Como o cavalo, as éguas ligam-se às trevas do mundo ctônico e às abissais profundezas do mar. Associados às deusas ctônicas, os equinos aparecem no mito de Deméter, representada na Arcádia com cabeça de cavalo, no das Eríneas e no das Harpias, demônios das tempestades, da devastação e da morte, representadas a um só tempo como mulheres, pássaros e éguas (Chevalier & Gheerbrant).

O sacrifício/morte de Hipólito, enredado nos laços/nó de Afrodite, junto ao mar, assume o mesmo motivo sêmio-narrativo e a protofiguratividade dos demais deuses e heróis ligados às Senhoras. Atados a elas, pelo nascimento e pelo sexo, eles oferecem seu sangue e/ou sêmen para fecundá-las, gerando um novo substituto. Como Minos foi substituído pelo touro de Posidão, Hipólito também o é. Minos é morto pelas filhas do rei Cócalo, na Sicília, num banho de pez fervente (o piche é um “líquido” oriundo das profundezas da terra), “cozido” como Dioniso pelos Titãs. Teseu, como Egeu, tem seu fim no mar, em Ciro; todos parecem ligados à água, ao feminino, e a Afrodite e Posidão.

Atados à Deusa do amor erótico, pelo desejo ou pela violência/dor, os machos conjugam um percurso narrativo que leva de seu ocultamento numa gruta/caverna a um banho de sangue (seu ou de seu antecessor) e posterior união com a Senhora. Dioniso, oculto na caverna, renasce após “emasculat/matar” a vinha (os grãos de uva possuem o

mesmo conjunto sêmico dos testículos), e então unir-se a Ariadne ou outra *koré*. Zeus assume o poder após esconder-se no seio de Gaia e “matar” Cronos, que por sua vez também foi ocultado por Gaia em seu ventre para que emasculasse Urano. Motivo recorrente, o mais jovem assume seu direito de união com a Senhora ao verter o sangue de seu antecessor, sequência encontrada nos rituais de Ártemis, quando o aspirante a sacerdote deve matar o anterior e colher o ramo de ouro da árvore sagrada, e na sucessão dos reis divinos, que não podem ter uma morte natural ou por doença, o que corromperia a terra, os homens, as plantações e animais, inviabilizando a vida da comunidade. O sintoma particular que comumente selava a sentença de morte do rei é bastante significativo: quando ele já não podia satisfazer os desejos de suas numerosas mulheres – em outros termos, quando sua capacidade viril cessava, bem como a possibilidade de reprodução –, era o momento de morrer e ceder o lugar a um sucessor mais potente²⁴. Rituais sangrentos que perduraram até o período clássico, sendo abrandados depois (Frazer, 1956, p. 23-30, 312-332 *passim*), mas que revelam a permanência de uma estrutura cuja origem coincide com a do homem.

Assim como o cinto ou o nó, o touro branco, consorte da deusa e senhor do céu, tem sua imagem gravada desde as cavernas paleolíticas (o belo touro de Lascaux) até os relatos míticos dos amores de Europa e Pasífae e nos versos da tragédia. Fonte de vida e de morte, o touro e sua Senhora percorrem o imaginário humano desde seu nascimento, proposital ou não, inspiração das musas ou engenho e arte do poeta/artista. Impossível saber com certeza, mas é na arte e pela arte que esses traços se perpetuaram e evoluíram, se auto-referindo e transformando. A Natureza e a arte aparecem como reflexos uma da outra, deixando ao homem/Teseu o papel de espelho, superfície polida em que se projetam.

Dessa forma, os laços e adornos que enfeitam o corpo das deusas enredam o macho e o prendem ao desejo. Brilhantes e sedutores, delicados e transparentes, eles capturam o olhar, arrastando sua presa para o centro de uma teia. Atados a essa imagem fascinante, os consortes deixam-se morrer no gozo do prazer. A “*femme fatale*”, Deusa Mãe, Afrodite, instalada no centro de sua teia, move-se entre o brilho e a sombra – seu corpo é o centro, está sempre no centro, ocupando o mundo que o engloba – a experiência de transformações inesperadas e maravilhosas (nesse corpo feminino) deixa

no homem uma impressão intensa, êxtase perigoso, fronteira da sedução que se dá no encontro da representação do véu/cinto com a representação da carne.

A Deusa nasce nua e onipotente, representante da Natureza absoluta; com o passar do tempo assume um valor ctônico, é o solo do qual o homem extrai o alimento, mas que deve ser fecundado; para tanto é necessário que o macho se faça presente – Senhor dos animais, o Touro ou o Leão é entronizado ao seu lado. Com o refinamento cultural, surgem os ritos e a Natureza/Terra divinizada ganha seu relato mítico – a Terra se faz mulher jovem, bela e desejável – a Senhora é agora cantada pelo poeta em suas várias faces: Ártemis, Afrodite, Deméter, sedutoras e vingativas, elas enredam seus companheiros e tecem um novo mundo, pleno de detalhes, recobertos de signos e símbolos que disfarçam, ocultam seu centro, abismo, sexo primeiro de onde a vida surgiu. Transformações figurais que guardam em sua essência o jogo perigoso da existência: vida e morte, desejo e gozo.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega I*. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. *Mitologia Grega II*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BRUMEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio ed., 1998.

CARVALHO, Sílvia Maria Schmuziger. O mito de Édipo : uma análise antropológica. In: BRANDÃO, Jacyntho Lins (org.). *O enigma em Édipo Rei e outros estudos de teatro antigo*. Belo Horizonte: UFMG/CNPQ, 1985. p.19-41.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire Étymologique de Langue Grecque. Histoire des mots*. Paris: Éditions Klincksieck, 1980.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Coord. Carlos Sussekind. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

DAREMBERG, M.M.-Ch. & SAGLIO, E.D.M. *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*. Paris: HACHETTE, 1887.

DAVEMBEZ, Pierre et al. *Dictionnaire de la civilisation Grecque*. Paris: Fernand Hazan, 1966.

DETIENNE, Marcel. *A escrita de Orfeu*. Trad. Mario da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

DUMEZIL, G. *Le festin d'immortalité. Étude sur la mythologie comparée indo-européenne*. Paris: Gallimard, 1924.

ELIADE, Mircea. *Tratado de historia de las religiones. Morforlogia y dinámica de lo sagrado*. Madrid: Cristiandad, 1981.

EURÍPEDES. *Hipólito*. Trad. Carlos Miralles. Barcelona: Bosch, 1977.

FRAZER, James George. *La rama dorada. Magia y religion*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.

GUIMARÃES, Ruth. *Dicionário da mitologia grega*. São Paulo: Cultrix, 1995.

HOMÈRE. Hymnes à Aphodite. In: *Hymnes*. Trad. Jean Humbert. Paris: Les Belles Lettres, 1967. p.141-64.

HOMÈRE. *L'Odyssée*. Trad. P. Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

JEANMAIRE, H. *Couroi et Courètes. Essai sur l'éducation spartiate et sur les rites d'adolescence dans l'antiquité hellénique*. Lille: L' Observateur, 1939.

MAGNIEN, Victor & LACROIX, Maurice. *Dictionnaire Grec-Française*. Paris: Belin, 1969.

MARQUETTI, F. R. A teia e o labirinto. *LPH. Revista de História* 19-1. MG: UFOP ICHS, 2009.

_____. *Da sedução e outros perigos. O mito da Deusa Mãe*. São Paulo: EDUNESP, prelo.

NILSSON, Martin P. *The Minoan Mycenaean religion and its survival in greek religion*. Paris: Payot, 1950.

PICARD, Charles. *Les religions Préhelléniques*. Paris: Univesitaires de France, 1948.

PLUTARCO. Teseu. In: *Vidas paralelas*. Trad. Gilson Cardoso. São Paulo: PAUMAPE, 1991. V.1, p.17-51.

SAFO. *Safo: tudo que restou*. Trad. Alvaro Antunes. Minas Gerais: Interior Edições, 1987.

SOUZA, Eudoro. *Dioniso em Creta e outros ensaios. Estudo de mitologia e filosofia da Grécia*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

TRIOMPHE, Robert. *Le lion, la vierge et le miel*. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

VERBRUGGEN, H. *Le Zeus Crétois*. Paris: Les Belles Lettres, 1981.

NOTAS

1. A iconografia da deusa tendo nas mãos o fuso ou a roca é bastante difundida também no Oriente. A roca aparece nas mãos de Ishtar, da grande deusa hitita, da deusa assíria Atargatis e de uma divindade cipriota primitiva, assim como nas mãos da Deusa de Éfeso e na Deusa com fuso encontrada em Tróia, datando de aproximadamente 2.000 e 1.500 a.C.. Todas elas são divindades ligadas à Lua e às serpentes e têm função fertilizante/fecundante comum nos mitos (Eliade, 1981, p.194).
2. Brandão, 1992, verbetes *Minos* e *Minotauro*.
3. Conferir: Marquetti, 2010, p. 432- 475.
4. Conferir: Verbruggen, 1981, p.143-144.
5. Ver sobre o cinto de Afrodite – MARQUETTI, F.R. **Da sedução e outros perigos. O mito da Deusa Mãe**. Cap. 1.
6. Esses ritos ocorriam a intervalos regulares, em períodos de 7 ou 9 anos, sempre na estação de Sírius, ou Canícula, quando o touro solar abrasava a terra-fêmea (Verbruggen, 1981, p.71-99; Triomphe, 1989, p.173-178).
7. Cf. Verbruggen, 1981; Triomphe, 1989; Nilsson, 1950; Picard, 1948 e outros.
8. Europa está associada à deusa cretense de Górtina, *Hellôtis*, esposa do deus Welchanos, confundido com Zeus ou Apolo. O casal reaparece em Maratona e Corinto, sendo a deusa identificada à virgem Atena (Triomphe, 1989, p.179).
9. Cf. Brandão, 1992; Souza, 1973; Jeanmaire, 1939; Dumézil, 1924; Picard, 1948; Verbruggen, 1981; Davembez, 1966; Guimarães, 1995.
10. Confirmando seu valor astral, o touro cuja forma foi assumida por Zeus transforma-se em constelação, que é colocada no céu. Essa constelação é a que desaparece com o surgimento de Órion, em junho-julho, Canícula, e, segundo Triomphe (1989, p.168), é sacrificada com o *labrys* portado pelo gigante.
11. A paixão de Pasífae pelo touro é atribuída ora a Posidão somente, ora a ele e a Afrodite, que vinga na filha de Hélio a indiscrição do pai que havia contado a Hefesto sobre os amores clandestinos da deusa com Ares. Posidão em sua ira enfurece o touro, que mais tarde é morto por Hércules ou Teseu (Brandão, 1992).
12. Cf. Brandão, 1992; Guimarães, 1995; Davembez, 1966; Grimal, 1993; Plutarco, 1991, p.28-36.
13. Astro ligado ao touro, como mostra seu enorme rebanho de bois, animais de brancura imaculada e cornos de ouro, que os companheiros de Ulisses ousam comer (*Odisséia* XII, 260-402).
14. Seu nome revela atributos que mais tarde serão conferidos a Afrodite e Ártemis.
15. Androgeu, após vencer os jogos, é enviado por Egeu para lutar contra o touro de Maratona, quando falece. Alguns mitógrafos dizem ser esse touro o mesmo que saiu das águas a pedido de Minos.
16. Teseu é dado como filho de Posidão e/ou de Egeu. Etra, sua mãe, ter-se-ia unido a ambos no mesmo dia. Egeu é descendente de Hefesto, deus do fogo, e de Gaia /Atena. Hefesto tenta violar Atena, mas ela escapa a ele; no entanto, o sêmen do deus cai sobre Gaia (a terra), que gera Erictrônio, ancestral de Egeu. Teseu é descendente, portanto, de um deus do fogo com uma Deusa Mãe. Deve-se observar ainda que Hefesto, após ser lançado do Olimpo por Zeus, viveu nove anos numa caverna, onde aprendeu a trabalhar os metais. Foi esposo de Afrodite, que o traiu com Ares – outro senhor do fogo.
17. A púrpura ou vermelho-escuro é a cor da realeza, mas aqui é também indício do esperado renascimento de Teseu; banhado no sangue escuro da mãe ao nascer, Teseu deveria regressar do centro da terra, envolto por velas (que possuem estreita correlação com os véus e, portanto, com o hímen-sexo) rubras – signo do iniciado.
18. Existem duas versões sobre o objeto ofertado a Teseu por Ariadne. O mais corrente é o novelo; o outro, uma coroa luminosa dada a Ariadne por Dioniso ou Afrodite. Tanto o novelo quanto a coroa se inserem no rol figurativo do círculo/espiral e demais semas vistos para o sexo. O novelo remete ao

- feto/cordão umbilical, mas também à Lua e seus raios/fios de luz, imagem contida na coroa. Ariadne, como Pasífae, é a Lua cercada por uma coroa de luz que guia o homem na escuridão da noite. Como símile do sexo, é graças à paixão inspirada por Afrodite que Ariadne se oferece a Teseu, auxiliando-o.
19. Há várias versões sobre o abandono de Ariadne por Teseu. Numa delas, a jovem está grávida e desce à terra, enquanto Teseu fica a bordo e é levado para longe pela tempestade; em outra, o jovem a abandona por estar apaixonado por outra mulher. Em ambas, Afrodite tem uma parcela de responsabilidade.
 20. Cf. Plutarco, 1991, p.17-51; Brandão, 1992, verbetes *Ariadne*, *Minos*, *Minotauro*, *Pasífae* e *Teseu*.
 21. Como Zeus, Dioniso assume valores uranianos e ctônicos, pois Ariadne é encontrada e amada pelo deus quando dormia num campo cheio de narcisos. O sono/torpor causado pelo perfume dos narcisos é comparado à morte; assim, Ariadne é um duplo de Perséfone, a *koré* raptada por Hades enquanto colhia um belo narciso, e Dioniso de Hades, deus ctônico.
 22. O verbo, utilizado por Eurípedes em *Hipólito*, 1236-1239, é *desmeyō* (atar, enlaçar), do qual deriva *desmós* “nó”, possui a variação *désmios*, “que encanta, que enfeitiça”; pas. “encantado, enfeitiçado”. A derivação poética remete a uma aproximação entre enredar/prender/atrair e encantar/seduzir, correlação também presente no latim *seducere* “levar para o lado, atrair”; da mesma forma, o latim *fascinus* ou *fascinum* significa “quebranto, sortilégio, malefício” e pertence à mesma família etimológica de *fascia* “faixa, atadura”; o termo *fascinio*, “mau-olhado, quebranto, sortilégio” no português tem origem no verbo *fascinare* “encantar, enfeitiçar”, a mesma raiz dos sortilégios e nós (Brandão, 1994, p.55).
 23. Outro aspecto que precisa ser levado em consideração, segundo Silvia de Carvalho (1985:25) “é que, com a formação dos Estados Teocráticos, o rei-sacerdote ou o rei encarnação de deus é, antes de tudo, tido como um ‘ser que se sacrifica’, um mediador entre o seu povo e os deuses ou o mundo exterior, e esta mediação se consegue no esquema arcaico de representações, assumindo o rei um status de ‘vítima sacrificial’. Esse sacrifício, numa sociedade de linhagens, em que os mortos – os ancestrais – são os mediadores entre o mundo humano e o Cosmos (Natureza e Além) caracteriza-se como um rito que visa transformar o chefe num ancestral vivo e por isso rei sagrado ou encarnação de deus, pois a linha genealógica ascendente leva naturalmente ao herói civilizador, que é, em última instância o deus criador dos homens e do mundo humanizado.”
 24. Outro aspecto que precisa ser levado em consideração, segundo Silvia de Carvalho (1985:25) “é que, com a formação dos Estados Teocráticos, o rei-sacerdote ou o rei encarnação de deus é, antes de tudo, tido como um ‘ser que se sacrifica’, um mediador entre o seu povo e os deuses ou o mundo exterior, e esta mediação se consegue no esquema arcaico de representações, assumindo o rei um status de ‘vítima sacrificial’. Esse sacrifício, numa sociedade de linhagens, em que os mortos – os ancestrais – são os mediadores entre o mundo humano e o Cosmos (Natureza e Além) caracteriza-se como um rito que visa transformar o chefe num ancestral vivo e por isso rei sagrado ou encarnação de deus, pois a linha genealógica ascendente leva naturalmente ao herói civilizador, que é, em última instância o deus criador dos homens e do mundo humanizado.”

OS FEITICEIROS E A CENA DO POÇO: ENSAIO SOBRE A RELIGIOSIDADE NO PALEOLÍTICO

Flávia Regina Marquetti

Pedro Paulo Abreu Funari

RESUMO

O presente artigo aborda algumas das representações mais significativas do paleolítico, os chamados feiticeiros, representações híbridas entre homens e animais, sobretudo a figuração do masculino humano sob o mascaramento animal ligado a um esboço de religião, o que indicaria uma complexidade de pensamento bem maior do que até então se pressupunha para o período. A leitura das cenas se faz sob a ótica da semiótica, da arqueologia e da antropologia, buscando uma interpretação das imagens que compõem a narrativa mítica essencial aí delineada.

PALAVRAS-CHAVE

Feiticeiros; cena; ritos; religiosidade

ABSTRACT

The paper discusses some of the most important images from the Paleolithic, the so-called witches, showing mixed human and animal features. They refer to male human traits disguised in a religious way, suggesting a complex mind process. The reading of the scenes uses semiotics, archaeology and anthropology, aiming at interpreting the images as part of a mythic narrative.

KEY WORDS

Witches; representation; rites; religiosity

INTRODUÇÃO

Os estudos da Pré-História têm passado por uma renovação, tão acentuada ou maior do que sobre outros temas do passado (Funari e Silva, 2010). A Pré-História como área especializada de atuação tem, em grande parte, abandonado o empirismo e a busca ilusória da descrição dos fatos do passado, dos cacos e pedras reveladores, sem mediação do sujeito inquiridor, de verdades inefáveis. Ao contrário, como em toda a ciência contemporânea, o conhecimento não pode prescindir de modelos interpretativos, sujeitos às injunções, circunstâncias e contingências dos próprios estudiosos. Chris Gosden tem ressaltado como nossas percepções do passado estão sempre moldados por nossas sensibilidades modernas (Funari, 2007: 109-110; 2008: 87-89).

Se isto é válido para todo o estudo do passado, tanto mais isto se aplica aos períodos mais recuados, como o Paleolítico. Faltam-nos não apenas informações textuais ou etnográficas, como os próprios vestígios materiais são escassos e as inferências sobre a vida humana tornam-se, por necessidade, mais indiretas e dependentes das nossas próprias conjecturas. A própria linguagem é objeto de discussão: quando surgiram as línguas faladas? Outros homínídeos dessa época detinham quais meios para se comunicar: os neandertais conseguiam falar? Clive Gamble (1994: *passim*) em seu clássico estudo sobre os nossos antepassados não hesitava em propor que foi o domínio da fala que permitiu ao homo sapiens sobreviver, à diferença dos neandertais.

A questão da comunicação dos nossos antepassados humanos, portanto, está no cerne da discussão sobre o paleolítico, em geral, e em particular no que se refere às representações pictóricas. Falassem ou não, esses seres humanos se comunicavam por meio de imagens que, em alguns casos chegaram até nós. Contudo, essa comunicação era *sui generis*, pois em meio a uma caverna, nem sempre as imagens podiam ser vistas e mesmo quando o pudessem, não sabemos o quanto se destinavam a que fossem, de fato, vistas, ao menos por outros seres humanos. Mas, quem poderia afirmar que elas não se destinavam à comunicação com outros seres, na esfera daquilo que nós, em tempos modernos, chamamos de religiosidade? Esse termo, derivado do latino (*religio*), não pode, claro, dar conta dos sentimentos de outros povos (como o grego antigo, que

nunca conheceu o conceito de religião) e, menos ainda, da intimidade que os paleolíticos podiam sentir com forças superiores.

Em seguida, mas não menos relevante, a interpretação dessas imagens, para além do seus aspectos míticos, no sentido grego do termo, como narrativa sobre o cosmo, pode ser favorecida por uma interpretação antropológica a respeito de dois aspectos essenciais para a vida: a alimentação e a reprodução, termos, aliás, como veremos, em constante correlação. Na modernidade, tais aspectos essenciais da vida aparecem travestidos de mil e uma formas, a tal ponto que, por vezes, nos esquecemos de sua relevância...ou assim queremos nos convencer. O pão nosso de cada dia é tão distante do simples pão, que esquecemos que de alimentação se trata. O desejo sexual aparece camuflado, mediado por culpas e conceitos elaborados e, segundo alguns, a narrativa sexual substitui a própria prática, que já não pode existir senão como referência concreta às imagens e narrativas. Como, então, interpretar imagens sexuais de uma época na qual, talvez, nem mesmo existisse uma linguagem falada para narrar, para nós, que tudo narramos e fazemos à luz dessas narrativas? Pareceu-nos, à luz de discussões recentes, que seria mais produtivo e prolífico (dois termos da reprodução), uma interpretação semiótica, ao mesmo tempo sexual e espiritual, se assim podemos dizer, de algumas imagens dessa alta antiguidade. Para isso, neste artigo, partimos de uma categoria bem interface entre espírito e corpo, a feitiçaria e o feiticeiro, termos que retomam a ambiguidade do termo feitiço/fetice, mágica e sexualidade juntos.

Os caçadores

O equilíbrio da vida entre os caçadores repousa sobre o intercâmbio entre as duas atividades fundamentais que sustentam as suas vidas: a caça que produz o alimento e a cópula que produz a prole. Essa associação é tão introjetada no ser humano que diversas línguas apresentam a mesma palavra para designar a ambas as atividades (Lèvêque, 1982: 53-54). É por isso que homens e mulheres se transformam em animais se revestindo de máscaras; no Paleolítico superior europeu, há uma busca de assimilação

pela representação figurada, assimilação de resto diferenciada entre os sexos: o aspecto dos homens é objeto de uma estilização bestial; as mulheres são frequentemente dotadas de uma atitude semi-inclinada que lhes confere a curva do traçado dorsal do animal (ibidem: 55).

Neste contexto, segundo Lèvêque, é que se apresentam o feiticeiro de Trois-Frères, de Le Gabillou, ou o casal humano do abrigo de Murat (Lot), no qual tem-se um homem em pé e, à sua frente, uma mulher semi-inclinada. Sobre a mulher foi gravada a imagem de um animal, buscando uma relação de igualdade entre ambos; o homem, enquanto caçador, tem o falo ereto e possui o rosto deformado¹.

A figuração do masculino humano sob o mascaramento animal ou mesmo forte deformação, privilegiando o órgão reprodutor indica a inferioridade do homem em relação ao animal, a necessidade daquele em assumir a pujança deste, sua força, ferocidade e virilidade para atrair os favores da natureza, ou, mais precisamente neste período, a capacidade de subjugar a caça; há uma sutil valorização do homem em relação aos períodos anteriores. A sobreposição da imagem animal à da mulher, corrobora a leitura de uma união ritual ligada à natureza, na qual cada um dos parceiros assume os valores intrínsecos do macho e da fêmea animais e, portanto, aumentam o contingente destes, invertendo as posições: a cópula humana, sob a máscara animal, não gera mais humanos, mas sim mais animais, beneficiando a Natureza. O caçador, agora metamorfoseado em animal, não é mais o predador da natureza, mas sim o predador do homem, sob ambas as máscaras, a morte é uma constante.

Os indícios até aqui levantados nas pesquisas permitem ver um esboço de religião já desenhado no Paleolítico, indicando uma complexidade de pensamento bem maior do que até então se pressupunha para o homem do período tanto no que tange aos papéis assumidos na reprodução quanto na criação de um mundo semi-simbólico, mítico. A representação dos “feiticeiros”, agentes que estabeleceriam o elo entre a natureza e o agrupamento é um ponto chave. Nas análises desenvolvidas até o momento, observou-se uma constante entre a representação dos touros/homens híbridos e uma narrativa elementar, que conjuga a figura da fêmea, Deusa ou mulher, a união entre eles e o decorrente “nascimento” dos animais, determinada por meio de uma

estrutura sêmio-narrativa ancorada nos atores e na localização espacial ocupada por eles, que gera o sentido e comporta a organização de um discurso efetivo e intencional.

Os “feiticeiros”

Há muitos exemplos, em diversas partes da Europa, desta figuração híbrida homem-animal, geralmente, o corpo é humano e a cabeça animal, com chifres. O exemplar mais conhecido é o “Grande Feiticeiro” de Trois-Frères (Ariège). Localizado no mais profundo da gruta, numa passagem estreita e dissimulada, mas dominando a passagem quanto a altura. Ele mede cerca de 75 cm de altura, realizado com técnica de gravura e pintura negra. Nele vê-se um misto de diversos animais, possui rosto de pássaro (mocho), orelhas de lobo, cabeça e armação de rena², corpo e cauda de cavalo, sexo colocado como o de um felino, patas dianteiras de urso ou de felino; as pernas, os pés, o órgão sexual e a postura são de homem (Leroi-Gourhan; 1990:106-7).

Os olhos do feiticeiro são representados de frente, como nos homens, enquanto os animais têm os olhos de lado, com excessão dos felinos. O Feiticeiro fita o espectador de frente, encarando-o, seu posicionamento dentro da gruta acentua esse enfrentamento, pois ele domina o nicho/alvéolo onde está, confirmando seu valor mítico e mágico.

A presença dos olhos de ave de rapina confirmam a leitura do conjunto como um guardião vigoroso. A família Strigidae, à qual pertencem o mocho e as corujas, caracteriza-se pela apurada visão noturna, a capacidade de girar o pescoço 180 graus, possuir hábitos crepusculares e noturnos, seu vôo é silencioso e cava seus ninhos no solo. Todas essas características ligam o mocho/coruja à idéia de um predador rápido e audaz, qua ataca no escuro, capaz de detectar a presa em qualquer ponto, seu vôo silencioso permite-lhe um ataque surpresa, que ligado aos seus hábitos noturnos e crepusculares lhe valeu a associação com a morte. É interessante notar que o mocho ou as corujas defendem tenazmente seus ninhos cavados na terra, eles sempre se posicionam em local mais alto e ligeiramente distante destes, como o Feiticeiro em seu abrigo.

No restante do conjunto o Feiticeiro traz inscrito traços de outros animais igualmente fortes (reana, cavalo), ágeis na caça (felino, urso, lobo) e de audição aguçada

(lobo). Todo o conjunto aponta para um ser no qual as principais características/qualidades de cada animal é ressaltada, tornando-o um guardião/guerreiro perfeito, imbatível. O Feiticeiro funde, assim, as qualidades que compõem o mundo animal (traços vistos) e humano (postura, falo e pernas/pés) no que tange à caça/morte. Composto unicamente em preto, que se opõem dialeticamente ao vermelho, encontra-se sob ele uma infinidade de animais desenhados e com os quais estabelece uma interação gráfica, criando uma ligação simbólico-temática, como afirma Tymula (1995: 211- 48). Enquanto o vermelho está ligado ao fogo, ao calor, ao quente e, portanto, à fecundação e à vida, o preto é seu estágio último, a carbonização, o que leva a uma solidez, rigidez do objeto, a uma não vida, portanto, morte. Desta forma, o Feiticeiro híbrido de Trois-Frères é um Senhor dos animais, protetor da gruta e dos animais, e um Senhor da morte. O falo (humano) representado estabelece uma analogia com a flecha³ – veículo de caça e de morte, mas invertido, colocado como se fosse de um felino, o que reforça ainda mais a idéia de ferocidade que se volta contra o caçador. Ambivalente, o Feiticeiro de Trois-Frères guarda a caça, mas também auxilia o agrupamento humano, preservando o santuário/útero da Terra-Mãe de uma expoliação excessiva, garantindo a subsistência do homem.

O Feiticeiro de Gabillou (Dordogne), como o de Trois-Frères também se encontra no último grupo da gruta, é constituído por um homem itifálico com cabeça de bisão e está ligado por um traço a dois signos vulvares, o que corrobora a idéia do mais viril colocado no mais feminino da cavidade⁴. Escavado na parede do abrigo, possui apenas coloração negra. Toda a gruta possui inúmeros animais desenhados, sem um padrão aparente (Gaussem; 1991: 114). O Feiticeiro domina todo o conjunto, quer pela disposição na altura em relação às demais pinturas, quer pela profundidade. A presença das vulvas junto a este não limita sua função como no anterior a um Senhor da morte e guardião apenas, ele é também um gerador de vida.

A cena do poço

Dentre todas as representações, uma das mais intrigantes é a *cena do poço* (fig.1) da caverna de Lascaux⁵, nela todo um arcabouço narrativo é apresentado. Datado do final do Solutreano e princípio do Magdaleniano, aproximadamente 17.000 anos, o *poço*

abre-se no fundo da *Abside*, sala redonda que se abre para Oeste⁶, na confluência da *Passagem* e da *Nave*, sendo necessário descer de 4 a 5 metros até o começo do nível inferior para se chegar a ele. Como nos demais exemplos, o *poço* situa-se num ponto extremo, no mais profundo da caverna, a descida ao *poço* pode ser sentida como uma “queda”, ou “mergulho”. As imagens não deixam dúvidas da correlação estabelecida entre as cavernas e o útero da terra, e do valor mítico atribuído a elas. Para que se possa realmente apreender a importância da representação da *cena do poço* é necessário antes percorrer o conjunto de salas e corredores que levam a ele, pois o percurso compreende toda uma estrutura investida de sentido, que culmina na *cena do poço*.

O *poço* fica no ponto extremo da *Abside*, ele é precedido pelos seguintes setores: a *Abside*, a *Passagem* e a *Sala dos Touros*. A *Sala dos Touros* agrupa 130 figuras, 36 de animais, 50 signos geométricos e traços de atividade; os animais compreendem: 17 cavalos, 1 auroque, 11 vacas e touros, 6 cervos e 1 urso negro. A *Passagem*⁷ liga a *Sala dos Touros* à *Nave* e à *Abside*, possui uma grande densidade de representações, centenas de figuras e 385 pinturas, todas de difícil leitura, entre os temas animais encontram-se o cervo, o bisão, o íbex e os bovídeos, todos animais portadores de cornos; além de signos em crochê, em cruz e quadrangulares. A *Abside* possui uma superfície de 30 m², com elevação de 3,50m e contém mais de mil figuras, cerca de 500 animais e 600 signos geométricos, as figuras se repartem nas paredes laterais e no teto em cúpula, sem descontinuidade. A densidade cresce ao se penetrar mais para o fundo da *Abside*, sendo máxima na região que se abre para a parte mais alta do *poço*, situado no mais recuado da sala. No percurso percebe-se um adensamento nas imagens dos animais, a cada sala ou passagem elas se avolumam, e nota-se um escalonamento nos valores atribuídos a elas: passa-se da *Sala dos Touros*, composta por diversos animais viris, desta para a *Passagem*, guardada por animais viris e portadores de cornos – agressivos, para culminar na *Abside*, prenhe de toda a vida animal sob o “comando” do Grande Feiticeiro.

Na parede esquerda da *Abside*, localizado entre o cervo e o pequeno cavalo, encontra-se o Grande Feiticeiro, assim chamado por assemelhar-se às máscaras africanas, ele é composto por uma estrutura gráfica de largas faixas finamente gravadas, o fundo, pintado em negro, ressalta a imagem ocre com suas finíssimas incisões sub paralelas. A imagem do Grande Feiticeiro em tudo nos remete a um jorro de água em

cascata (chuva ou fonte) ou de luz, daí a correlação estabelecida com as máscaras africanas feitas em ráfia, presas no alto e que se abrem ao longo do corpo.

A presença do Grande Feiticeiro entre os inúmeros animais da Abside confirma o visto para os demais “feiticeiros”, ele domina um conjunto de vida e morte, o cromatismo empregado: ocre-amarelo contrastando com o fundo intencionalmente negro, pintado para depois serem gravadas as linhas finíssimas que compõem a figura, conotam a idéia do raio brilhante/chuva, poder fertilizador urânico, sobre o fundo estéril, negro/morte, ou profundidade/útero da Terra⁸. Mas ao contrário dos demais feiticeiros, ele não é o ponto final do caminho, ele o antecede juntamente com a infinidade de animais ali representados.

Ao descer para o *poço* a primeira pintura encontrada é a de um cavalo negro, incompleto, foi representada apenas a cabeça com a crina e parte da curva lombar, ele está diante da abertura de acesso, à altura dos olhos. A segunda pintura é a cena do homem-pássaro, junto ao bisão e ao rinoceronte, estas figuras estão agrupadas em uma área de 3m², a altura de 1,40m do chão. Em oposição às salas anteriores, o poço possui um número reduzido de figuras, oito no total: quatro animais (cavalo, bisão, pássaro e rinoceronte), três outros registros geométricos (pontuações e signos em gancho), no centro o homem-pássaro, única representação humana no santuário, uma vez que o Grande Feiticeiro não possui qualquer traço humano. Outra característica da cena é ser monocromática, toda feita em negro⁹, o restante da caverna apresenta imagens em diversas cores.

Nos conjuntos imagéticos analisados, fica evidente a intenção do artista paleolítico em evidenciar uma imagem e conceder uma atenção periférica a outros elementos e, assim, construir um sentido, uma significação. Segundo Edward Lopes (1986: 68):

O espaço se temporiza desde o momento em que passa a ser olhado [...]. A imagem parada de uma pintura, por exemplo, que é, na sua materialidade, substância sem sentido, passa a ser percebida como significante quando o leitor projeta sobre ela o molde, a *grille* do arcabouço narrativo, de tal modo que o ponto que ele lê adquire, a cada instante presente da leitura, os valores de cena *tópica* e *crônica*, *tópica* enquanto lugar em que decorre o acontecimento, e *crônica* enquanto espaço em que se relata agora, no presente do leitor, o que já aconteceu no passado, o que está acontecendo no presente, e o que vai acontecer no futuro. É o arcabouço narrativo, portanto, que, projetado pelo leitor sobre o discurso a ler, organiza o sentido que há de seguir a trajetória do olhar, guiando esse trabalho de sutura dos parciais apresentados pelos sucessivos segmentos em que o discurso é recortado, de modo a

transformar esse discurso errático na totalidade contínua e coerente do texto.

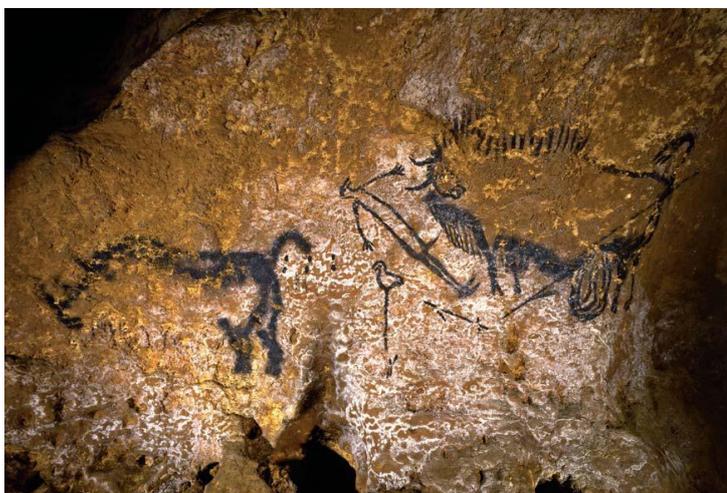


Fig. 1 *cena do poço* – Lascaux, França¹⁰

Dessa forma, podem ser articulados três segmentos na cena do poço, propriamente dita e uma que se opõe espacialmente, a do cavalo:

- No alto à esquerda, o bisão ferido pela azagaia e, à sua frente, quase no centro da composição, o homem itifálico com cabeça de pássaro, caído ou deitado de costas; abaixo dele, a seus pés, um signo em gancho ou outra azagaia caída, porém menor.
- No centro da composição, em primeiro plano, um pouco abaixo do homem/pássaro, o bastão com o pássaro encimado
- Na mesma altura que o bastão, mas deslocado para a esquerda, o rinoceronte e as seis pontuações agrupadas em duas linhas.

A interpretação mais corrente vê uma cena de caça, na qual o homem (ou xamã) caído teria sido atingido pelo bisão ferido pela azagaia¹¹, mas a sua complexidade é bem maior.

O conjunto das imagens do poço apresenta características interessantes, a primeira delas é a diferença no método utilizado pelo artista, o cavalo negro (da entrada), o rinoceronte e as pontuações foram feitos a partir da pulverização da cor, diversamente dos demais, traçados a pincel, a fonte do colorante é a mesma, o dióxido de magnésio. Esta distinção, bem como a incompletude do cavalo e do rinoceronte privilegiando a região dorsal e a cabeça, os aproxima. Sobretudo por um abrir o

conjunto (o cavalo), e o outro fechar (o rinoceronte). Entre eles há a cena traçada a pincel e na qual os personagens aparecem completos. O cavalo localiza-se na parede direita, e o restante das imagens, na parede esquerda.

O cavalo e o rinoceronte se opõem neste contexto, pois embora ambos sejam animais viris, o cavalo é pouco agressivo, ao passo que o rinoceronte pode tornar-se bastante irascível; ambos possuem velocidade, o rinoceronte pode chegar a atingir 45km/h, ao passo que o cavalo de corrida chega a 64km/h, a diferença entre eles é que enquanto o cavalo utiliza a velocidade para escapar aos seus predadores, o rinoceronte utiliza-a para atacar. A disposição destes no conjunto também indica uma oposição, enquanto o cavalo está voltado para a direita (Leste), o rinoceronte volta-se para a esquerda (Oeste)¹² da composição central, cada um está direcionado para um ponto cardinal, estabelecendo uma linha temporal: de leste para oeste – caminho percorrido pelo sol e que conota um ciclo mínimo de vida, um dia, mas que na lógica do caçador-coletor é sinodoicamente uma representação do todo - vida. Assim é estabelecida uma montagem metafórica entre esses dois animais, que “articula uma relação de citação anafórica imprópria entre dois seguimentos discursivos, que se tomam como imagem citante e imagem citada”, como diz Edward Lopes (1986: 66). O contexto institui uma relação, paráfrase imprópria, entre os termos:

cavalo vs rinoceronte : : (sol) nascente vs (sol) poente : : vida vs morte = renascimento

que leva ao motivo da iniciação ritual, representada pela imagem/cena descrita no centro deste percurso solar. A concepção de centro é reforçada pela posição norte-sul do corpo do homem-pássaro caído e, sobretudo, pelo bastão encimado pelo pássaro que estabeleceria o eixo zênite-nadir. A cena congrega, especialmente, a intersecção dos pontos cardiais, constituindo simbolicamente a esfera total do espaço cósmico – local onde se desenvolvem todas as energias da criação.

O grupo traçado a pincel pode ser analisado a partir de dois subgrupos: do bisão e homem-pássaro; do bastão encimado pelo pássaro.

O bisão é retratado com o apuro realista dado à figura animal no período, semelhante ao bisão de Altamira e contendo os mesmos semas, este também parece investir (contra o homem-pássaro). A leitura feita tradicionalmente do bisão acredita-o ferido por uma azagaia que o traspassa do ânus em direção à região do sacro,

eviscerando-o. Mas um olhar um pouco mais cuidadoso revela alguns detalhes importantes.

O bisão apresenta o sexo ereto, alinhado com os chifres, traçando-se uma diagonal, o falo posiciona-se exatamente entre os cornos, assim como a mão do homem-pássaro. As entranhas que parecem sair do ferimento podem ser tomadas também como uma descarga de sêmen, pois estão exatamente colocadas sob a cabeça do falo. O feitio das “entranhas” é também curioso, ele é composto por duas linhas/traços paralelos e sinuosos que formam um ovóide que, por sua vez, encerra em seu centro uma forma fálica ereta, ligeiramente estilizada, (saco escrotal, corpo do pênis e glândula), semelhante ao falo do bisão, mas enquanto este é representado preenchido pela cor negra, o outro é apenas delineado, estabelecendo um jogo entre positivo e negativo, formando um ângulo reto entre si.

A azagaia, que parece atravessar o corpo do animal é completamente visível em sua extensão, contrariando outras representações, nas quais os objetos (lanças, azagaias ou flechas) são desenhados apenas até a superfície do corpo, a parte que penetra no animal, desaparece sob a pele, quando muito dá lugar à chaga/vulva. A azagaia representada na cena parece mais estar encostada ao corpo do animal, estabelecendo uma simetria com o falo do homem-pássaro.

A pujança viril do bisão é ressaltada ainda pelos segmentos de reta, a guisa de pelos, no dorso e no peito do animal, que estabelecem um paralelo semântico com os chifres e o falo, possuidores dos mesmos semas.

Junto do bisão está o homem “caído”, a cabeça assemelha-se a de um pássaro, com bico semi-aberto e olho redondo, o tronco e os membros são filiformes, as mãos, com quatro dedos, abrem-se em leque, como as dos pássaros, o sexo é ostensivamente marcado, os pés possuem a mesma forma dada ao sexo, compartilhando os semas contextuais do chifre e da azagaia/flecha, bem como o tronco. O corpo do homem, inclinado a 45°, em relação ao bisão, estabelece um ângulo de 70° em relação à azagaia, também a 45° sobre o bisão, obtendo-se um espelhamento entre as partes: homem/azagaia, que captura a cabeça e a maior parte do tronco do bisão, deixando de fora deste V o quarto traseiro do animal, exatamente no ponto de ligação entre os “dois falos”; o bastão com pássaro também está excluído deste V.

Compondo, igualmente, um ângulo de 70° um em relação ao outro, ou de 45° em relação ao corpo, os braços do homem-pássaro apontam simultaneamente: um para o meio dos chifres do bisão (mão esquerda) e outro para o bastão encimado pelo pássaro (mão direita). A cabeça da ave é semelhante à do homem, mas como em um jogo de simetrias e dissimetrias, ela está voltada para o outro lado (Oeste).

Todos esses detalhes, geralmente pouco observados na análise da cena, permitem outra leitura da mesma: a posição central e em primeiro plano do bastão com o pássaro revela ser ele o eixo zênite-nadir e o elo entre os demais componentes da cena; as mãos do homem, por sua vez, estabelecem uma correlação entre os chifres/bisão e o bastão com pássaro, que é mediada pelo homem-pássaro. Levando-se em consideração que todos os animais desta parede estão voltados para Oeste e somente o homem para Leste e que o Oeste é marcado pelo poente, pelo fim de uma jornada ou ciclo (morte), a cena indicaria uma passagem ritual, talvez de iniciação guerreira, na qual o bastão com pássaro articula as diferentes partes deste discurso imagético: o homem-pássaro (assim caracterizado para indicar a referencialização interna do discurso que os aproxima) enfrenta e supera a morte (bisão + rinoceronte + Oeste) e renasce (face do homem voltada para Leste, tal qual o cavalo da entrada).

A possibilidade de uma iniciação guerreira e de caça é ponderada a partir da angulação formada pelo homem-pássaro e a azagaia, indicando a equivalência estabelecida entre eles pelo artista, bem como entre o falo ereto do homem (e os pés) e a azagaia, paralelos. Dessa forma, homem/falo e azagaia se confundem no enfrentamento da morte, caça e cópula.

Fora desta triangulação formada pelo corpo do homem e da azagaia, encontram-se os falos, entendidos aqui como o do bisão e o que se está no interior do ovóide, e o bastão encimado pela ave, que pela justaposição dos elementos cria uma montagem metonímica, de causa e efeito. O bastão transforma-se em um correlato dos falos, e vice-versa. O falo é tanto instrumento de vida (fecundação), valor positivo, marcado aqui pelo falo “branco” encerrado dentro do ovóide, quanto de morte (símile do chifre/azagaia), valor negativo, indicado pelo falo negro do bisão, assim como o bastão mágico, capaz de levar o homem à morte e trazê-lo à vida novamente. O bastão com o pássaro está em ligação direta com o Grande Feiticeiro da sala anterior, ambos com signos ligados ao sol/luz/céu, o vôo, que se dá no eixo da divindade – zênite-nadir –

umbigo do mundo, centro de energia que liga todos os pontos. O pássaro como símbolo de viagem iniciática é bastante comum em todas as culturas.

O falo “branco”, circundado pela forma ovóide e vazada, resgata todo o simbolismo contido no ovo e na semente¹³: promessa de vida, forma amorfa, latente, e que se encontram em suspensão entre a vida e a morte. Tal qual o pássaro, suspenso entre o céu e a terra, compartilhando dos valores atribuídos tanto a um quanto à outra. Todo este conjunto de elementos citantes e citados, leva ao símbolo da passagem, do rito iniciático. Confirmando tudo isso, as seis pontuações que antecedem o rinoceronte e precedem o bastão, são signos masculinos, colocados exatamente sobre uma abertura da caverna, conotando talvez uma hierogamia – princípio de vida; bem como os signos colocados sob os pés do homem-pássaro, forma mista, segundo Leroi-Gourhan¹⁴, que une masculino e feminino; já o signo sob o bastão, em cruz, é feminino.

Portanto, a *cena do poço* representa uma iniciação guerreira, de morte e renascimento, mediada tanto pelo feminino, gruta/útero, quanto pelo masculino, bastão com pássaro/falos - Grande Feiticeiro.

CONCLUSÃO

O simbolismo das imagens paleolíticas não se apresenta imediato, direto, claro, com um sentido indiscutível, como se fosse possível decifrá-lo de uma vez por todas, exauri-lo de outras possíveis conotações e interpretações. Este o sentido de exaurir: retirar completamente para fora (ex, para fora, haurire, retirar, esgotar), não deixar nada para ser descoberto, ou inventado (este os sentidos de invenio, encontro e invento). Não foi esta a nossa pretensão neste artigo, mas, ao contrário, propusemos uma leitura antropológica das imagens que permite, de alguma maneira e a nosso juízo, dar conta de alguns aspectos da simbologia dessas figuras e desenhos, em um contexto material concreto, nas paredes de cavernas. Entrelaçam-se, nessa trama, os sentimentos mais básicos e concretos e aqueles mais simbólicos e abstratos: sexualidade, reprodução, metáforas, transposições, mundo terreno e espaço sobrenatural, espírito e corpo. Simples imagens, separadas de nós por milhares de anos, resquícios de um

mundo perdido e que se nos apresenta apenas por ténues elos. Nem por isso nos deixam de tocar fundo na alma, por alguma razão há de ser.

Agradecimentos

Agradecemos a Clive Gamble e Chris Gosden. Mencionamos o apoio institucional da Unicamp (Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica e NEPAM), do CNPq e FAPESP. Este artigo resulta do pós-doutoramento de Flávia Marquetti sob a supervisão de Pedro Paulo Funari. A responsabilidade pelas idéias restringe-se aos autores.

BIBLIOGRAFIA

FUNARI, P. P. A.; SILVA, G. J. Teoria da História 1a. reimpressão 2010. 1^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

GAMBLE, C. Timewalkers. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

GAUSSEN, Jean. Gabillou et la signification de l'Art pariétal 1. Paléo. N. 3, 1991. pp. 113-117. <http://www.persee.fr>.

GOSDEN, Chris. Archaeology and Colonialism. Cambridge, Cambridge University Press, 2006. Resenha de FUNARI, P. P. A. Resenha de Archaeology and Colonialism de Chris Gosden. Vestígios ^{JCR}, v. 2, p. 87-89, 2008.

GOSDEN, Chris. Prehistory. Oxford, Oxford University Press, 2005. Resenha de FUNARI, P. P. A. Prehistory de Chris Gosden. Revista de Arqueologia (Belém) ^{JCR}, v. 18, p. 109-110, 2007.

LEROI-GOURHAN, André. Les religions de la préhistoire-paléolithique. 3.ed. Paris: PUF, 1970

LÉVÊQUE, Pierre. La Pensée des Chasseurs Archaiques. Dialogues d' histoire ancienne. n° 7, p.41-52, 1982.

LOPES, Edward. *Metáfora. Da Retórica à Semiótica*. São Paulo: Atual, 1986.

GOSDEN, Chris. *Archaeology and Colonialism*. Cambridge, Cambridge

MARQUETTI, F.R. *Da sedução e outros perigos. O mito da Deusa Mãe*. São Paulo: Editora UNESP, 2011 (prelo)

TYMULA, Sophie. Figures composites de l'art paléolithique européen. *Paléo*. N. 7, 1995. pp. 211-248. <http://www.persee.fr>

SÍTIOS:

<http://www.culture.gouv.fr/culture/arcnat/chauvet/fr/index.html>

<http://www.grands-sites-archeologiques.culture.fr>

<http://www.persee.fr>.

NOTAS

¹ É necessário fazer uma diferenciação entre a representação da mulher e da Deusa Mãe Natureza, embora ambas sejam representadas pelo corpo feminino, a Deusa sempre possui uma posição de superioridade, quer no tamanho, quer na atitude, é, geralmente, representada pela formas opulentas; já a fêmea da espécie humana, quando representada nas cenas de cópula é, geralmente, subjugada pelo macho, esta forma de indicar a supremacia masculina sobre o feminino perdurou na cerâmica grega, as prostitutas são, muitas vezes, representadas curvadas sob os machos, um exemplo é a Kylix de figuras vermelhas de 480 a.C. que se encontra no Museu Ashmolean, em Oxford, na qual o casal (jovem prostituta e seu cliente) copula como o casal do abrigo de Murat.

² Segundo M. Lorblanchet (apud Tymula; 1995: 5), a galhada do grande feiticeiro não parece ser nem de rena, nem do cervo elefante, mas talvez de megaceros, alces gigantes, caçados na pré-história em função de sua carne.

³ Este tema pode ser representado pelos esquemas:

Chifre → bastão/flecha → falo → bastão/flecha → chifre

<animal> “chifre” – » <objeto/arma> “flecha” → <animal/humano> “falo”.

Conferir Marquetti; 2011: cap.2.

⁴ Outro exemplo de figura composta, homem/animal, é homem com cabeça de felino do sítio de Hohlenstein-Stadel, Alemanha, data do Auraciano (entre 35.000 a 30.000), é um dos mais antigos exemplares dos chamados “feiticeiros”. Como os demais ele possui corpo nitidamente humano, com falo ereto em evidência, e cabeça de felino.

⁵ As informações sobre Lascaux foram retiradas do site do governo francês

⁶ A localização da abertura da Abside e, de certo modo, do poço para Oeste é significativa, o homem paleolítico possui um esmerado senso de direção e estas eram recobertas por valores semi-simbólicos, o Leste, região que o sol nasce possui valor positivo, ligado à vida, à luz; já o Oeste, poente, liga-se à morte, à escuridão. Em mais de uma caverna ornamentada pode-se verificar a relação entre esses dois pontos cardeais, como no caso da gruta que abriga a Dama de Laussel, que está voltada para a abertura da caverna a Oeste (Conf. Marquetti; 2011: cap.2).

⁷ Como nas demais análises, observa-se aqui a presença de um enorme touro localizado sobre a estreita abertura que leva do Divertículo axial à Passagem, guardião do caminho.

⁸ Como foi visto nas análises das vênus paleolíticas (Marquetti, 2011:cap.2), o útero/caverna é ao mesmo tempo espaço de vida quanto de morte e de renascimento.

⁹ Confirmando a leitura feita de outros sítios, o preto opõe-se ao vermelho, enquanto o vermelho está ligado ao fogo, ao calor, ao quente e, portanto, à fecundação e à vida; o preto é seu estágio último, a não vida, portanto, morte.

¹⁰ Imagem retirada de http://www.lascaux.culture.fr/content/fr/pdf/homme_blesse_small.pdf

Graphisme et développement du site: La Forme interactive. Photographies: N. Aujoulat / Centre national de la Préhistoire; Dessins: abbé Glory / Médiathèque de l'architecture et du patrimoine.

¹¹ Nenhum texto até o momento lido oferece qualquer leitura sobre a presença do rinoceronte e das pontuações, como se estes fossem obra fortuita, igualmente não se dá nenhuma relevância ao cavalo da entrada do poço.

¹² A incompletude na representação dos animais reitera sua associação com o sol nascente (cavalo) e o poente (rinoceronte), pois enquanto o cavalo é mais sumário que o rinoceronte, limitando-se à cabeça, ao pescoço e parte da linha das costas; este apresenta cabeça, dorso e ancas completos; sob a ótica da representação intencionalmente simbólica aí indicada, postula-se que o cavalo é limitado em sua representação à parte superior apenas, por indicar os primeiros raios do sol (cabeça) surgindo no levante, ao passo que o rinoceronte, retratado de costas, é o astro retirando-se, no qual uma pequena parte inferior do círculo já está oculta no horizonte. O que nos leva a repensar a associação feita por Leroi-Gourhan para o par cavalo/bisão, eles não se inscreveriam, como pensou o pesquisador, numa dicotomia fêmea/macho restritiva, mas sim vida/morte, daí seu posicionamento em muitas cavernas. A ligação vida/feminino e morte/masculino foi intuída pelo pesquisador, que não chegou a formulá-la como tal para o par cavalo/bisão.

¹³ Conferir a relação entre a terra, a semente e o útero feminino em Marquetti, op.cit, cap.2.

¹⁴ Leroi-Gourhan, 1970:93-5.

A FÁBULA E A SALA DE AULA: NOTAS SOBRE A RECUPERAÇÃO DE 42 DIAS DE 2008, PROMOVIDA PELA SEE/SP

Francisco Diniz Teixeira

Paula Cristiane Ito

RESUMO

Este texto apresentará algumas reflexões acerca da presença da fábula dentro de um Jornal que foi concebido como material didático a ser destinado aos alunos do 1º ano do Ensino Médio da rede pública paulista. Parte-se da hipótese de que os autores do material distribuído, João Henrique Mateos e José Luís Landeira, desconsideraram a fábula como um texto representante da tradição clássica. Por isso, este texto partirá da análise de como os dois autores se apropriam da fábula e a inserem no material construído por eles. Para tanto, esta análise se apoiará nos trabalhos de Dezotti (1988, 2003), Sossolote (2002) e Duarte (2003) para desnudar a vulgarização da tradição clássica feita por Mateos e Landeira, com base na apropriação indevida dos pressupostos teóricos bakhtinianos.

PALAVRAS-CHAVE

Fábula; Alegoria; Tradição clássica; Ensino de Língua Portuguesa; Proposta Curricular.

ABSTRACT

This text presents some reflections on the presence of fables on a paper prepared as an educational resource for High School 1st year students of public schools in Sao Paulo state. It comes from the hypotheses that the authors of the paper, João Henrique Mateos and José Luís Landeira, haven't considered the fables as a representative text of the classic narrative tradition. Therefore, the present text will analyse how the authors picked the fables' ideas to build their own material. For further explanation, this text will go on the ideas in the works of Dezotti (1988, 2003), Sossolote (2002) and Duarte (2003), to reveal the vulgarization of the classic tradition made by Mateos and Landeira, assuming an inappropriate use of Bakhtin's theory.

KEYWORDS

Fables; Allegory; Classic Tradition; Portuguese Language teaching; Educational Proposal

Este trabalho tem por objetivo tecer algumas considerações sobre a presença da fábula, gênero discursivo legado à literatura ocidental pela tradição clássica, em um material didático confeccionado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e distribuído aos alunos da rede pública em Fevereiro de 2008. Além disso, apresenta-se uma proposta de trabalho alternativa àquela presente no material da Secretaria que trata a fábula de forma coerente, dentro da perspectiva de gêneros textuais, inspirada nos escritos teóricos de Mikhail Bakhtin.

A recuperação de 42 dias proposta pela SEE/SP em 2008

A Secretaria Estadual da Educação paulista, tendo em vista os baixos índices alcançados pelos alunos da rede pública em provas nacionais como o SAEB, e nas provas que ela mesma gerencia como o SARESP, resolveu tomar uma medida drástica, sob a direção da Secretária Maria Helena de Guimarães Castro, para tentar reverter o baixo desempenho observado nesses exames.

Para solucionar este problema, a Secretaria preparou uma proposta curricular única para toda a rede que deveria ser seguida a partir de fevereiro de 2008 no Estado de São Paulo. Tal proposta contraria o respeito à diversidade cultural e social que está na base dos PCN's. Para iniciar a implantação desta proposta, a Secretaria lançou um projeto de recuperação de conteúdos, centrado nas habilidades de leitura e escrita, enfatizando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Os professores das disciplinas supracitadas contavam com o apoio pedagógico dos docentes das demais áreas, que tiveram o conteúdo de suas disciplinas reduzido ao trabalho em torno das competências ligadas à leitura, escrita e cálculo. O material apresentado sob a forma de um jornal – visto pela Secretaria como formato mais acessível aos jovens – deveria ser trabalhado integralmente no período de 42 dias.

A fábula como tema de aulas no jornal destinado ao Primeiro ano do Ensino Médio

Dentre os jornais que foram desenvolvidos para 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries do Ensino Fundamental, e 1^o, 2^o e 3^o anos do Ensino Médio, nos chamou a atenção o jornal

destinado para o trabalho com as salas de 1º ano, pois ele apresentava um grupo de Aulas que trabalhava com a fábula, gênero textual da tradição clássica.

Nesse jornal, a fábula é tema das Aulas 6, 17, 18, 19, 23, 24 e 25 (indiretamente, nas Aulas 7, 15 e 16).

Na Aula 6, temos o seguinte (LANDEIRA et al. 2008, p. 4):

Quem tem pressa pega o bonde e atravessa...

Estudar requer tempo. Ninguém aprende tudo de uma hora para outra. Mas como conseguir tempo para estudar? E o que dizer daqueles que vão devagar, que não gostam de fazer nada correndo? Veja o que nos ensina a fábula a seguir:

A tartaruga e a lebre

Era uma vez uma tartaruga e uma lebre que resolveram fazer uma aposta sobre quem seria a mais veloz em uma corrida. Marcaram uma data e um local para o encontro. Convocaram todos os animais da floresta para assistir a corrida. A lebre, segura que iria vencer, por causa de sua habilidade natural, resolveu cochilar durante a corrida. A tartaruga, por sua vez, sabendo de suas dificuldades em correr, continuou arduamente sua marcha, procurando alcançar seu objetivo. Quando a lebre acordou, percebeu que a tartaruga era a vencedora. Todos os animais da floresta comemoraram a vitória da tartaruga.

Adaptação da fábula *A tartaruga e a lebre*, de Esopo.

As fábulas caracterizam-se por serem narrativas curtas, situadas em um universo mágico, que recriam a realidade por meio de animais falantes ou outras maravilhosas invenções. São quase sempre críticas, ou seja, pode-se tirar delas uma moral, que aparece clara, no final da história.

1. Que moral podemos extrair da fábula “A tartaruga e a lebre”?

- a) O talentoso com preguiça perde para quem enfrenta a disputa com vontade.
- b) As tartarugas espertas são mais rápidas do que as lebres cansadas.
- c) Quem tem pressa pega o bonde e atravessa.
- d) Toda disputa é sempre uma questão de sorte e acasos.
- e) Nunca confie em quem faz tudo devagar, pois essa pessoa é mal-intencionada.

2. Comentem oralmente as relações entre a fábula e a vida real. Nos comentários, procurem abordar as seguintes questões:

- a) Você conhece algum caso em que as pessoas agiram como os personagens da lebre e da tartaruga?
- b) O que aconteceu?
- c) Um aluno poderia agir assim na escola? Como?

Busque na internet, na biblioteca ou na sala de leitura de sua escola mais informações sobre Esopo. Além dos dados biográficos, investigue de que forma ele serve de influência para os autores da atualidade.

Na aula 7, temos um conto em que a situação é recontada, acrescentando ao texto de Esopo outros personagens e pontos de vista. As atividades propostas não levam em conta a caracterização da fábula enquanto gênero discursivo, mas fazem uma ligeira comparação e valoração subjetiva das preferências dos alunos entre o texto de Esopo apresentado na Aula 6 e o conto da Aula 7.

Na Aula 17, temos novamente outra fábula (LANDEIRA et al. 2008, p. 7):

Leia agora o texto a seguir:

O leão e o rato

Um leão estava adormecido na mata, quando viu um rato passeando ao seu redor.

O leão disse:

– Insignificante animal, como ousas passear ao meu redor? Vou matá-lo com uma patada.

O rato disse:

– Não faça isso, porque um dia minha vida pode ser útil para o senhor. O leão achou divertido o comentário do rato e resolveu soltá-lo.

Dias depois, o leão caiu nas redes de um caçador. Novamente, o rato apareceu na mata e, encontrando o leão preso, resolveu roer as cordas da rede, até que o leão fosse libertado.

Adaptação da fábula *O leão e o rato*, de Esopo.

1. Levando em conta que, em alguns textos, os animais representam certas pessoas da sociedade, identifique o tipo de pessoa que seria representada pelo leão.
2. Compare o rato, do texto “O leão e o rato”, com a rata, da tira em quadrinhos.
3. Analise as características próprias da fábula encontradas em “O leão e o rato”.
4. A fábula foi construída a partir de dois tempos diferentes. No primeiro, o rato necessita do leão; no segundo, ocorre o inverso. Transcreva o termo que estabelece a passagem entre esses dois tempos na narrativa.
5. Que moral resume a idéia do texto “O leão e o rato”?
 - a) Quando a sorte muda, os mais fortes têm necessidade dos mais fracos.
 - b) Quem é rato deve ficar escondido de leões valentes.
 - c) Os pequenos devem ser educados para se comportar diante dos mais velhos.
 - d) Ninguém pode mudar o seu destino.
 - e) Algumas pessoas sacrificam a própria liberdade para se vingar dos outros.

Encerrando a Aula 19 (p. 7), há a proposta de produção de um pequeno texto em grupo, comparando as personagens da fábula da Aula 17 com as de uma tira em

quadrinhos usada como base para a Aula 15. Ao final da Aula 25 (p. 8), há outra proposta de produção textual, desta vez em dupla, de uma fábula para ilustrar uma de três morais, oferecidas de antemão, de acordo com a escolha do aluno.

Digna de nota, nos textos adaptados a partir de Esopo, é justamente a ausência de indicação da fonte utilizada para a adaptação destes, e a maneira como essas adaptações são trabalhadas nas atividades propostas pelos autores do material, João Henrique Mateos e José Luís Landeira.

Para os alunos que chegam ao Ensino Médio, a fábula não deve ser um gênero desconhecido, pois eles já deveriam tê-lo conhecido na 5ª ou 6ª série do Ensino Fundamental. Mas ainda assim, os textos aparecem desvinculados nas aulas do Jornal, sem apresentar em momento algum qualquer comentário ou nota sobre a estrutura do texto fabular em suas duas ocorrências (Aulas 6 e 17), ou que os vincule enquanto parte de uma sequência didática.

A ausência de menção à estrutura da fábula é algo estranho em um material de ensino de língua materna pois foge à perspectiva de trabalho com este tipo de texto na concepção de gêneros textuais, de acordo com os pressupostos bakhtinianos presentes no texto e nas orientações dos PCN's.

A fábula adaptada de Esopo, “A tartaruga e a lebre”, encontrada na Aula 6, nos parece uma paráfrase proveniente da tradução de Antônio Carlos Vianna, publicada pela editora gaúcha L&PM (2006, p. 155):

A tartaruga e a lebre

Uma tartaruga e uma lebre discutiam para saber quem era a mais veloz. Por isso, combinaram uma data para uma corrida e um local aonde deveriam chegar. No dia certo, partiram. A lebre, que contava com sua rapidez natural, não se preocupou com a corrida. Caiu à beira de uma estrada e adormeceu. Já a tartaruga, que se sabia quão lenta era, não perdeu tempo e, deixando a lebre dorminhoca para trás, venceu a aposta.

O talentoso com preguiça perde para quem enfrenta a liça.

Que razão embasaria o trabalho com uma paráfrase, feita a partir de uma tradução de Esopo, tendo-se em vista que o objetivo da inserção da fábula, na Aula 6, é

o de lembrar aos alunos da rede a necessidade de estudar disciplinadamente e não no último momento? A mudança de hábito está ligada ao ensinamento moral veiculado por textos deste gênero e se espera do leitor a mudança de comportamento oportuna após uma profunda reflexão.

Adotar uma paráfrase para trabalhar a fábula em sala pode ser visto como um recurso que visa facilitar o acesso ao texto da fábula esópica. Esse tipo de expediente, ainda assim, não parece uma justificativa plausível para o trabalho com este gênero discursivo, pois o auxílio de um dicionário e do próprio docente deveriam ser mais que o suficiente para esclarecer eventuais dúvidas dos discentes em relação ao texto.

Além disso, a moral ao final – característica das fábulas esópicas – está ausente no texto, não para que o aluno formule sua própria moral, mas para que ele identifique qual seria ela dentre as cinco alternativas oferecidas no primeiro exercício. O segundo exercício é ainda mais estranho, pois solicitar que o aluno teça comentários a respeito de situações semelhantes às vivenciadas pelos personagens do texto não parece algo de grande relevância, tendo em vista o objetivo de garantir um aprendizado ligado à leitura e a escrita deste gênero textual.

A maneira como a fábula é recortada e trabalhada mostra uma inadequação didática e metodológica, por parte dos elaboradores do material, pois isso em nada auxilia à apreensão e aquisição de conhecimentos relativos à estrutura fabular. Cremos também que a definição apresentada pelos autores do material não contribua para que o aluno apreenda a fábula enquanto gênero discursivo (LANDEIRA et al. 2008, p. 4.): “As fábulas caracterizam-se por serem narrativas curtas, situadas em um universo mágico, que recriam a realidade por meio de animais falantes ou outras maravilhosas invenções”.

Esta definição, por si só, compromete a aquisição do gênero por parte do aluno, pois se ele for confrontado por uma narrativa curta em que não apareçam animais, mas sim homens, objetos ou vegetais, estará ele diante de uma fábula? E o que seria esse universo mágico em que se situa a narrativa fabular, ou mesmo as “marvilhosas invenções”, aludidas na definição oferecida pelos autores do material didático?

E em relação à segunda parte da definição (LANDEIRA et al. 2008, p.4.) “São quase sempre críticas, ou seja, pode-se tirar delas uma moral, que aparece clara, no final

da história”, que conclusões o discente pode formular a respeito do gênero fabular no que tange a um de seus componentes, o discurso moral?

Como o aluno poderá identificar esta paráfrase apresentada no Jornal como uma fábula, se a moral está deslocada do texto para o primeiro exercício? Isso configura uma descaracterização do texto como representante do gênero discursivo fábula, pois há outras fábulas – e isso pode ser comprovado através da leitura de outros textos pertencentes a este gênero – em que não aparece uma moral explícita. Logo, o recorte da moral para que ela apareça em um exercício de múltipla escolha, não parece angariar nada para a formação intelectual do aluno.

Por fim, a estratégia didática de pesquisa da biografia de Esopo e outros autores influenciados por ele ao longo da tradição, poderia muito bem caber ao professor como parte da preparação de uma aula expositiva sobre a fábula, elaborada de forma diferente da apresentada pelo Jornal.

Quanto à fábula da Aula 17, o texto que originou a paráfrase apresentada no Jornal é na tradução de VIANNA (2006, p. 67):

O leão e o rato

Um rato foi passear sobre um leão adormecido. Quanto este acordou, pegou o rato. Já estava para devorá-lo quando o rato pediu-lhe para deixá-lo ir embora:

– Se me poupare – disse –, te serei útil.

E o leão, achando aquilo engraçado, soltou-o. Tempos depois, o leão foi salvo pelo rato agradecido. Ele fora capturado por caçadores que o amarraram a uma árvore. O rato o ouviu e gemer: foi até lá, roeu as cordas e o libertou. E disse ao leão:

– Naquele dia zombaste de mim porque não esperavas que eu mostrasse minha gratidão; aprende então que entre os ratos também se encontra o reconhecimento.

Quando a sorte muda, os mais fortes têm necessidade dos mais fracos.

A paráfrase deve se justificar, para os autores do material, com base no baixo desempenho que os alunos egressos do Ciclo II demonstraram em provas como o SAEB e o SARESP. Logo, a leitura de uma tradução em português padrão, a partir do original grego, se tornaria fonte de dificuldades. Conclui-se que deva ser esta a motivação responsável pela adaptação dos textos das Aulas 6 e 17 para um tom mais próximo do informal. Deve-se analisar este tipo de escolha didática como voltada apenas para

privilegiar o objetivo de formar alunos com uma competência leitora que se aproxime apenas dos níveis mínimos.

Dentre as atividades da Aula 17, há duas que chamam a atenção. Na terceira, pede-se ao aluno que analise as características próprias da fábula encontradas no texto, sem que tais características sejam descritas nos textos teóricos apresentados anteriormente, visto que a definição generalizante oferecida na Aula 6 não parece fornecer subsídios suficientes para a atividade solicitada. E na quinta, solicita-se aos alunos que identifiquem num exercício de múltipla escolha o enunciado que possa representar a moral da fábula, sem que se tivesse apresentado antes como se estrutura esse tipo de enunciado.

As atividades de produção de texto –Aulas 19 e 25 – nada oferecem que possa ser acrescentado ao trabalho com o texto da fábula, pois se centram na competência que o aluno deve ter do registro escrito e de técnicas da ordem do narrar. Por isso, são necessários alguns esclarecimentos sobre a origem e a estrutura da fábula, assim, recorreremos aos textos de Dezotti (1988) e Sossolote (2002).

Algumas anotações sobre a origem e a estrutura da fábula

A fábula é um dos tipos de texto legados ao Ocidente pela tradição clássica e que foi cultivado em diversas línguas e épocas. A presença da fábula em outros textos da literatura grega pode ser rastreada em Homero (cf. DEZOTTI, 1988, p. 6) e outros autores como Hesíodo, Heródoto, Aristófanes, Platão e Aristóteles. As fábulas registradas nas obras desses autores têm uma aplicação voltada à determinada situação.

As fábulas atribuídas tradicionalmente à figura do ex-escravo Esopo são na verdade um conjunto de fábulas anônimas (cf. LESKY, 1995, p. 183) que entremeiam um *Romance de Esopo*, situado no século VI. No *Romance de Esopo*, o relato histórico está entremeado por elementos ficcionais.

Além das fábulas esópicas anônimas, a Antigüidade nos legou outros exemplos deste gênero pelas obras de Fedro e Bábrio (em versos), que seguiram os rastros da fábula esópica, mas que também criaram textos novos a partir da própria experiência. Jean de La Fontaine cultivou a fábula versificada em língua francesa no século XVII, retomando Esopo e Pilpay (fabulista indiano do século IV a.C.)

Em língua portuguesa, no século XX, temos os textos, em prosa, de Monteiro Lobato – que parafraseia Esopo – e Millôr Fernandes – que desconstrói a tradição devido à maneira como trabalha a estrutura da fábula para criar anti-fábulas, tal como afirma Fiorin (1986/87).

Os mais antigos críticos que voltaram suas preocupações para a fábula foram Aristóteles (século IV a.C.) e Teon (séculos I ou II d.C.). Enquanto λόγος, Aristóteles (apud DEZOTTI, 1988) ligava a fábula, na *Retórica*, a um dos mecanismos que o orador poderia usar para persuadir o ouvinte sem, no entanto, defini-la, apenas contrapondo um exemplo ilustrativo dela ao de uma parábola. Já Teon (apud DEZOTTI, 1988) definiu a fábula nestes termos: “a fábula é um discurso mentiroso que retrata uma verdade”.

A fábula, na tradição subsequente à fábula esópica, é constituída por três enunciados: o primeiro, **um discurso narrativo**, em que personagens aparecem em diversas situações; o segundo, **um discurso metalingüístico**, em que o fabulista informa a ação que realiza – introduzido por um enunciado do tipo “A fábula mostra que”, uma fórmula mnemônica que pode aparecer também suprimida–; e o terceiro, constituído pela **moral**, nada mais é que uma interpretação dada pelo fabulista para a narrativa. Sendo assim, propõe-se o exame deste texto de Esopo, que aparece em DEZOTTI (2003, p. 40.):

Os caminheiros e o machado

Dois homens viajavam por uma mesma estrada. Nisso, um deles encontra um machado e o outro diz: “*Nós* encontramos um machado!” Aquele, porém, o exortou a dizer ‘ *você* encontrou’ e não ‘*nós* encontramos’. Pouco tempo depois, vieram ao encalço deles as pessoas que tinham perdido o machado. Então o homem que estava com ele nas mãos, ao ver-se perseguido, disse para o companheiro de viagem: “*Nós* estamos perdidos!” E o outro retrucou: “Não diga ‘*nós* estamos’ mas ‘*eu* estou’, pois quando você encontrou o machado, não quis dividi-lo comigo.”

A fábula mostra que os que não compartilham das situações afortunadas, tampouco nas desgraças são amigos confiáveis.

Analisando a fábula de Esopo transcrita acima, o primeiro parágrafo constitui o **discurso narrativo**, pois nele se observa a presença de personagens – normalmente representantes de tipos comportamentais humanos.

No segundo parágrafo, o enunciado “A fábula mostra que” constitui o **discurso metalingüístico**, pois nele se nota a presença discursiva do fabulista ligando a narrativa apresentada anteriormente à moral que é apresentada no restante, a saber, “os que não compartilham das situações afortunadas, tampouco nas desgraças são amigos confiáveis”. Essa **moral** dada pelo fabulista deve servir para a interpretação da alegoria presente na narrativa.

Tal alegoria presente neste gênero provém da não marcação de espaço e tempo, e pela indeterminação de personagens. Isso torna a fábula um texto que independe, para que sua leitura seja realizada de modo satisfatório, de seu contexto de enunciação original, como afirma SOSSOLOTE (2002, p. 213):

(...) É justamente por causa da não delimitação espaço-temporal e de pessoa na fábula, que se reconhece sempre que a sua leitura é feita sem o intertexto original que possibilitaria recuperar o(s) destinatário(s) real(is) para quem ela foi escrita, que a fábula se mostra como um figura de retórica, que pode ser usada em diferentes contextos, conquanto se saiba identificar as possibilidades de emprego que essa figura oferece.

É justamente a isso que alude Cássia Sossolote que permite ao leitor instaurar no processo de leitura da fábula a construção da **alegoria**. Este recurso permite sempre a atualização e apropriação, por parte do leitor, dos valores postos em discussão pelo fabulista, tanto na narração quanto na moral, independentemente do contexto de enunciação original. Por isso, apresenta-se a seguir uma proposta de trabalho sobre a fábula, abordando-a como gênero textual.

Uma proposta de trabalho sobre fábula

Um trabalho que leve em conta a fábula enquanto gênero discursivo deve centrar a análise feita nos três aspectos estruturais apresentados acima, que foram desconsiderados por Landeira e Mateos na elaboração do material a ser utilizado pelos alunos da rede pública de ensino em sala, o que parece ser um imenso equívoco.

E, mesmo para a observação da estrutura da fábula como tal, seria melhor que o material de apoio para o docente sugerisse o trabalho com uma antologia de textos representativos do gênero fabular para a análise dessas características, como a apresentada abaixo, montada com base nas traduções de Antônio Carlos Vianna e na coletânea organizada por Maria Celeste Consolin Dezotti:

O boiadeiro e Hércules

Um boiadeiro voltava para a aldeia em seu carro gemente e caiu numa ravina com seus bois e sua gente.

Grande devoto de Héracles, ficou ali parado implorando a seu deus para ajudar seus agregados.

“Inútil”, disse-lhe o deus, “aos céus implorar se com o aguilhão teus bois não ferroar” (ESOPO, 2006, p. 79.).

O asno e a carga de sal

Um asno carregado de sal atravessava um rio. Um passo em falso e ei-lo dentro da água. O sal então derreteu e o asno se levantou mais leve. Ficou todo feliz. Um pouco depois, estando carregado de esponja às margens do mesmo rio, pensou que se caísse de novo ficaria mais leve e caiu de propósito nas águas. O que aconteceu? As esponjas ficaram encharcadas e, impossibilitado de se erguer, o asno morreu afogado.

Algumas pessoas são vítimas de suas próprias artimanhas (ESOPO, 2006, p. 132.).

O bode a vinha

A vinha estava brotando novamente. Como um bode estava comendo seus botões, ela disse:

– Por que me fazer mal? Acabou o capim? Lembra-te que sou eu que forneço o vinho no dia de teu sacrifício.

Receberás do outro o tratamento que lhe dás (ESOPO, 2006, p. 158.).

O bem e os males

O bem, vítima de sua fraqueza, foi expulso pelos males. Terminou indo parar no céu.

– Como – perguntou ele a Zeus – devo me comportar com os homens?

– Dirija-se a cada um deles em separado.

Eis porque os males, por permanecerem perto dos homens, os atormentam sem parar, enquanto o bem custa tanto a vir dos céus (ESOPO, 2006, p. 27.).

O velho e a morte

Carregando a madeira que acabara de cortar, um velho ia por uma longa estrada. Cansado, depositou no chão o seu fardo e pediu que a Morte lhe aparecesse. A Morte apareceu:

– Por que me chamaste?

E o velho:

– Para que leves meus fardo.

Por mais difícil que seja a vida, ninguém quer deixá-la (ESOPO, 2006, p. 90.).

O estômago e os pés

O estômago e os pés estavam discutindo para ver quem era mais forte. Como os pés dissessem a todo instante que eram tão superiores em vigor a ponto de carregar até o próprio estômago, este respondeu: “Mas, meus caros, se eu não lhes fornecer alimento, vocês não conseguirão carregar-me!”

Assim, também no que concerne aos exércitos, quase sempre de nada vale um grande contingente se os generais não têm boas idéias (DEZOTTI, 2003, p. 47.)

As panelas

Uma panela de barro e uma de cobre iam rodando rio abaixo. Então a de barro disse para a de cobre: “Fique nadando bem longe de mim, não chegue perto. Se você esbarrar em mim, eu vou me quebrar, mesmo que o esbarrão seja contra a minha vontade!”

[A fábula mostra] Que vive em desassossego o pobre que mora vizinho de um patrão ladrão (DEZOTTI, 2003, p. 63.).

Com base na leitura de uma antologia como esta, ou de outra da preferência do docente, deveria ser solicitado aos alunos que montassem uma ficha como a apresentada a seguir, identificando as características da fábula presentes nos textos elencados:

Gênero Textual: Fábula
Personagens:
Tempo da narrativa:
Espaço da narrativa:
Tipos de comportamento que as personagens representam:
Comportamento Reprovado X Comportamento Elogiado:
Existe uma moral presente no texto?

Esta seqüência didática se configura como uma atividade alternativa àquela proposta pelos autores do material da SEE-SP, pois explora as características do gênero discursivo e oferece um arcabouço teórico mínimo para a formação do aluno enquanto leitor. Os autores do material, Landeira e Mateos, pecam por desconsiderar uma das características fundamentais que diferencia a fábula de outros textos narrativos: a presença da **alegoria**, que serve de alicerce para a construção e a fruição deste gênero discursivo.

À guisa de conclusão, não se pode esquecer que a visão de Landeira e Mateos deva provir de um equívoco enraizado no senso comum, que lê a fábula como um gênero textual de leitura fácil, voltado para moldar o caráter de crianças. Mas é proveitoso, neste momento, lembrar que esse equívoco também pode se originar naquilo que DUARTE (2003, pp. 14-15) afirma serem as ilusões que contaminam a ideologia que orienta os discursos educacionais em nosso país, baseados no “aprender a aprender”:

- Primeira ilusão: o conhecimento nunca esteve tão acessível como hoje, isto é, viemos numa sociedade na qual o acesso ao conhecimento foi amplamente democratizado pelos meios de comunicação, pela informática, pela internet, etc.
- Segunda ilusão: a capacidade para lidar de forma criativa com situações singulares no cotidiano, ou, como diria Perrenoud, a habilidade de mobilizar conhecimentos, é muito mais importante que a aquisição de conhecimentos teóricos, especialmente nos dias de hoje, quando já estariam superadas as teorias pautadas em metanarrativas, isto é, estariam superadas as tentativas de elaboração de grandes sínteses teóricas sobre a história, a sociedade e o ser humano.
- Terceira ilusão: o conhecimento não é apropriação da realidade pelo pensamento, mas sim uma construção subjetiva resultante de processos semióticos intersubjetivos, nos quais ocorre uma negociação de significados. O que confere validade ao conhecimento são os contratos culturais, isto é, o conhecimento é uma convenção cultural.

Creemos, por fim, que o material elaborado pelos dois autores estivesse imbuído dessas três ilusões apontadas por Duarte. A presença delas permite constatar implicitamente que, na visão da SEE-SP, o profissional docente nada mais é que um mero reprodutor de conhecimentos, algo que o torna dispensável. Esse tipo de discurso implícito é preocupante, pois o trabalho, proposto da forma como os dois autores o apresentaram, além de subestimar a fábula como gênero discursivo, também subestima o professor, desconsiderando-o como produtor de conhecimento, inclusive do próprio material que usa, culpabilizando-o, enfim, pela defasagem que o estudante apresenta dos níveis de leitura e escrita que deveria dominar.

Eis a razão pela qual o material didático veiculado como Jornal serviria para solucionar esse problema então detectado pela Secretaria de Educação do Estado mais rico da Federação. Na verdade, a questão é mais delicada e profunda, pois não há como negar que essa situação seja resultado negativo dos anos em que se vive sob a ditadura

subjetiva do “aprender a aprender”, discurso diretor das políticas públicas para a Educação no Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

DEZOTTI, M. C. C. *A fábula esópica anônima: uma contribuição ao estudo dos atos de fábula*. 1988. 212 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UNESP, Araraquara.

_____. (Org.). *A tradição da fábula: de Esopo a La Fontaine*. Brasília / São Paulo: Editora da Universidade de Brasília / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 214 p.

DUARTE, Newton. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* Campinas: Autores Associados, 2003.

ESOPO. *Fábulas*. Trad. Antônio Carlos Vianna. Porto Alegre: L&PM, 2006.

FIORIN, J. L. *Millôr e a destruição da fábula*. In: **Alfa**, São Paulo, v. 30/31, p. 85-94, 1986/87.

LANDEIRA, J. L.; MATEOS, J. H.. *Língua Portuguesa e Literatura*. In: *Jornal do Aluno / 1ª. Série – ensino médio*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 3-8 (48 p.).

LESKY, Albin. *História da literatura grega*. Trad. Manuel Losa. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

SOSSOLOTE, Cássia Regina Coutinho. *A recepção do discurso alegórico da fábula*. 2002. 428 f. Tese (Doutorado em Linguística) – UNESP, Araraquara (2 Vol.).

O IMPERIALISMO ROMANO E AS ESPECIFICIDADES DA JUDEIA: UM QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL

Jorwan Gama

RESUMO

O estudo do processo do imperialismo romano na Judeia deve ressaltar as especificidades daquela região frente ao Ocidente conquistado pelos romanos. Dentre tais especificidades destacamos: a recorrência de revoltas armadas e o contato prévio com o helenismo. Para analisarmos como se desenvolveu tal processo imperialista, torna-se fundamental delimitarmos os conceitos a serem utilizados, a fim de que possamos estabelecer as relações entre as especificidades judaicas e o processo imperialista romano.

PALAVRAS-CHAVE

Imperialismo romano; Judeia; helenismo; resistência.

ABSTRACT

The study of Roman imperialism in Judea should stand out the specificities of that region face to Roman West. In the midst of such specificities, we point out: the recurrence of armed revolts and the previous contact with helenism. To analyze how this imperial process developed, is fundamental to establish the concepts we use, with the intention of to relation Judea's specificities to Roman imperialism.

KEYWORDS

Roman imperialism; Judea; helenism; resistance.

Este artigo objetiva apresentar, conceitualmente, as especificidades judaicas que levaram os romanos a estabelecerem um processo de conquista, na Judeia, diferente do ocorrido na parte Ocidental de seu Império. Desse modo, definiremos a importância de conceitos como o de helenização, negociação cultural e hegemonia para o estudo do desenvolvimento do imperialismo romano na Judeia entre os séculos II a.C. e II d.C.

Importante ressaltar que, durante os séculos de dominação romana sobre os judeus, identificamos uma série de revoltas e movimentos contrários à dominação estrangeira na Judeia. Tal cenário é bem distinto do que ocorrera no Ocidente, onde a recorrência de revoltas armadas foi em menor grau do que na Judeia. Defendemos que o alto nível de complexidade social daquela região contribuiu para o turbulento período de dominação romana. Seguimos a definição de complexidade social apresentada por J. Tainter (1988), que a define por meio do estudo dos seguintes indicativos:

Grau de divisão, troca e redistribuição de recursos
Grau de estratificação e diferenciação social
Capacidade de centralização, regulação e integração entre o Estado e os diversos grupos sociais, bem como entre o centro e a periferia.
(TAINTER, 1988)

Dentre os indicativos apresentados por Tainter, dois, a estratificação social e a capacidade de integração entre Estado e grupos sociais, estão intimamente ligados na Judeia. Nessa região, a ordenação política passava, necessariamente, pelas mãos do Sumo sacerdote. O alto grau de estratificação e diferenciação social, no entanto, impediram que o Estado Judeu fosse capaz de regular as diversas facções político-religiosas judaicas alijadas do controle político-religioso judaico. Dentre as principais facções político-religiosas encontramos: fariseus, saduceus, hasmoneus, essênios e zelotas¹.

Outro indicativo do alto nível de complexidade social da Judeia é o setor produtivo. Rosana Silva (2006) destacou, com base nos relatos de Flavio Josefo, as isenções de impostos concedidas pelo monarca selêucida Antíoco III a pessoas ligadas ao Templo. O fato indica, de certo modo, a organização fiscal da administração selêucida na Judeia e também a existência de uma organização produtiva que estava sob a vigilância do reino helenístico em questão. Hans Kippenberg (1988) disserta, outrossim, a respeito da produção judaica quando explica as diferentes formas de arrendamento de terras a que os judeus estavam submetidos desde a dominação persa até a romana.

Outro fator que marcou a diferenciação da região em relação ao Ocidente Germânico conquistado por Roma foi a dominação de reinos helenísticos na Judeia. Durante dois séculos, os reinos Lágida e Selêucida dominaram os judeus, o que contribuiu para a difusão de valores helenísticos na região, tais como o estabelecimento de cidades nos moldes hipodâmicos durante a dominação selêucida (LEVEQUÈ, 1967, pp. 61-62). Em relação à existência de cidades, a dominação helenística foi fundamental para a diferenciação entre a Judeia e o Ocidente Romano, uma vez que, segundo Grimal (2003, p.09):

Foram os romanos que, nas províncias ocidentais do seu Império, fundaram as primeiras cidades. Se, no Oriente, por alturas da conquista romana, existiam desde há muito cidades florescentes ou célebres, o mesmo não acontecia na Gália, na Grã-Bretanha, nas margens do Reno, em Espanha [em Portugal] e na maior parte da África.

Ademais, a dominação helenística nos forneceu subsídios para estabelecermos mais um fator de diferenciação da Judeia em relação ao Ocidente Germânico, a saber: a existência de revoltas armadas. Apesar de termos relatos de revoltas ao domínio romano no Ocidente, como foi o caso da Revolta da Boudica na Britânia² (BOWERSOCK, 1986), é importante notar que os judeus já apresentavam um histórico de revoltas armadas contra a dominação helenística, mais especificamente contra o reino selêucida.

Com base nos indicativos apresentados acima, podemos inferir que a Judeia apresentava um alto nível de complexidade social se comparada a outras áreas conquistadas pelo Império Romano. Portanto, os romanos tiveram que estabelecer estratégias de dominação diferentes daquelas que tiveram para o domínio no Ocidente. Definiremos, desse modo, as estratégias utilizadas tanto no Ocidente quanto na Judeia durante a discussão dos conceitos as discussões dos conceitos de imperialismo, romanização, helenização, hegemonia, negociação colonial e resistência.

Entendemos o termo imperialismo como o ato de pensar, conquistar terras de outrem, terras distantes, algo deveras complexo, que não pode ser alcançado somente pela força e deve utilizar-se de uma série de outros mecanismos. Para manter o império, é preciso garantir a integração e funcionamento de todas as áreas, assegurando a hegemonia sem esmagar a diversidade nativa (MENDES, BUSTAMANTE, DAVIDSON, 2005; SAID, 1995).

Baseando-nos em Greg Woolf, defendemos que a formação de um império sempre transforma as duas faces da moeda, metrópole e colônia, diante do diálogo entre a cultura do conquistador e a do conquistado, configurando uma nova ordem social em que há a participação ativa dos conquistados (WOOLF, 1997).

É justamente essa ideia de imperialismo que temos em mente. Um processo de conquistar terras distantes, no qual as populações envolvidas, tanto do centro quanto da periferia, são profundamente atingidas, possibilitando a formação de novas identidades. Ressalta-se, ainda, que o Império Romano não deve e nem pode ser visto como um fenômeno político e militar exclusivamente, uma vez que sua manutenção necessita de uma explicação que leve em consideração aspectos variados, que não somente a força das legiões e instituições romanas. Ademais, durante as tentativas de se criar a ordem imperial nas províncias, as comunidades locais não ficaram passivas à dominação estrangeira.

Segundo Michel de Certeau, as tentativas de se estabelecer uma ordem segundo um modelo abstrato seriam o que ele chamou de “estratégia”. Nas palavras do próprio De Certeau:

Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. (DE CERTEAU, 2008, p. 46.)

Relacionamos, desse modo, as tentativas romanas de consolidação de seu poder imperial em suas províncias ao conceito de “estratégia”, que era muito mais variada que a simples coerção física e visava à construção de um ambiente que representasse o poder romano nas terras conquistadas. Ao longo da dominação imperial romana no Ocidente, identificamos uma série de “estratégias” de dominação imperial romana, as quais apresentaremos neste momento.

Segundo Norberto Guarinello, é importante ressaltar que havia duas áreas de dominação romana, Oriente e Ocidente, passíveis de estratégias de dominação diferentes. No Ocidente Romano nós vemos a difusão de todo um modo de ser romano – calcado na difusão do latim e de padrões arquitetônicos e nas práticas que difundiam os ideais latinos, tais como: as vestimentas, os *fora* e o anfiteatro. Em contrapartida, no Oriente, já havia uma vida urbana pré-romana, além do helenismo, que difundiu a língua grega. Sendo assim, as estratégias romanas no Oriente visavam a reforçar

características helenísticas que já haviam interagido com as culturas daquela região³ (GUARINELLO, 2008. p.13).

Tais “estratégias” de dominação, entretanto, estariam acompanhadas das “táticas” nativas, que nada mais seriam que tentativas de “fortificar ao máximo a posição do mais fraco” (DE CERTEAU, 2008. p. 102). As “táticas”, ao contrário das “estratégias”, partiam do conquistado em direção ao conquistador e, constantemente, utilizavam-se de objetos do conquistador de modo a reapropriá-los para seu uso no reforço de uma simbologia nativa (DE CERTEAU, 2008. pp. 93-95). Assim, acreditamos que o conceito resistência desenvolvido por Edward Said (1995) pode ser visto como uma das táticas utilizadas pelos judeus para fortificar sua posição frente ao poderio romano. Entretanto, o conceito de resistência como trabalhado pelo autor palestino abrange tanto a resistência ideológica quanto a resistência física.

Segundo Said, há dois tipos de resistência: a primária, ou física, e a secundária, ou ideológica. A resistência primária se incumbe da defesa do território físico, da luta entre exércitos nativos e invasores (SAID, 1995, p. 266). Já a resistência secundária objetiva defender a cultura do povo invadido, buscando manter suas práticas culturais após invasão territorial e a dominação estrangeira (SAID, 1995, p. 266). Nas palavras do próprio autor:

Depois do período de “resistência primária”, literalmente lutando contra a intromissão externa, vem o período de resistência secundária, isto é, ideológica, quando se tenta “reconstituir uma comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial” (SAID, 1995, p.266)

Seja enfocando as estratégias de dominação romana, ou as resistências apresentadas pela população nativa, é necessário perceber que o processo de dominação imperial acarretava, invariavelmente, um diálogo entre as culturas do dominador e do dominado. Ao deixar de lado a coerção física e partir para novas formas de aproximação, baseadas principalmente nas relações entre a elite romana e as elites provinciais, Roma iniciou um processo definido por Gramsci como “negociação colonial” (PORTELLI, 2002, p. 32), que manteve a hegemonia política nas mãos do conquistador mais pela colaboração política que pela coerção física.

A ideia *gramsciniana* de negociação colonial passa, necessariamente, pelo entendimento do conceito de hegemonia, que para Norberto Bobbio, trata-se de um termo representativo da dominação, ou de uma forma de poder, de um povo sobre outro.

A definição é adequada para nosso trabalho tendo em vista que o autor defende que tal domínio, ou forma de poder, não seria desenvolvido apenas pelo uso das armas. (BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G.. 1983, pp.579-580)

A posição de Bobbio está muito próxima daquela defendida por Peter Burke, que, seguindo Antonio Gramsci, afirma que “a classe dominante não governava pela força (ou de qualquer modo não só pela força), mas pela persuasão” (BURKE, 2000 p. 122). O autor inglês enriquece seu trabalho ao elaborar alguns questionamentos a respeito do estabelecimento da hegemonia de um povo sobre outro, reforçando a participação da população dominada no estabelecimento da hegemonia política do conquistador:

Como vamos analisar a conquista bem-sucedida desta hegemonia? Ela pode ser estabelecida sem o conluio ou conivência de pelo menos alguns dos dominados? Pode-se resistir a ela com sucesso? A classe dominante simplesmente impõe seus valores às classes subordinadas ou há algum tipo de acordo? (BURKE, 2000 p. 122).

Notamos, ademais, que os pensamentos de Burke e Bobbio encontram suas raízes na ideia *gramsciniana* de hegemonia política, que não seria estabelecida apenas nos elementos militares de coerção, encontrando subsídios também no aparelho jurídico e no consenso entre a classe dominante e os dominados. Ao afirmar que a hegemonia política deveria ser alcançada utilizando outros elementos que não apenas a coerção física, Gramsci estabelece a ideia de “negociação colonial” (PORTELLI, 2002 p.32).

A negociação colonial surge, deste modo, como uma ferramenta necessária para a explicação da reprodução da hegemonia romana nas províncias conquistadas, uma vez que ressalta o papel ativo das comunidades locais frente ao domínio estrangeiro, ou como o próprio Gramsci ressalta: “deve-se levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; [para] que se forme certo equilíbrio de compromisso” (GRAMSCI *apud* MENDES, 2009, p.134). Portanto, ao apresentarmos as estratégias de dominação romana e as táticas nativas, estabelecemos subsídios para a afirmação de que a conquista da hegemonia política romana nas províncias deve ser entendida com base no conceito de negociação colonial e que contou com a participação ativa dos nativos durante o processo. A dominação imperial romana seria, deste modo, um diálogo entre conquistador e conquistado, e não um monólogo no qual Roma representava todos os papéis.

No final do século XIX e início do XX, surgiu na historiografia um termo que ressaltava o contato entre os povos conquistados e os romanos, qual seja: romanização. Ao longo deste período, o significado do termo foi muito relacionado à aculturação, que defendia a ideia de que os “nativos” apenas absorviam a cultura romana (MENDES, 2006). Com as já citadas mudanças na historiografia na segunda metade do século XX e o florescimento da Teoria Pós-colonial, teve início um momento de revisão desta postura, ressaltando-se a heterogeneidade tanto da cultura nativa quanto da romana (WEBSTER, 1996). Esta forma de análise do diálogo cultural que envolveu o processo imperialista romano é defendida por Webster (1996), Hingley (2005, 2006) e Woolf (1997).

Concordamos com a ideia de Hingley (2005, p.37) de que o termo romanização não pode ser visto como uma aculturação dos povos nativos. O autor inglês defende que seria preciso realçar os seguintes pontos para se definir os processos de romanização: 1) a ação dos povos durante sua vida 2) a rejeição da centralidade do Oeste e o desenvolvimento do relativismo cultural 3) a criação de identidades flexíveis e fragmentadas. Ademais, segundo o autor inglês, era preciso pensar o papel das populações nativas frente a esse processo, uma vez que a difusão da cultura romana⁴ ocorria de forma heterogênea nas diversas áreas do império romano. Em uma outra produção historiográfica, Hingley (2006) defende a ideia de que houve uma globalização da cultura romana pelo mediterrâneo, que permitiu a formação de culturas, nas quais era possível identificar caracteres globais (romanos) e locais.

Dessa forma, ao reconhecermos o Império Romano como *locus* de manifestação de culturas distintas e ambíguas, preocupamo-nos em analisar aquilo que Edward Said (1995, p.64) chamou de “experiência divergente”. Nas palavras do próprio Said:

Devemos ser capazes de pensar experiências divergentes e interpretá-las em conjunto, cada qual com sua pauta e ritmo de desenvolvimento, suas formações internas, sua coerência interna e seu sistema de relações externas, todas elas existindo e coexistindo entre si. (SAID, 1995. pp. 64-66)

A importância do conceito de experiências divergentes para os estudos acerca dos processos de dominação imperial romana no Ocidente é reafirmada por Norma Mendes, que afirma:

[...] o Império Romano foi uma construção para integrar e criar um sentimento de coerência às numerosas “experiências divergentes” e, assim, estabelecer um sistema de domínio. (MENDES, 2007, p.5)

Portanto, apesar de fazerem parte de um mesmo contexto imperial, Roma e Judeia apresentam histórias diferentes com ritmos de desenvolvimento próprios, mas que precisam ser estudadas em conjunto para a compreensão das relações de dominação da primeira com a segunda. Preocupamo-nos, desse modo, em estudar o passado judeu antes do domínio romano, as interações com as culturas helenísticas, a sociedade judaica, as facções envolvidas na luta pelo poder judaico, as diferenças entre as facções e a fragmentação da elite judaica. Todos estes tópicos são de fundamental importância para a compreensão do desenvolvimento domínio imperial romano na Judeia.

Podemos, deste modo, perceber que o termo romanização deve levar em consideração as diferentes realidades sociais encontradas por Roma durante seu processo de expansão imperial pelo Mar Mediterrâneo. Seria adequado ter em mente a definição de G. Woolf (1997), o qual defende a romanização como um termo guarda-chuva, visto que engloba diversificados processos de interações culturais entre Roma e os povos conquistados. Assim, o conceito de romanização:

[...] é capaz de expressar a construção, pelos romanos, de um Império de proporções mundiais para a época e de delinear o modelo de mudança sócio-econômica, política e cultural que transformou o mundo mediterrâneo. (MENDES, 2008, p.47)

Seguindo esta definição realçamos a diversidade da cultura romana e nativa, o diálogo entre Roma e suas províncias e a ideia de que o processo de conquista romana foi diferente em cada região.

Concordamos, portanto, com os pensamentos e estudos que convergem para a romanização como um termo sem caráter explicativo, mas que indica as transformações sócio políticas dos romanos e dos povos conquistados. Deste modo, ressaltamos a importância em se estudar as especificidades da Judeia e suas interações com o processo de dominação imperial romana na região.

Assim sendo, evidenciamos que o processo de dominação imperial romana no Mediterrâneo não se baseou na força das armas apenas. Tratou-se de processos de interação cultural entre romanos e os povos provinciais, caracterizados pelas estratégias de dominação e pelas táticas dos vencidos, evidenciadas pelos movimentos de resistência aberta ou camuflada.

Observamos, outrossim, que o processo de dominação imperial romano na Judeia necessitaria de “estratégias” de dominação diferentes daquelas utilizadas para a conquista do Ocidente devido a diversos fatores, dentre os quais: 1) a influência do helenismo em uma época pré-romana 2) o nível de complexidade social 3) o histórico de revoltas armadas contra o domínio selêucida. Tais fatores mencionados ressaltam a importância do estudo da história e das tradições locais da Judeia para uma melhor compreensão da relação desta região com o Império Romano.

No que concerne ao helenismo, Benedikt Otzen (2003) afirma que pode ser visto sob duas formas. Uma vertente positiva, que o vê como uma manifestação cultural que resultou na formação do cristianismo, e outra negativa, que possibilitou uma desagregação cultural por onde passou, além de ter provocado o desaparecimento de culturas antigas.

Já para J. Bright (1980) e André Paul (1983), o helenismo configurou-se como uma difusão da cultura helênica, desde a Macedônia até as portas da Índia, por meio de seu maior propagandista, Alexandre, o Grande. As conquistas alexandrinas permitiram que a cultura helênica se difundisse por boa parte do Oriente, ocorrendo, muitas vezes, a sua absorção por outros povos.

Em uma das raras obras da historiografia brasileira que tratam das interações culturais no mediterrâneo antigo, André Chevitarese e Gabriele Corneli defendem a ideia de que o helenismo não marcou o fim das culturas que foram por ele atingidas. Pelo contrário, as interações no mundo mediterrânico antigo devem levar em conta a expansão do helenismo como uma via de mão dupla, perante a qual a cultura helênica e a local transformavam-se (CHEVITARESE, CORNELI, 2007, p.26). Sendo assim, o helenismo marcaria um período de grande diversidade cultural, e não um movimento de aculturação dos povos que entraram em contato com ele.

Além disso, para Arnaldo Momigliano (1975, pp.15-17), autor largamente criticado por André Chevitarese e Gabriele Corneli, o período de expansão da cultura helenística marcou a possibilidade de difusão de conhecimentos e o contato do mundo grego com comunidades desconhecidas até então para os helenos.⁵

Tão importante quanto a definição do termo helenismo é a sua diferenciação do conceito de helenização. Lee Levine (2007, p.17), na obra “Judaism and Hellenism in Antiquity”, afirma que o helenismo era o meio cultural da era helenística, romana e bizantina, enquanto o termo helenização descreve o processo de adoção e adaptação dessa cultura no nível local.

O helenismo, portanto, marcou a difusão da cultura grega pelo Mediterrâneo e não deve ser visto como um processo que resultou no fim das culturas atingidas por ele. Ao contrário, o processo definido como helenização é marcado pela heterogeneidade e pela variedade das culturas locais (CHEVITARESE, CORNELLI, 2007, p.17). Reafirmamos, deste modo, que a helenização da Judeia foi marcante durante o período de dominação selêucida (LEVINE, 2007, p.18) e foi fundamental para a compreensão das respostas dos judeus frente ao processo de dominação imperial romana na região.⁶

A importância dos estudos sobre a helenização pode ser vista quando estudamos a chegada dos romanos ao Oriente. Segundo Macmullen (2000, p.2), aquilo que os romanos chamavam de civilização, a *humanitas*⁷, já estava difundida entre os gregos. Portanto, ao chegarem ao Oriente, e à Judeia, após o desmembramento do império de Alexandre (século IV a.C.), os romanos encontraram uma região que sofrera um processo de urbanização e onde já se conheciam os padrões sociais, morais, estéticos, de consumo e de produção que os romanos chamavam de *humanitas*. Sendo assim, ao invés de difundir a *humanitas* pelos povos conquistados no Oriente, como fizera no Ocidente, o processo de dominação imperial romana na Judeia foi entendido pela tentativa de recrudescimento de elementos helenísticos latentes na região desde a Revolta Macabéia. Este processo foi chamado de re-helenização por Emil Schurer (1995).

Além do helenismo, outro fator de especificidade da Judeia pode ser visto ao considerarmos o processo de dominação romana no Ocidente, onde não existem, até o momento, informações provenientes da documentação textual ou de cultura material sobre revoltas provinciais da mesma magnitude daquelas ocorridas na Judeia, entre os anos de 66 d.C e 135 d.C.

Certamente, a interveniência de fatores responsáveis por esta diferenciação se aliam à análise dos distintos níveis de complexidade social encontrados pelos romanos no Ocidente e no Oriente. Limitar-me-ei a traçar de forma resumida algumas considerações sobre as condições das comunidades locais do Ocidente Germânico. Utilizarei para tal, as obras de Norma Mendes (2006 e 2007).

Norma Musco Mendes apresenta algumas estratégias de dominação romana na província da Lusitânia. Esta província, segundo Mendes (2006), teve uma modificação no assentamento e uma reorganização do território baseada na visão de mundo dos romanos e que propiciaram a formação de uma infra-estrutura de domínio imperial.

A cidade romana, ainda segundo Norma Mendes, seria a peça chave para o processo de dominação imperial, que visava a construir uma nova lógica (romana) de organização interna da província. Segundo as palavras de Norma Mendes, a cidade seria:

(...) o centro difusor do domínio e da cultura romana, sendo também o principal agente de ordenação do território, para onde convergiam as decisões políticas, militares e o controle econômico regional através do sistema tributário. Portanto, era um local privilegiado para as relações de poder, tanto em nível local como imperial. (MENDES, 2007, p.264)

Faz-se necessário ressaltar o papel político-religioso que a cidade desempenhava para os romanos. Pierre Grimal define a cidade romana como um centro jurídico e espiritual do Império Romano, ou nas palavras do próprio autor:

Estes preceitos e outros semelhantes provam que a própria noção de cidade é de índole essencialmente religiosa e espiritual. As considerações materiais, autárquicas, estratégicas e econômicas só vêm depois. Ainda antes de ser um local de refúgio ou de prazer, a cidade romana é um centro sagrado e um centro jurídico, o que é bastante semelhante (GRIMAL, P. 2003, p.12)

No caso do Ocidente Germânico, podemos considerar, portanto, que os processos de urbanização possibilitaram a divulgação dos padrões culturais considerados romanos. Além disso, a construção de marcos espaciais urbanos como o *forum*, o teatro e o anfiteatro faziam com que as elites locais se aproximassem da cultura romana, criando uma interdependência entre as elites cêntricas e locais (MENDES, 2007). Por fim, a cidade permitia a difusão do ideal de ser romano através de mecanismos como: práticas sociais urbanas, espaço produtivo urbano e rural, religião, educação, organização administrativa, instituições e organização militar (MENDES, 2007; GUARINELLO, 2008).

Desse modo, os três fatores de especificidade da Judeia dentro do Império romano – a presença do helenismo antes da chegada dos romanos, o alto nível de complexidade social, e a recorrência de revoltas armadas – reforçam a necessidade de se estudar as tradições e a história local para compreendermos a unidade política chamada Império Romano. Portanto, analisar o período de dominação imperial romana na Judeia é perceber que tal processo não decorreu de forma homogênea e que apresentou-se bem distinto do processo imperialista romano no Ocidente Germânico.

BIBLIOGRAFIA

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998
- BOWERSOCK, G. W. The mechanics of subversion in the Roman provinces. In: Foundation Hardt. *Opposition et resistances a l'empire D'Auguste a Trajan*. Paris, 1986
- BRIGHT, John. *História de Israel*. Tradução de Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Paulinas, 1980.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo, UNESP, 2002. _____.
- CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo*. Ensaios sobre Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo. São Paulo: Annablume, Fapesp: 2007.
- DE CERTEAU, M. de. *A invenção do Cotidiano: 1 Artes de Fazer*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GIARDINA, Andrea. *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença. 1992
- GRIMAL, P. *As Cidades Romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. “*Império e Imperialismo, realidades antigas e conceitos contemporâneos*.” In: FELDMAN, S. A. (Org.) CAMPOS, A. P. (Org.) ; SILVA, G. V. (Org.) ; NADER, M.B. (Org.) ; FRANCO, S. P. (Org.). *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. 1. ed. Vitória e Paris: Flor & Cultura; Université de Paris-Est, 2008.
- HINGLEY, R.. *Globalizing Roman culture*.Routledge. 2005
- _____. *Recreating coherence without reinventing Romanization*. University of Durham. Disponível em: www.digressus.org . Acesso em: 23/11/2006.
- HUSKINSON, J. (org.). *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. Londres: Routledge/Open University. 2000.
- KIPPENBERG, H. *Religião e Formação de Classes na Antiga Judeia*. Tradução de João Aníbal G.S. Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1988.
- LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo Helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- LEVINE, L.I. *Judaism and Helenism in Antiquity. Conflict or confluence?* Seattle. University of Washington Press, 1998.
- MACMULLEN, Ramsey. *Romanization in the time of Augustus*. Londres: Yale University Press/New Haven & London, 2000.

MENDES, N. M.. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. v. 1. 235 p.

_____. *A tipologia de domínio imperial romano em debate*. In: CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G. *A descoberta do Jesus Histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009.

MENDES, N. M; BUSTAMANTE, R. M. C; DAVIDSON, J. “A experiência imperialista romana: teorias e práticas” In: *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, 2005, p.p.17-41.

MENDES, N.M; VENTURA, G. (orgs.). *Repensando o Imperio Romano: perspectiva sócio econômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

MENDES, N. M.; ARAUJO, Y. C.. *Epigrafia, sociedade e religião: o caso da Lusitânia*. In: *PHOINIX*. Laboratório de História Antiga/UFRJ. Ano XIII, 2007. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007

MOMIGLIANO, A. *Os limites da helenização*. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1975.

OTZEN, B. *O Judaísmo na Antigüidade*. A história política e as correntes religiosas de Alexandre Magno até o imperador Adriano. São Paulo: Paulinas, 2003.

PAUL, A.. *O Judaísmo Tardio - História Política*. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1983

PORTELLI, H.. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SCHÜRER, E.. *The History of the Jewish People in the age of Jesus Christ (175 b.C. – 135 A.D.)*. Edinburg: T & T Clark LTD, 1995.

SILVA, Rosana M.dos S. *Pluralidade e Conflito: Uma História comparada das guerras judaicas entre os século II a.E.C. e I E.C./* Rosana Marins dos Santos Silva – Rio de Janeiro: PPGHC, 2006. pg.142.

TAINTER, J. *The collapse of complex societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WEBSTER, Jane. *Roman Imperialism and the Post Imperial Age*. In: WEBSTER, J. e COOPER, N. (eds.). *Roman Imperialism: Post - Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archaeological Studies - University of Leicester, 1996.

WOOLF, Greg. Beyond Romans and natives. In: *World Archaeology*, Vol. 28, No. 3, Culture Contact and Colonialism, (Feb., 1997), pp. 339-350.

NOTAS

¹ Seguiremos a tendência historiográfica de intitular os saduceus, fariseus, essênios, zelotas e os hasmoneus como facções político-religiosas. Esta definição mostra-se adequada pelo fato de evidenciar as atuações destes grupos, tanto na política quanto na religião judaica. Por vezes, utilizaremos apenas o termo facções para nos referirmos a eles.

² G. W. Bowersock apresenta uma série de revoltas contra a dominação romana no Ocidente, dentre elas os casos da província da Britânia e da Gália. Para saber mais, ler: BOWERSOCK, G. W. “The mechanics of subversion in the Roman provinces”. In: Foundation Hardt. **Opposition et resistances a l’empire D’Auguste a Trajan**. 1986

³ Importante ressaltar que no período final da República Romana, quando o imperialismo romano já se desenvolvia no Mediterrâneo, Roma estabeleceu um projeto cultural com base na cultura helenística, o qual foi de fundamental importância para a provincialização da cultura romana nas províncias ocidentais. A este projeto cultural, os romanos chamaram de *Humanitas*. Para saber mais, ler: MENDES, Norma. “Romanização: a historicidade de um conceito”. In: FELDMAN, Sérgio Alberto (Org.) CAMPOS, A. P. (Org.) ; SILVA, G. V. (Org.) ; NADER, M.B. (Org.) ; FRANCO, S. P. (Org.). **Os impérios e suas matrizes políticas e culturais**. 1. ed. Vitória; Paris: Flor & Cultura; Université de Paris-Est, 2008.

⁴ Concordamos com Janet Huskinson que defende que a cultura romana não era homogênea, e que nas províncias romanas o que vemos é uma cultura de elite. Para saber mais, ler: HUSKINSON, J. “Élite culture and identity of the empire” In: HUSKINSON, J. (org.). **Experience in Rome: Culture, identity and power in a Roma world**. Londres. Routledge/Open University. 2000.

⁵ Para saber mais sobre o tema é preciso ter em mente a ideia de “tempo axial”, que define que a Palestina dos profetas, a Grécia dos filósofos, a China de Buda e Lao-tsé e a Pérsia de Zoroastro tinham características comuns como o domínio da escrita e organização política, apesar de não terem contatos entre si. Para saber mais ler: CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. **Judaísmo, Cristianismo, Helenismo**. Ensaios sobre Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo. São Paulo: Annablume, Fapesp: 2007; MOMIGLIANO, A. **Os limites da helenização**. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1975;

⁶ Levine nos apresenta uma divisão na historiografia no que diz respeito à helenização da Judeia antes dos romanos. Pelo que apresentamos nas páginas até aqui, defendemos a corrente que afirma que a Judeia sofreu um processo de helenização durante o período Selêucida.

⁷ Paul Veyne também discorre a respeito da importância da *humanitas* como marco identitário romano. Para saber mais, ler: VEYNE, Paul. “*Humanitas*: romanos e não-romanos” In: GIARDINA, Andrea. **O homem romano**. Lisboa. Editorial Presença. 1992. pp.283-302

O MODELO DE ANÁLISE PALAVRA & PARADIGMA NA *INSTITUTIO* DE PRISCIANO: UMA RESPOSTA À CRÍTICA DE TAYLOR (2007)

Luana de Conto

RESUMO

Este trabalho aborda os modelos de análise gramatical Item-Arranjo (IA), Item-Processo (IP) e Palavra e Paradigma (WP), apontados por Hockett (1954), com o objetivo de discutir o padrão de análise descritiva das gramáticas antigas. Além de conter uma apresentação informativa dos três modelos, traz para a discussão a descrição morfológica feita por Prisciano (séc. VI) na *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, considerando-a representativa das gramáticas *regulae*. Em consonância com Matthews (1974) e Robins (1983; 1993), considera que a análise presente na *Institutio* também segue o modelo WP, conforme ele é exposto em Matthews (1974). Em decorrência desse fato, questiona a crítica feita por Taylor (2007) à obra do gramático, pois entende que não é coerente metodologicamente exigir de uma análise WP o conceito de morfema.

PALAVRAS-CHAVE

Gramática antiga; História da Linguística; Análise de textos antigos; Crítica metodológica.

ABSTRACT

This paper brings up the models of grammatical analysis Item and Arrangement (IA), Item and Process (IP) and Word and Paradigm (WP), as they were proposed by Hockett (1954), in order to discuss the pattern of ancient grammars' descriptive analysis. Besides providing information on these models, it also shows the morphological description made by Priscian in his *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, by taking it as an example of the *regulae* grammars. In line with Matthews (1974) e Robins (1983; 1993), it claims that the analysis presented at the *Institutio* also follows the WP model, in the same as it is described by Matthews (1974). Due to this fact, this paper questions a criticism expressed by Taylor (2007) addressed to Priscian's work, believing it is not methodologically consistent to demand any morpheme concept from a WP analysis.

KEYWORDS

Ancient Grammar; History of Linguistics; Ancient texts' criticism; Methodological criticism.

INTRODUÇÃO

A reflexão acerca da linguagem perpassa toda a história do pensamento e, por isso, assumiu diferentes facetas no seu decorrer. Quando se volta o olhar para momentos não-contemporâneos, deparamo-nos com posições muito distintas e muitas vezes ingênuas com relação a assuntos que já tomamos como ponto pacífico entre os estudiosos.

Neste trabalho, trataremos dos três modelos de análise gramatical apontados por Hockett (1954) e tomaremos como objeto um texto do século VI da era cristã: a *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, de Prisciano de Cesareia. O texto servirá de exemplo ilustrativo de um desses modelos, pois se deseja mostrar aqui as características que o diferenciam das abordagens que lidam com morfemas e processos e o colocam dentro do modelo de análise Palavra e Paradigma.

Para isso, deve ser lembrado que o texto de Prisciano se enquadra no gênero da gramática antiga, pois trata da linguagem enquanto manifestação de um uso consagrado, filiando-se à corrente gramatical grega – abordagem distinta daquela dada à linguagem pelos pensadores gregos anteriores a Dionísio Trácio, a exemplo de Platão.

O fato de se tratar de uma gramática antiga também revela que o texto se distancia de um tratamento científico, como conhecemos hoje, pois, apesar de ele conter o que podemos considerar uma vasta descrição das formas flexionais da língua latina, seu comprometimento é didático-pedagógico.

Por esses motivos é que se deve ter certa cautela com as conclusões que se traça em cima do texto, já que não podem ser decalcados dele conceitos modernos. A abordagem de Prisciano não vai além das limitações que o enfoque sobre a linguagem da tradição antiga permitia.

Assim, primeiramente trataremos dos três modelos de análise morfológica, procurando defini-los e distingui-los através de uma revisão bibliográfica de Hockett (1954) e Matthews (1974). No item seguinte, falaremos de Prisciano e da obra em questão, tratando também do enfoque linguístico dado pela gramática antiga. Por fim, analisaremos a crítica feita por Taylor (2007) ao estilo da *Institutio* de Prisciano, de modo a apontar os problemas de se buscar conceitos modernos em reflexões anteriores.

1 Os métodos de análise gramatical

A descrição de dados nunca é aleatória, pois o processo de observação já carrega algum viés teórico em si. Por isso, quando falamos de análise de dados linguísticos, consideramos que a observação é perpassada por uma metodologia de análise, que carrega os pressupostos e os primitivos que servem de instrumento para essa análise.

Hockett (1954) define os modelos de descrição gramatical como um “sistema de referência com o qual um analista aborda um estágio gramatical de uma língua e formula os resultados de suas investigações”.¹ Por esse sistema de referência ser um instrumento para a abordagem, fica pressuposto nessa afirmação que o modelo de análise antecede a observação. Naturalmente, o modelo de análise utilizado na abordagem interfere nas conclusões extraídas dos dados, já que é o ponto de vista que determina o objeto. O objeto observacional – a manifestação linguística – só se transforma em objeto teórico – os dados linguísticos analisáveis – quando passa pelo filtro da teoria, isto é, quando se olha para os fatos da língua munido dos instrumentos de análise metodológicos (BORGES NETO, 2004, p. 36).

Assim, o autor identificou, nos trabalhos de sua época, três modelos arquetípicos: Item e Arranjo (IA), Item e Processo (IP) e Palavra e Paradigma (WP). Contudo, Hockett não contempla o modelo WP em seu artigo, pois revela ter reconhecido esse modelo mais tardiamente. Por isso, falaremos aqui do tratamento dado por Matthews (1974) ao modelo WP tradicional.

1.1 Item e Arranjo (IA)

O modelo de análise gramatical IA entende que as palavras são constituídas de morfemas, os “elementos minimamente gramaticalmente relevantes”, arranjados de certa maneira (HOCKETT, 1954, p. 387). Em outras palavras, morfemas são itens que compõem um arranjo ordenado.

Em consequência de o objeto ser morfemas e construções, o padrão da língua, segundo Hockett, terá de conter uma lista das construções possíveis e especificar ainda as posições que existem nelas e os morfemas e as formas compostas que podem ocupá-las. Dessa forma, no modelo IA há ou formas simples – ditas monomorfêmicas – ou formas compostas – construções de morfemas em arranjo.

Além disso, Hockett ressalta que os morfemas podem ter alternância na forma como aparecem. As diversas representações fonêmicas que um morfema pode ter são chamadas alomorfes e o modelo também deve especificar em que ambientes essas alternâncias ocorrem, de modo que a ocorrência dos alomorfes possa ser prevista.

Há também, afirma Hockett, a possibilidade de que existam vários morfemas representados sob uma única representação fonêmica, o chamado *portmanteau*, e morfemas sem qualquer representação fonêmica, o chamado morfema zero. A ocorrência de um morfema zero como representante de determinada classe morfossintática fica condicionada à existência de um morfema realizado foneticamente em oposição à classe daquele morfema zero. Essa oposição faz do dito morfema zero uma entidade possível dentro do modelo IA pois, nesse contexto, a não-realização do morfema opositor se caracteriza como uma unidade gramaticalmente relevante – um morfema.

1.2 Item e Processo(IP)

Ao contrário do modelo anterior, o modelo IP não conta com formas compostas, mas com formas derivadas (HOCKETT, 1954, p. 396). Essa é uma consequência do fato de que o modelo toma como primitivos básicos raízes e processos. De um lado, então, a forma linguística pode ser simples – uma raiz – ou, por outro lado, pode ser uma forma derivada – quando se aplica um processo a uma forma simples, dando origem a uma forma que consiste de uma ou mais formas subjacentes.

Ao invés de morfemas, há marcadores, que são o material fonêmico resultante da aplicação de um processo. Pode-se dizer que eles são o material que distingue uma forma simples de uma forma derivada e, por isso, são a representação do processo aplicado. Assim, Hockett (1954, p. 396) afirma que todo o material fonêmico provém da raiz e dos processos que se aplica a ela.

A alternância fonêmica agora se dá entre as raízes, que podem apresentar uma raiz alternante, cuja alternância, assim como a dos alomorfes dos morfemas no modelo IA, deve ser especificada de acordo com o ambiente que a motiva.

No modelo IP, também podemos encontrar *portmanteaux* e marcadores zero de processos similarmente ao IA.

O que realmente diverge entre esses dois modelos são os primitivos básicos, já que assumir morfemas, por um lado, ou processos, por outro, leva a diferentes resultados de análise.

1.3 Palavra e Paradigma (WP)

Como bem assinala Hockett (1954, p. 386), o modelo WP é “claramente distinto” dos modelos IA e IP, porque assume como primitivo básico a palavra. Isso quer dizer que nesse modelo a palavra é a unidade central e as palavras gramaticais, isto é, as formas do paradigma que a palavra pode assumir, são os elementos mínimos no estudo da sintaxe (MATTHEWS, 1974, p. 67). Por isso, o conceito de morfema do IA não tem sequer um correlato no WP, já que nele a palavra é o último nível que veicula sentido (lexical ou gramatical). Segmentos abaixo da palavra são meramente componentes do material fonêmico, de modo que não é possível que se associe significados ou funções a eles.

Dessa forma, uma palavra pode aparecer em variadas formas. Tomando o termo lexema como a unidade lexical fundamental representante do significado essencial da palavra, podemos reafirmar a sentença anterior de outro modo: um lexema se realiza de diversas formas de acordo com o leque de propriedades morfossintáticas que ele desempenha em determinado contexto. As propriedades morfossintáticas são as propriedades que, segundo Matthews (1974, p. 136), desempenham papel na morfologia e na sintaxe, porque ficam expostas na forma da palavra as funções relevantes para a estrutura da sentença.

A interseção dessas propriedades forma matrizes, que configuram o paradigma de formas possíveis de palavras. Os paradigmas, então, são modelos de conjunto de formas a que certos grupos de palavras obedecem. Eles permitem a previsão de formas de palavras à medida que se conheça a que grupo de palavras (conjugações, declinações) certa palavra pertence.

Matthews (1974, p. 68 e ss.) observa que no modelo tradicional, aplicado nas gramáticas antigas, há duas técnicas para especificar formas de palavras: através de paradigmas exemplares e através de regras explícitas de formação.

Os paradigmas exemplares são paradigmas prototípicos de lexemas em particular que servem de exemplo para um conjunto de lexemas em particular,

agrupados por assumirem as mesmas terminações, um conjunto que me parece assemelhar-se a uma espécie de família flexional. As formas que os lexemas desse mesmo conjunto podem assumir podem ser previstas simplesmente pela analogia com as formas do paradigma do lexema modelo. Matthews (1974, p. 69) assinala a aplicabilidade de um modelo desses lembrando que a analogia é um conceito importante para a linguística em geral, já que pode estar na base dos processos de aquisição e é um fator explicativo também da mudança nas línguas.

As regras explicitamente expressas indicam operações de adição, supleção ou troca de partes da palavra. Essas operações partem de formas de palavras já prontas, e não de uma forma básica abstrata como seria uma raiz ou um radical. Além disso, deve-se ressaltar que essas partes de palavras que são alteradas não têm qualquer ligação com conceitos das propriedades morfossintáticas, porque nesse modelo o último nível relevante para a sintaxe e para o significado é a palavra. Matthews resalta que era comum entre os gramáticos antigos, como Donato e Prisciano, apresentar essas regras e também, logo em seguida, as exceções a elas. São essas duas técnicas que encontramos nas descrições de palavras das gramáticas antigas.

A apresentação que fizemos dos três modelos se pretende apenas ilustrativa, mas ela se fez necessária para evidenciar os tópicos que serão abordados em seguida. Com certeza, ela é superficial e passa longe de problematizar a valoração e o custo-benefício dos modelos expostos.

2 A *Institutio* como exemplo de Palavra & Paradigma

Robins (1983, p. 19) e Matthews (1974) já afirmam que as gramáticas antigas se enquadram no modelo descritivo WP. Porém, antes de tomar essa afirmação como verdade, olharemos para a obra *Institutio de nomine et pronomine et verbo* de Prisciano para ver em que modelo de análise ela se enquadra.

As obras de Prisciano têm caráter claramente didático, principalmente considerando os diversos exemplos de língua grega que servem de auxílio para seus alunos, falantes de língua grega. O gramático latino viveu no século VI², em um momento que em Bizâncio se fazia necessário que as camadas administrativas falassem latim. Acredita-se que essa foi a grande motivação dos seus escritos gramáticos (CONTO, 2009). Como a reflexão sobre o uso linguístico que servia de referência era a

gramática grega, em especial de Dionísio Trácio e de Apolônio Díscolo, Prisciano emulou o fazer gramatical grego, de certo modo procurando filiação e legitimidade nos antecessores helênicos.

A obra que servirá nesse estudo é a *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, uma obra menor que teve grande disseminação como fonte de estudo do latim até a Idade Média (ROBINS, 1993, p. 109). Trata-se basicamente de uma descrição das formas flexionais da língua latina, por isso, aborda a classe dos nomes, a dos pronomes e a dos verbos, como o título já deixa evidente. Possivelmente essa obra serviu de método didático para o estudo da língua latina enquanto obra de consulta de formas. A *Institutio* pode ser considerada uma gramática do estilo *regulae*, que abarca gramáticas que surgiram a partir do século V em decorrência do novo público resultante da expansão territorial romana. O público dessas gramáticas se caracteriza por serem aprendizes que não têm a língua latina como língua materna e que, por isso, precisam de informações mais específicas a respeito das formas da língua latina – um tipo de informação que soaria óbvia a um falante nativo. O papel que as gramáticas *regulae* exercem é, desse modo, fornecer todas as formas que o aprendiz venha a encontrar e em decorrência disso é que elas têm como característica principal a descrição morfológica. (LAW, 2003, p. 83)

O público alvo das gramáticas de Prisciano certamente não era falante de nativo de latim: a língua que vinha vigorando como instrumento de cultura em Bizâncio era o grego. A tarefa que o autor executa nesse livro dá conta de explicar todas as formas flexionadas que as palavras podem assumir na língua latina, exaustivamente. Ele expõe modelos das declinações e das conjugações que por analogia podem ser estendidos às demais palavras, conforme o grupo a que elas pertencem. Como afirma Law (2003), esse tipo de conhecimento é relevante para aprendizes de língua estrangeira, enquanto que para os falantes nativos esse tipo de informação é trivial.

É possível identificar duas estratégias de descrição das formas de palavras no texto da *Institutio*: uma através de operações a partir de palavras já conhecidas e outra por analogia entre os paradigmas (CONTO, 2009, p. 58).

As operações podem adicionar, suprimir ou trocar partes de palavras já conhecidas para se chegar a uma nova forma. Citaremos aqui apenas um exemplo dessa estratégia que é muito recorrente durante toda a obra. A passagem abaixo ilustra a

formação da terceira pessoa do singular e das pessoas do plural de cada conjugação e contém várias dessas operações.

[§ 34] Em cada conjugação, o *-s* no final da segunda pessoa convertido em *-t* forma a terceira pessoa, porém com vogal breve antes do *-t*, como *amas [amat]*, *doces docet*, *facis facit*, *legis legit*, *audis audit*, *is it*. De fato, aquela mesma segunda pessoa faz a primeira pessoa plural mantendo o *-s* e inserindo um *-mu*, como *amas amamus*, *doces docemus*, *legis legimus*, *audis audimus*; também ali inserindo um *-ti* faz a segunda pessoa plural, como *amas amatis*, *doces docetis*, *legis legitis*, *audis auditis*. Na primeira e na segunda conjugação, a terceira pessoa plural costuma ser feita inserindo um *-n* na terceira pessoa singular, como *amat amant*, *docet docent*; já na terceira e na quarta conjugações, fazemos a terceira pessoa plural convertendo o *-o* final da primeira pessoa em *-unt*, como *facio faciunt*, *lego legunt*, *audio audiunt*, *eo eunt*.³ (PRISCIANUS CAESARIENSIS apud CONTO, 2009, p. 28)

No trecho acima, a forma da segunda pessoa serve de base para a maioria das operações, de modo que apenas a terceira pessoa do plural é formada a partir da terceira pessoa do singular, por uma operação de inserção. Afora esse caso, a segunda pessoa forma a terceira do singular por uma operação de troca e forma a primeira e a segunda do plural por uma inserção. Um exemplo de operação de supressão é a formação da segunda pessoa do singular do imperativo (*ama*), que provém da queda do *-s* final de *amas*: “Toda segunda pessoa do tempo presente do imperativo é feita a partir da segunda pessoa do indicativo tirando o *-s*” (PRISCIANUS CAESARIENSIS apud CONTO, 2009, p. 34). Vale ressaltar aqui que a forma que serve de base para as operações, no caso o verbo na segunda pessoa do singular, é uma palavra flexionada.

O trecho acima é de grande valia para mostrar como os pedaços de palavra manipulados nas operações não se identificam de maneira alguma com propriedades morfossintáticas recorrentes. A formação da segunda pessoa do plural a partir da segunda do singular, com a inserção do pedaço de palavra *-ti*, poderia nos dar um indício de que o *-s* que permanece de uma forma para a outra fosse algum identificador da propriedade morfossintática de segunda pessoa. Porém, essa mesma operação de inserção mantendo o *-s* final da segunda pessoa do singular também ocorre na formação da primeira pessoa do plural – que não tem a propriedade morfossintática de segunda pessoa – de modo que, portanto, o *-s* não carrega nenhuma identificação com a segunda pessoa. Da mesma forma, a distinção de número entre a segunda do singular e a do plural poderia ser relacionada ao material que foi inserido. Contudo, esse material não tem recorrência nas outras formas de plural.

Assim, não há nenhuma relação entre a forma do pedaço de palavra inserido/suprimido/trocado e qualquer propriedade morfossintática, nem recorrência de qualquer desses processos, como seria de se esperar caso a metodologia primasse pelo morfema como primitivo básico de análise.

No trecho supracitado e o mesmo pode ser afirmado nas demais explicações e descrições de Prisciano, também pode ser observado que não são as terminações das palavras que o fazem identificar tal forma a tal propriedade morfossintática. A palavra toda é que é identificada como a forma que expressa tal categoria morfossintática. Quando o autor afirma: “a terceira pessoa plural costuma ser feita inserindo um *-n* na terceira pessoa singular”, “a terceira pessoa plural” e “a terceira pessoa singular” fazem referência a cada palavra como um todo e não apenas à sua desinência.

Deve-se mencionar que a fórmula de explicação de Prisciano na *Institutio* geralmente apresenta a definição da regra, seguida de exemplos, a que são adicionadas exceções quando necessário, como Matthews menciona ser típico da formulação de regras do WP tradicional. Esse tipo de ressalva está presente em diversos momentos⁴, como o seguinte:

[§ 58] Todo particípio do tempo presente sem dúvida termina em *-ns*. E, na primeira e na segunda conjugação, certamente é formado interpondo um *-n* na segunda pessoa, como *amas amans*, *doces docens*; já na terceira e na quarta, é feito a partir da primeira pessoa convertendo *-o* em *-ens*, como *lego legens*, *audio audiens*. Excetua-se *eo* e *queo*, que por razão de eufonia fazem *iens* ao invés de *eens* e *quiens* ao invés de *queens* e fazem no genitivo *euntis* ao invés de *ientis* e *queuntis* ao invés de *quientis*.

As operações são utilizadas quando não há possibilidade de simples analogia e, por isso, os paradigmas modelares (e.g. no caso dos verbos, o presente do indicativo ativo e o presente do indicativo passivo, que em latim é sintético e não perifrástico) e também os paradigmas irregulares (a saber, no caso dos verbos, o pretérito perfeito, os tempos do imperativo, as suas formas nominais) são construídos por operações.

Além da possibilidade de se formar palavras a partir de operações, Prisciano utiliza a analogia com paradigmas já montados por exposição e por operações. Os pronomes, por exemplo, ou têm as suas formas expostas tacitamente, como é o caso dos pronomes primitivos *ego*, *tui* e *sui*, ou devem ser formados por analogia com os nomes.

Entre os verbos, o paradigma do presente do indicativo que vimos como exemplo da formação de palavras por operações é um paradigma modelar de que são decalcadas as formas dos demais tempos, conforme a sua terminação de segunda pessoa do

singular. Daí surgem três possibilidades: que a segunda pessoa do singular termine em *-as* e siga as terminações da primeira conjugação; que termine em *-es* e siga assim a segunda conjugação; ou ainda que termine em *-is* e tenha as terminações da terceira conjugação. Isso fica explícito no estilo de organização do texto de Prisciano, que ordena a analogia pela terminação de segunda pessoa em relação às conjugações básicas:

O pretérito imperfeito em qualquer conjugação tem a mesma flexão que tem o tempo presente da primeira conjugação, e também **todos os paradigmas que fazem a segunda pessoa em *-as***, seja de qualquer tempo ou modo, são declinados similarmente, como: *amo amas amat (...), amabam amabas amabat (...), amaueram amaueras amauerat (...)*. Do mesmo modo, **aqueles terminados em *-es* longo na segunda pessoa**, seja de qual for o tempo, o modo ou a conjugação, são conjugados conforme o tempo presente do modo indicativo da segunda conjugação, como: *doceo doces docet (...), amarem amares amaret (...), amem ames amet (...), legerem legeres legeret (...)*. Também **aqueles que terminam a segunda pessoa em *-is*** têm a flexão de terceira conjugação e a seguem no tempo presente, como: *lego legis legit (...), amabo amabis amabit (...), docebo docebis docebit (...), ibo ibis ibit (...)*. Todavia, o futuro da primeira e da segunda conjugação segue a flexão que apresenta o presente do indicativo da terceira conjugação.

(PRISCIANUS CAESARIENSIS apud CONTO, 2009, p. 30, grifo meu)

O critério de agrupamento das formas é simplesmente formal: a terminação de segunda pessoa do singular. Por isso, o autor coloca no mesmo grupo o presente do indicativo da segunda conjugação, o pretérito imperfeito e o presente do subjuntivo da primeira conjugação e o imperfeito do subjuntivo da terceira declinação. Em virtude de apenas a forma ser relevante para a análise, não há problemas em reunir sob o mesmo grupo categorias nocionais diferentes.

Essas duas estratégias observadas no texto da *Institutio* (CONTO, 2009, p. 58) correspondem às técnicas para especificar palavras apontadas por Matthews (1974): os paradigmas exemplares e as regras de formação a partir de outras palavras. Da mesma forma, a palavra é a mínima unidade relevante no estudo de Prisciano, pois, apesar de a *Institutio* não tratar da sintaxe, vimos que o autor não atribui significado às partes de palavras utilizadas nas operações. Desse modo, fica demonstrado que a *Institutio* de Prisciano se enquadra no modelo descritivo WP como as demais gramáticas, conforme o que é dito na literatura especializada em gramáticas antigas.

3 Quanto a Taylor (2007)

A *Institutio de nomine et pronomine et verbo* não é uma obra muito popular entre os pesquisadores, que em geral dedicam sua atenção à obra mais conhecida de Prisciano: as *Institutiones Grammaticae* – um compêndio constituído de dezoito livros, que tratam da morfologia e também da sintaxe da língua latina. Por isso, não se encontram facilmente estudos que tratem especificamente da obra mais sintética de Prisciano.

Taylor (2007) é um dos raros trabalhos que tomam a *Institutio* como objeto. Ele se propõe a avaliar o valor linguístico e pedagógico da análise de Prisciano. O autor vê grande relevância nas obras de Prisciano, pois considera que ele conseguiu adaptar com sucesso a análise sintática grega ao latim e considera ainda que suas obras continham reflexões filosóficas que inspiraram a especulação posterior. A grande obra de Prisciano é, para Taylor (2007, p. 81), o canto do cisne da ciência da linguagem greco-romana.

Porém, Taylor assegura que os pontos altos da obra de Prisciano, como o tratamento dado à sintaxe, a abordagem filosófica, a presença de definições e ainda a citação de autores literários consagrados, estão ausentes na *Institutio*. Ele afirma que: “Priscian has dumbed down his grammatical curriculum in the *Institutio* (...), and in so doing he made it an incredibly useful text.”⁵ (TAYLOR, 2007, p. 82) Do seu ponto de vista, esse esvaziamento da *Institutio* é o maior ponto fraco dessa obra, porque a torna desinteressante do ponto de vista linguístico, e ao mesmo tempo também seu maior ponto forte, porque sua concisão a tornou uma obra popular.

Em seu artigo, Taylor faz um panorama do texto da *Institutio*, tratando em especial dos nomes e dos verbos. Seu olhar parte de um ângulo linguístico e de um ângulo pedagógico. Durante o texto, o autor manifesta diversas vezes seu despreço pelo estilo de Prisciano na *Institutio*, dizendo que a estratégia descritiva dos nomes é “bad linguistics”, porque é baseada na forma de nominativo (TAYLOR, 2007, p.84), e a dos verbos é cega, porque não vê as similaridades na recorrência das terminações número-pessoais (TAYLOR, 2007, p. 87).

As críticas mais agudas estão no final do texto, quando o autor afirma:

Priscian’s verbal regulae will work, but they are askew and amiss, linguistic munbo-jumbo, pedagogical hogwash. Because he has no concept of a morpheme and therefore no morphophonemics, he is simply

juggling syllables and letters, not indiscriminately but also not scientifically. It is a classic instance of not being able to see the forest for the trees. Latin verbs have stems, infixes, and terminal morphemes: the endings specify person and number and voice; the infixes, including a zero-morpheme, specify tense and mood; and the stems specify aspect and signification. Priscian, it would seem, is unaware of this in general and only dimly aware of it in part. Beauty, for better or worse, is in the eye of the beholder, and Priscian's system is pretty ugly. Most of his students probably just memorized paradigms.⁶ (TAYLOR, 2007, p. 87-88)

Taylor afirma nesse trecho que os verbos latinos têm radicais, infixos e morfemas terminais, incluindo morfema zero. Contudo, não são propriamente os verbos latinos que *têm* essas partes; essas partes são entidades abstratas que só fazem sentido dentro de um background de metodologia IA e só existem na estrutura teórica, não estão no objeto observado. Como já foi mostrado acima, em consonância com Borges Neto (2004), o objeto observacional é apenas manifestação linguística, e todas as entidades de análises, como são os morfemas, fazem parte do aparato teórico e não da língua.

Deve-se chamar atenção ainda para o fato de que o centro da crítica de Taylor está baseado em um problema metodológico: com um tom nítido de desprezo, ele acusa Prisciano de não ter nenhum conceito de morfema. De fato, o gramático latino não tinha em sua análise o conceito de morfema, pelos motivos que já explicitamos no item anterior. A sua análise se enquadra no método de descrição WP e, por isso, não atribui significado a unidades menores que a palavra.

Em uma passagem anterior do texto, Taylor usa como exemplo de sua argumentação a descrição do pretérito imperfeito, pois Prisciano parte da forma básica de segunda pessoa e lhe adiciona *bam*. Taylor (2007, p. 87) afirma: “In the first and second conjugations he drops the second singular ending from the present and adds -bam, thereby combining and confusing tense and person morphemes, but since he does not know what a morpheme is, we should not be too surprised.”⁷ Taylor vê nisso um problema porque a operação não distingue entre os morfemas de tempo e pessoa⁸. Contudo, devemos lembrar que essa estratégia de atribuir mais de uma categoria morfossintática a uma única representação fonêmica é pertinente também tanto ao modelo IA, que contempla essa estratégia com os morfemas chamados *portmanteaux*, quando ao modelo IP, que por sua vez conta com marcadores *portmanteaux* em seu aparato de análise.

Interessante é observar que Matthews (1974, p. 72) se debruçou sobre o mesmo fato, partindo da descrição do pretérito imperfeito que Prisciano faz nas *Institutiones*, que é a mesma análise apresentada na *Institutio*. Observe o cuidado de Matthews em respeitar o paradigma teórico do gramático: “(...) the operation involves the deletion of final -s and the addition, again as A WHOLE, of final -bam. But this allows us to say nothing about -ba- and -m individually.”⁹ (MATTHEWS, 1974, p. 72-73, grifo do autor) Para Matthews, ao contrário de Taylor, o fato de a adição operar sobre todo o segmento *bam*, sem atribuir significação mais específica a *ba* e a *m*, é apenas uma consequência da escolha metodológica de Prisciano, que vê as palavras como o elemento mínimo do estudo da sintaxe.

Do ponto de vista de Matthews, fica claro que problemas de recorrência de partes menores que a palavra, como as similaridades de terminações número-pessoais, não têm solução dentro do modelo WP, simplesmente porque nesse modelo não se vê relevância sintática e de significado que não esteja identificada com a forma de palavra em sua totalidade. É como se, passando os olhos sobre os dados, o pesquisador com background teórico WP sequer notasse essas similaridades.

CONCLUSÃO

O estilo um pouco incomum que o texto parece ter nos dias de hoje ressalta que a leitura moderna está muito distante do contexto de produção desses textos. Os recortes de letras que Prisciano faz são incongruentes? Sua metodologia não é científica? De fato, Prisciano não tem nenhum conceito de morfema, pois ele projeta outra visão sobre os dados da língua. O estudo gramatical presente na *Institutio* não tem preocupações científicas *a priori*, mas tem preocupações didáticas de sistematização para o ensino, por mais que em alguns momentos ele não obtenha sucesso. Mas não podemos sequer afirmar categoricamente seu sucesso ou insucesso sem antes mensurar o que significa o ensino naquele contexto.

Considerando que a gramática antiga seja uma teoria de linguagem, ela é uma teoria com pressupostos próprios, que não tem nada a dizer acerca de infixos e radicais e tanto menos acerca de um morfema-zero. E, nesse ponto de vista, é muito normal que ela esclareça coisas acerca de certos fatos e não funcione para explicar outros pontos,

porque essa é uma consequência do recorte do seu objeto teórico. A crítica da falta de morfemas feita por Taylor à análise de Prisciano é injustificada, porque exige que uma metodologia teórica particular trabalhe com entidades pertinentes a uma outra metodologia.

Desse modo, fica a ressalva de que é necessário cuidado com os olhos modernos que se lançam para fontes não-contemporâneas, para evitar deslizes metodológicos buscando conceitos modernos em textos antigos. É possível, sim, aplicarmos metodologias modernas a análises anteriores, mas não se pode cometer o deslize anacrônico de exigir de alguém conceitos que lhe são muito posteriores.

BIBLIOGRAFIA

BALLAIRA, Guglielmo. *Prisciano i suoi amici*. Torino: G. Giappichelli editore, 1989.

BORGES NETO, J. *Ensaio de Filosofia da Lingüística*. São Paulo: Parábola, 2004.

CONTO, L. *Institutio de nomine et pronomine et verbo de Prisciano: Tradução e Características*. 2009. 70f. Monografia (Bacharelado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

HOCKETT, C. F. Two models of grammatical description. *Word* 10, 1954. p. 210–231. [Reprinted in JOOS, M. (ed.) *Readings in linguistics I*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1957. p. 386–399.]

LAW, Vivien. *History of Linguistics: from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge UP, 2003.

MATTHEWS, P.H. *Morphology: an introduction to the theory of word-structure*. Cambridge: University Press, 1974.

ROBINS, R.H. *Pequena História da Lingüística*. Tradução de: Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

_____. *The Byzantine Grammarians: their place in history*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1993.

TAYLOR, D. J. Priscian's pedagogy: a critique of the *Institutio de nomine, pronomine et verbo*. In: KIBBEE, D. A. (ed.) *History of Linguistics 2005*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. pp. 80-88.

NOTAS

1 “By a ‘model of grammatical description’ is meant a frame of reference within which an analyst approaches the grammatical phase of a language and states the results of his investigations.” (HOCKETT, 1954, p. 386)

2 Para mais informações acerca da biografia de Prisciano, sugiro a consulta de Ballaria (1989).

3 Todos os excertos da *Institutio* de Prisciano foram retirados da tradução contida em Conto (2009).

4 Na verdade, 14 são as ocorrências da fórmula “*Excipitur...*” ou da fórmula “*Excipiuntur...*” na *Institutio*.

5 Tradução minha: “Prisciano esvaziou seu currículo gramatical na *Institutio* (...), e fazendo isso ele fez dessa obra um texto incrivelmente útil.”

6 Tradução minha: “As *regulae* verbais de Prisciano devem funcionar, mas elas são oblíquas e equivocadas, baboseiras lingüísticas, bobagem pedagógica. Por ele não ter nenhum conceito de morfema e portanto nenhuma morfofonêmica, ele está simplesmente manipulando sílabas e letras, não indiscriminadamente, mas também não cientificamente. É o exemplo clássico de não ser capaz de ver a floresta em favor das árvores. Os verbos latinos têm radicais, infixos e morfemas terminais: suas terminações especificam pessoa, número e voz; os infixos, incluindo o morfema zero, especificam tempo e modo; e os radicais especificam aspecto e significação. Prisciano, parece, não está ciente disso em geral e apenas vagamente ciente disso em parte. A beleza, para o bem ou para o mal, está nos olhos de quem vê, e o sistema de Prisciano é bastante feio. A maioria dos seus estudantes provavelmente apenas memorizava os paradigmas.”

7 Tradução minha: “Na primeira e na segunda conjugações, ele tira do presente a terminação de segunda pessoa do singular a adiciona -bam, combinando e confundindo assim morfemas de tempo e de pessoa, mas, como ele não sabe o que um morfema é, since he does not know what a morpheme is, nós não devemos ficar muito surpresos.” (TAYLOR, 2007, p. 87)

8 Não há como não mencionar que se adotarmos a postura sugerida por Taylor, de atribuir ao segmento -ba a marcação tempo-aspectual (que em si já é um *portmanteau*) do pretérito imperfeito e ao -m a marcação de primeira pessoa, teremos problemas de coerência no sistema porque o segmento -m não se realiza em todas as formas verbais de primeira pessoa, como o presente (*amo, habeo, dico, audio*) e o futuro da primeira e da segunda conjugações (*amabo, habebo*), mencionando apenas alguns dos casos que seriam problemáticos.

9 Tradução minha: “(...) a operação envolve a deleção do final -s e a adição do final -bam, novamente como UM TODO. Mas isso não nos permite dizer nada a respeito de -ba- e -m individualmente.” (MATTHEWS, 1974, p. 72-73, grifo do autor)

O IMPERIALISMO ATENIENSE DURANTE A GUERRA DO PELOPONESO: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Lucas Pereira Antunes

RESUMO

Neste artigo, iremos explorar e debater as principais análises realizadas acerca do caráter imperialista de Atenas, principalmente durante o período da chamada Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.) e buscar formular qual tipo de imperialismo esta teria, de alguma forma, exercido.

PALAVRAS-CHAVE

Imperialismo, Guerra do Peloponeso, Atenas

ABSTRACT

In this article we will explore and discuss the main analysis performed on the imperialist character of Athens, especially during the period called the Peloponnesian War (431-404BC) and seek to formulate what kind of imperialism that would somehow exercised.

KEYWORDS

Imperialism, the Peloponnesian War, Athens

O termo “imperialismo”, usado para definir a autoridade exercida por Atenas sobre seus aliados da Liga de Delos, remete a conceitos alheios à língua grega. O que inicialmente uniu os gregos em torno de Atenas logo depois da segunda guerra contra os persas foi uma *symmachia*¹, uma aliança militar, destinada a garantir sua defesa comum contra novas invasões persas. Mas uma aliança militar tinha necessidade de um líder, de um *hegemon*, e é o termo *hegemonia*, que Tucídides usa para definir a autoridade que os aliados (*hoi summachoi*²) delegam aos atenienses:

Exercendo primeiro hegemonia sobre aliados autônomos e participantes nas deliberações das assembleias comuns, os atenienses, no intervalo entre esta guerra e a persa, empreenderam, tanto na guerra quanto na administração dos negócios públicos, as ações relatadas a seguir, dirigidas contra o bárbaro, contra seus próprios aliados quando tentavam revoltar-se, e contra os peloponésios, que sempre entravam em conflito com eles no curso das ações (TUCÍDIDES, I. 97)

Mas Tucídides acrescenta que o poder de Atenas não parou de crescer. Foi por isso que ele introduziu em sua exposição das origens da Guerra do Peloponeso uma digressão para mostrar como os acontecimentos desses cinquenta anos iriam transformar a hegemonia de Atenas em *arkhé*³, em dominação sobre os aliados, que tendiam cada vez mais a se tornar subordinados. Ora, antes mesmo de entrar nos detalhes, Tucídides dá a explicação dessa transformação. Tendo salientado que a autoridade dos atenienses já não se exercia com a concordância de todos, ele acrescenta:

Ao mesmo tempo a narrativa de tais eventos serve para ilustrar a maneira pela qual foi estabelecido o império de Atenas (TUCÍDIDES, I. 97)

Será possível aplicar o conceito de “imperialismo” no Mundo Antigo? E mais especificamente, será possível aplicá-lo à política externa da pólis ateniense? Conforme discutido na Introdução desta pesquisa, o termo já recebeu tantas utilizações distintas que temos que tomar muito cuidado para não nos perdermos nelas. Entretanto, é necessário observar que a utilização de tal expressão no estudo das políticas de civilizações antigas não é recente.

A primeira vez em que apareceu uma publicação acadêmica acerca do imperialismo na Idade Antiga foi em 1910, no número 4 do Volume 24 da revista britânica *The Classical Review*, voltada para estudos de História, onde era feita uma

resenha sobre uma palestra ministrada em Oxford intitulada *Imperialism – Ancient and Modern*. Nesta palestra falaram quatro professores: Lord Cromer (sobre o imperialismo romano), E. R. Bevan e E. M. Walker (ambos sobre o imperialismo grego) e D. G. Hoghart (sobre a assimilação do imperialismo pelos povos conquistados). Essa palestra ocorreu devido ao lançamento do livro de Lord Cromer, no mesmo ano, chamado *Ancient and Modern Imperialism*, onde o autor compara os impérios romano e britânico.

Interessa-nos, todavia, citar rapidamente o que foi dito em relação ao imperialismo ateniense. E. R. Bevan defendeu a tese de que os gregos haviam criado um imperialismo “informal”, quase um imperialismo “liberal”, isto é, seus objetivos não eram o de anexar os territórios de seus vizinhos, pelo simples fato de que para os gregos não era interessante se misturarem com os “bárbaros”, os não-civilizados. Dessa forma, eles simplesmente pretendiam obter os recursos financeiros necessários para manter Atenas funcionando economicamente, e, claro, embelezando-a sempre que possível com novos monumentos. Para ele, quem era francamente imperialista, tanto no campo político e econômico quanto cultural, era Alexandre da Macedônia, por achar que esta era sua missão: “civilizar” o mundo, ou seja, torná-lo civilizado através da supremacia da cultura grega, criando uma monarquia universal (BEEVAN, 1910, p. 3)⁴.

Para o Reverendo E. M. Walker, porém, o termo imperialismo não faz nenhum sentido no contexto grego, e só serve para confundir realidades. O que não impede ninguém, como atenta o próprio Walker, de encontrar discursos e atos que demonstrem um sentimento de conquista imperial por parte de alguns demagogos (notadamente Péricles). Para Walker, entretanto, no dia em que as classes oligárquicas conseguissem tomar o poder dos demagogos, o império iria desfazer-se. Isto sempre esteve claro para os atenienses, e quando ocorreu (após a vitória da Liga do Peloponeso, defensora da oligarquia), a previsão foi cumprida (WALKER, 1910, p. 4)⁵.

Em resposta à Beevan e Walker, o Professor de Harvard William Scott Ferguson, em 1913, publicou seu livro *Greek Imperialism*, onde decidiu fazer uma análise da questão do imperialismo em todo o mundo helênico, de Atenas até a Dinastia Ptolomaica, sucessora do império macedônio no Egito. No capítulo 1 de sua obra, chamado “Imperialism and the City-State”, Ferguson rebate Walker e afirma que, embora os gregos sempre tivessem lutado contra dominações imperiais vindas de fora, a

liderança ateniense, que deveria ser temporária, sempre que possível recorreu a políticas imperialistas, e estas circunstâncias políticas passaram a ocorrer constantemente (FERGUSON, 2001, p. 16)⁶.

Isto quer dizer que, no fundo, nenhuma pólis iria assumir o comando para depois abandoná-lo. Daí o capítulo 2 do livro de Ferguson chamar-se “Athens: an Imperial Democracy”. Para o autor, o fato de ser uma democracia não faria com que Atenas abandona-se seu desejo imperial. *Igualdade entre seus cidadãos difere da igualdade entre todos os homens* (Ibidem, p. 39).

A verdade, para Ferguson, é que a democracia ateniense seria impossível sem o império marítimo ateniense. Os aliados foram objeto indispensável para os atenienses como os escravos, os artesãos e os comerciantes são para a república ideal de Platão. E nesse ponto, Ferguson nomeia Péricles como o maior responsável pela aceitação em Atenas de sua necessidade de expansão. Ele aperfeiçoou tanto as instituições da democracia ateniense quanto definiu e organizou a sua missão imperial. Ninguém em tal lugar já levou mais a sério a doutrina de que todos os cidadãos eram igualmente capacitados para o serviço público, assim como não houve imperialista mais ardente do que ele (lembramos que Ferguson escreveu em 1913). *Ele representava a glória da democracia e do imperialismo* (Idem, p. 28).

A qualidade da obra de Ferguson e as duas guerras mundiais acabariam por eclipsar a discussão sobre o imperialismo na Grécia Antiga durante algumas décadas. Somente no pós-Segunda Guerra ela iria ser retomada e, desta vez, com vigor, graças a uma historiadora francesa que iria redirecionar todo o debate. Fazemos referência aqui a Jacqueline de Romilly, que em 1947 publicou sua obra *Thucydide et l'impérialisme athénien*, defendendo a tese de que o foco central da obra de Tucídides – *História* – era o imperialismo ateniense, e situando-o no contexto do pensamento das relações internacionais.

O verdadeiro objetivo de Tucídides com seu livro é analisar o império ateniense, porque a real causa da Guerra do Peloponeso foi o imperialismo ateniense, que alarmou Esparta; é o fundo de todo evento relatado; os discursos são sempre pró ou contra o império; os personagens principais são imperialistas ou anti-imperialistas; os dois fatores que Péricles identifica como sendo os que levarão à vitória – a frota e o tesouro – são os mesmos que asseguram o império. (ROMILLY, 1961, p. 9)⁷

Romilly argumenta que os motivos e as oportunidades atribuíveis à anarquia da ordem internacional são as causas da expansão imperial, reflexo necessário das diferenças de poder entre Estados fortes e fracos. O controle imperial não é nada mais do que o resultado das disparidades do poder internacional. O sistema internacional, baseado na anarquia, só permite duas opções: dominar ou ser dominado. Assim, a dominação imperial é, provavelmente, a mais pura expressão do sistema internacional. Sem contar que traria inúmeras vantagens para Atenas: paz e unidade interna; liberdade política; governo democrático; e independência em relação à Pérsia e a qualquer outra pólis (ROMILLY, 1961, p. 95).

Em artigo de 1953, chamado *Athenian Imperialism*, D. B. Gregor faz uma análise crítica da obra de Romilly para desenvolver dois pontos que lhe são pertinentes. Primeiro, Gregor crê que Tucídides era a favor do império, porém na condição de que ele fosse corretamente administrado. Isso quer dizer que ele necessitava de um líder equilibrado à sua frente, daí sua admiração por Péricles. Ele o defende e à sua estratégia demonstrando que os problemas só vieram após sua morte. Não foi o imperialismo, mas sua degeneração, que causou o desastre da derrota. Seus sucessores foram incompetentes ou desonestos: Cleon era muito imprudente, Nícias muito tímido, Alcebiades muito egoísta (GREGOR, 1953, p. 28)⁸. Como Tucídides justifica o imperialismo?

(1) Implicitamente na Oração Fúnebre há uma visão esplendorosa da Atenas Imperial;

Em suma, digo que nossa cidade, em seu conjunto, é a escola de toda a Hélade (TUCÍDIDES, II. 41)

(2) uma defesa mais realista é dada no primeiro discurso dos atenienses em Esparta, obviamente intencionado: o império é razoável, pois é um serviço que Atenas presta à Grécia, voluntário, moderado e necessário;

Seja como for, se outros conquistassem o nosso poder, logo se veria, por comparação, o quanto somos moderados. Esta moderação, todavia, por uma aberração tem sido para nós mais um motivo de censura que de elogios (Ibidem, I. 76)

(3) Péricles argumenta que não há mais como voltar atrás;

É muito tarde para abrires mão deste império (...) Na realidade, este império é como a tirania, cuja imposição é injusta, mas cujo abandono é perigoso (Ibidem, II. 63)

(4) os atenienses são descritos como um povo que tem amor pela ação, pelo poder e pela glória;

Eles são ousados muito além de suas forças, aventureiros muito além de sua capacidade de reflexão, confiantes em face dos perigos (Ibidem, I. 70)

(5) se os atenienses perderem seu império, eles perderão também sua liberdade e se tornarão escravos de seus inimigos;

Não vos é lícito, tampouco, pensar que estais simplesmente diante da escolha entre escravidão e liberdade; também está em jogo a perda do império, com os perigos do ódio inerente ao mando (...) Não condiz com uma cidade imperial, mas somente com uma cidade submissa, buscar a segurança na escravidão (Ibidem, II. 63)

Os trabalhos subsequentes iriam convergir na definição da política externa ateniense como resultante do imperialismo de Atenas, porém o que se entende por imperialismo ateniense? Russell Meiggs, em artigo de 1963, afirma que *o imperialismo começa em 449 a. C* (MEIGGS, 1963, p. 33)⁹, pois *em 446 a. C. a Liga do Delos já havia se transformado no “império” de Atenas* (Ibidem, p. 21). Em 449 a. C., 175 póleis tiveram que pagar tributo a Atenas. Durante o primeiro período de contagem de cobrança, entre 454 a. C. e 450 a. C., o número de póleis era menor. Em 454 foram 150; em 453 foram 135; em 452 foram 158; em 451 foram 145 e em 450 foram 155 (Ibidem, p. 29).

Em 1973, Moses Finley limitou-se a dizer, em seu texto *Democracia Antiga e Moderna*, que *o sistema plenamente democrático da segunda metade do século V a.C. não teria sido criado se não houvesse existido o império ateniense* (FINLEY, 1973, p. 101). Não foi além disso, porque temia perder-se no labirinto em que outros já haviam se perdido. No ano seguinte, Christopher Bruell com seu artigo *Thucydides' View of Athenian Imperialism*, preocupado apenas em listar e comentar as passagens principais da obra do historiador grego onde podem ser encontradas referências para encontrarmos a visão de Tucídides.

Nos anos 1980, dois pesquisadores tentaram “concluir” o debate - como se isso fosse possível -: Timothy Galpin (*The Democratic Roots of Athenian Imperialism*, de 1983) e Steven Forde (*Thucydides on the Causes of Athenian Imperialism*, de 1986).

Galpin busca as raízes democráticas do imperialismo ateniense. Para tal, argumenta que, embora todos os valores primários da democracia ateniense (*isegoria*, *isonomia*, *koinonia*) impliquem em liberdade política e igualdade perante a lei, os atenienses voluntariamente adquiriram um império em que os assuntos enfrentados são tanto a liberdade política limitada quanto desigualdade perante a lei (GALPIN, 1983, p. 99)¹⁰. Havia, naturalmente, alguma controvérsia na arena política ateniense sobre as políticas imperialistas, e até mesmo sobre a própria democracia, mas parece ter havido um forte consenso de apoio de ambos. Apesar desta aparente contradição entre império e democracia, o sistema ético ateniense não se opõe ao domínio sobre os outros; mas sim, a democracia “radical” de Atenas requer um imperialismo necessário para o cumprimento ideológico e a expansão do poder político ateniense. De fato, para os atenienses, o preceito imperial de governar os outros realmente decorre dos princípios da liberdade e da qualidade de quem comanda (*Ibidem*, p. 100).

Portanto, para os atenienses, o preceito imperial de governar os outros realmente deriva dos valores democráticos de igualdade, liberdade e identidade de comunidade. De acordo com o sistema ético ateniense, Atenas era uma democracia imperial por direito e poder. As implicações são: *isegoria*, *isonomia* e *koinonia*, dentro de uma democracia podem ser capazes de provocar o povo, coletivamente, a agir como um tirano (*Ibidem*, p. 109)

Talvez mais relevante para a relação entre os valores democráticos e o imperialismo ateniense foi a percepção de que o império era necessário para a manutenção da democracia. A realização progressiva das instituições democráticas foi simultânea com o desenvolvimento de um amplo sistema de distribuição de fundos públicos. O ponto aqui é, naturalmente, que o sistema ateniense de pagamentos públicos não poderiam ter sido implementados sem os recursos imperiais. Em geral, a maioria do *demos* foi capaz de conciliar o imperialismo com os valores democráticos.

Steven Forde aponta, todavia, para outra direção. Sua visão é de que o autor da *História* pretendia uma interpretação mais universalista em relação à natureza do ser humano.

A investigação de Tucídides do imperialismo ateniense é em parte uma investigação sobre o imperialismo como algo baseado em compulsões

humanas universais, e desta feita não pode ser condenado por si só. É reconhecido geralmente que para Tucídides o imperialismo está conectado ao sentimento político ateniense, mas poucos enxergam que Tucídides fundamentou esse sentimento como sendo do próprio ser humano (FORDE, 1986, p. 433)¹¹

Esta visão é apontada por Tucídides no discurso dos atenienses que estavam na Lacedemônia à época da decisão da ida ou não à guerra pelos magistrados lacedemônios.

E merecem elogios aqueles que, cedendo ao impulso da natureza humana para governar os outros, foram mais justos do que poderiam ter sido considerando-se a sua força (TUCÍDIDES, I. 76)

Imperialismo é considerado uma injustiça, porém é o reflexo de uma compulsão humana universal – a compulsão pelo poder (FORDE, p. 438). Ou melhor, pela honra, temor e interesse, como nas palavras dos próprios atenienses, segundo o relato de Tucídides:

Nada há de extraordinário, portanto, ou de incompatível com a natureza humana no que fizemos, apenas por havermos aceito um império quando ele nos foi oferecido, e então, cedendo aos motivos mais fortes – honra, temos e interesse – não abrimos mão dele. Tampouco somos os primeiros a assumir este papel; sempre foi uma norma firmemente estabelecida que os mais fracos fossem governados pelos mais fortes (TUCÍDIDES, I. 76)

A declaração ateniense soa, não como uma ameaça, mas como um lembrete aos lacedemônios: vocês também estiveram na posição de *hegemon* das cidade helênicas e têm também um “império” sobre o Peloponeso.

Na realidade não o conquistamos pela força [o império ateniense], mas somente por vos [os lacedemônios] haverdes recusado a continuar a oporvos às forças bárbaras remanescentes, e os aliados terem vindo a nós e espontaneamente nos instarem a assumir a hegemonia (Ibidem, I.75)

Em todo caso, lacedemônios, no exercício da hegemonia sobre as cidades do Peloponeso vós determinais a sua política com vistas à vossa própria vantagem, e se na guerra persa tivesses mantido até o fim a hegemonia e vos houvésseis tornado impopulares no seu exercício, como aconteceu conosco, certamente seríeis não menos odiosos aos aliados do que somos, e teríeis sido compelidos a exercer o império energeticamente ou a correr o risco de perder a hegemonia (Ibidem, I. 76)

A questão do imperialismo ateniense em Tucídides forma uma parte crucial de sua investigação mais ampla sobre as relações entre as *poleis*. O fenômeno do imperialismo está intrinsecamente ligado ao problema da justiça nos assuntos entre as cidades-Estado. A sujeição de uma cidade-Estado mais fraca a uma cidade-Estado mais

forte não é algo condenável, pois tal condenação seria da ordem da moral e não da análise da dinâmica da política *inter-poleis*.

Interessante observar que, na mesma década, em 1988, o teórico das relações internacionais Robert Gilpin utilizou Tucídides para fundamentar sua “Theory of Hegemonic War”. Para Gilpin, *Tucídides foi o primeiro a descobrir que a dinâmica da política internacional é determinada pelos diferentes graus de poder entre os Estados* (GILPIN, 1988, p. 591)¹². Essa ideia fundamental – de que as relações internacionais são estabelecidas conforme as disparidades de força – segundo Gilpin, pode ser conhecida como a “teoria da guerra hegemônica”. Essa guerra ocorre no momento em que a hierarquia que havia sido estabelecida no sistema internacional se rompe.

Assim, o Estado que ocupa a liderança do sistema precisa disputar com uma nova força sua posição. Gilpin concorda com Forde e também acredita que Tucídides tinha uma visão da natureza do ser humano que seria, no fundo, a responsável pelos conflitos. Escravo das paixões, seu desejo é sempre alcançar o poder sobre outros homens (Ibidem, p. 594). Esparta é o Estado hegemônico que está sendo desafiada por Atenas, a nova hegemonia. A Guerra do Peloponeso é o exemplo que melhor representa essa “teoria da guerra hegemônica”, e para Gilpin era isso que Tucídides tinha em mente quando escreveu sua *História* (Ibidem, p. 595).

Se a Liga de Delos era o “império” de Atenas, a Liga do Peloponeso era o “império” dos lacedemônios, onde estes, além da liderança (*hegemonia*) também exerciam seu poder (*arkhé*). Essa disputa hegemônica entre as duas principais forças da Hélade predispunham ambas a exercitarem cada vez mais rigidamente seu poder sobre seus próprios aliados. Esse modelo, por ser universal, também serve como explicativo para outros conflitos que ocorreriam muitos séculos depois, como a Guerra Civil Americana, a Primeira Guerra Mundial e a Guerra Fria (Ibidem, p. 599). A cizânia ideológica entre democracia e oligarquia era um reflexo da luta pela expansão da *arkhé*.

Um novo conceito, que havia sido esquecido ou deixado de lado, aparecera: hegemonia. Tucídides falara em *hegemonia*, mas a discussão sempre girara em torno do *império*. Estava na hora de alguém sistematizar o debate, ou ele se perderia para sempre. John Wickersham, então, em 1994, publica *Hegemony and Greek historians*. Wickersham começa afirmando que *hegemonia é liderança em uma aliança* (WICKERSHAM, 1994, p. 31)¹³. Dois exemplos nos interessam; a liderança espartana

na Liga do Peloponeso e a liderança ateniense na Liga de Delos. A mais importante característica no estudo feito por Tucídides sobre hegemonia é sua comparação e seu contraste com o termo *arkhé* [“poder”, porém usualmente traduzido como “império”].

Arkhé seria um novo fenômeno desenvolvido por Atenas para além da hegemonia, por uma razão de prudência. É melhor ter um império do que ser um hegemon, porque o hegemon não tem suficiente controle sobre a conduta de seus aliados; já um *arkhé* detém um sistema muito mais eficiente. *A hegemonia é um estágio no caminho do império* (Ibidem, p. 43). Para o autor, a relação entre hegemonia e império na obra de Tucídides é mais interessante e complicada devido à tênue linha que separa um do outro. A Atenas imperial representa uma hegemonia perfeita tanto quanto a Atenas hegemônica parece um império. Diferenças e semelhanças estão cobertas.

Para Tucídides, o tema “império” é mais importante do que “hegemonia”. O tema “império” precisa de um tratamento mais completo e complexo porque era novo, no contexto grego, e o crescimento imperial ateniense foi o responsável pela guerra (Ibidem, p. 78)

Wickersham escreve que quando Péricles contrastou o império com a hegemonia, achou a hegemonia bem inferior. A hegemonia é um tanto accidental, um fortuito sinal de primazia, mas o império é um real sinal de virtude. Sua memória será carregada para sempre. *Péricles é um entusiasta da arkhé* (Ibidem, p. 70). Atenas não aceitou a hegemonia como forma de assegurar sua segurança ou a de seus aliados, mas visando ser a cidade-Estado “número um” da Grécia. *A conclusão é que o imperialismo ateniense é o resultado das mesmas qualidades que justificaram e causaram a hegemonia* (Ibidem, p. 48).

Fica claro que o debate não se findou com a publicação de tal obra, mas sem sombra de dúvida os novos tempos amainaram o ardor da discussão e outros autores perceberam que poderiam lançar mão do termo, embora com certa cautela.

Pierre Vidal-Naquet fez isso, em seu *Os Gregos, os Historiadores, a Democracia: o grande desvio*, de 2002:

O que em contrapartida não é um fantasma é esse laço fundamental entre a democracia e o imperialismo, que foi percebido tanto pelos partidários quanto pelos adversários da democracia. Ele é duplamente fundamental: a democracia foi o que permitiu a Atenas transbordar para fora de Atenas. A energia de 30 mil cidadãos que podem ser mobilizados para a frota é maior do que a energia de 9 mil hoplitas, mobilizáveis para o combate em terra. Mas fundamental também num outro sentido: o bem-estar do *demos* ateniense e as suas obras dependem, numa parte não calculável, mas nem um pouco desprezível, dos recursos fornecidos graças ao controle que Atenas

exerce sobre as ilhas e as cidades de seu domínio marítimo. Não foram os Estados Unidos a primeira *República Imperial* (VIDAL-NAQUET, 2002, p. 180).

Para finalizarmos o nosso apanhado da produção bibliográfica, faremos um rápido comentário sobre esses dois artigos, para podermos entrar numa análise mais profunda de nosso tema.

Em *Thucydides the Constructivist*, Lebow escreve que o livro de Tucídides abrange um período muito interessante onde hegemonia e império tinham laços profusamente permeados, no que costumava ser um sistema de estados independentes. *Hegemonia estava associada com honra, enquanto o império significava controle puro* (LEBOW, 2001b, p. 550).

Já em *Thucydides and hegemony: Athens and the United States*, Lebow complementa suas ideias apresentadas anteriormente, argumentando que a hegemonia requer uma justificação (ideológica, política, militar, econômica ou cultural) que seja aceitável por parte daqueles que a apóiam. Aliados do Estado hegemônico devem ver a hegemonia como uma forma deles atingirem seus interesses no cenário internacional também. Difere da *arkhé* porque esta significa controle direto, transformando o aliado em subordinado. Para Lebow, todavia, todos os *hegemons* se sucumbem, cedo ou tarde, ao imperialismo. A obra de Tucídides versa, na opinião do autor, justamente sobre isso – como a hegemonia ateniense transformou-se em império (LEBOW, 2001a, p. 596)¹⁴.

Apenas uma geração antes da guerra contra os persas, em 480 a. C., Atenas não era uma potência na região. Esparta interferira nos assuntos atenienses quatro vezes em dez anos e, em 499 a.C., os atenienses foram capazes de enviar apenas vinte navios para ajudar seus irmãos jônios em revolta contra o poderoso Império Persa. A verdadeira virada na fortuna militar ateniense ocorreu com as vitórias navais em Salamina e Mícale. Depois delas, Esparta deixou de ser a condutora incontestada da Hélade. Em 478 a. C., a divisão de opiniões em Esparta sobre a conveniência de continuar a guerra contra a Pérsia levou algumas ilhas e cidade gregas mais poderosas da costa oeste da Ásia Menor a solicitar que Atenas assumisse a liderança (DOYLE, 1986, p. 55).

Atenas não hesitou, mas, ao invés de simplesmente assumir a direção da liga existente (conhecida pelos estudiosos modernos como Liga Helênica), criou outra inteiramente nova, que hoje costuma ser chamada de Liga do Delos (sua sede de encontros era a ilha de Delos). No inverno de 477 a. C., representantes dos estados

gregos reuniram-se na ilha sagrada de Delos, no centro do mar Egeu, para prestar os juramentos de aliança. Juraram ter os mesmos amigos e inimigos, ou seja, concluíram uma aliança ofensiva e defensiva; jogaram pedaços de ferro no mar e juraram não se retirar da aliança antes que eles voltassem à superfície. Em outras palavras, a aliança deveria ser eterna (Ibidem, p. 55)

Formalmente, todos os aliados tinham o mesmo status, mas, na verdade, desde o início, a predominância de Atenas ficou clara. Em primeiro lugar, nem todos os aliados juraram aliança entre si, mas cada um jurou individualmente ter os mesmos amigos e inimigos de Atenas, e esta retribuiu os juramentos reconhecendo-se como hegemom. As metas da aliança eram três: libertar o Egeu dos restos do controle imperial persa, assolar as terras do Grande Rei da Pérsia em represália pelos danos que os anos de invasão de Xerxes infligira à Grécia e garantir segurança permanente para os gregos contra qualquer nova tentativa persa de reconquistar seu controle. Dada a geografia da região, a aliança seria inevitavelmente naval, ao contrário da Liga do Peloponeso, baseada na terra, na qual Esparta era hegemom (Ibidem, p 56).

Como a guerra naval era incomparavelmente mais cara que a guerra de infantaria, os aliados da Liga do Delos teriam de pagar mais para cobrir os custos de sua aliança, contribuindo com navios ou fazendo o pagamento em dinheiro. A posição dominante de Atenas ficou ainda mais clara nesse estágio. Era ela quem decidia quais cidades aliadas deveriam contribuir com navios, quais com dinheiro, e o valor da quota paga por cada um. Era Atenas quem fornecia os chefes supremos da aliança, os comandantes dos navios e os tesoureiros da Liga (Ibidem, p. 56)

No início, não houve nenhuma queixa pública contra o predomínio ateniense na aliança. O tributo em navios ou dinheiro, aparentemente, não era visto como indevidamente oneroso e, como a contribuição dos atenienses em navios era de longe maior do que a de qualquer outro aliado, além do fato de terem alcançado um alto prestígio por terem derrotado o inimigo persa, considerava-se que sua liderança era justa. Quinze anos depois, porém, as ilhas de Naxos e Tasos, cidades que contribuíram com muitos navios, desejavam se afastar da Liga do Delos. Os conflitos com Atenas cresceram rapidamente no final da década de 450 a.C., e no início da seguinte (JONES, 1997, p. 239)

Atenas, por sua vez, enrijeceu seu controle sobre a aliança. Os congressos da Liga deixaram de ser realizados, o tesouro que ficava em Delos foi deslocado para Atenas em 454 a.C. e os aliados, como Naxos e Tasos foram forçados a permanecer na aliança e severamente punidos por aquilo que os atenienses viam, de modo estritamente correto, como uma revolta. Por volta do início da Guerra do Peloponeso, Atenas estava tão impopular que a maioria dos gregos queria que Esparta vencesse. Entretanto, quando a guerra começou, a própria Esparta acreditava em uma vitória ateniense (Ibidem, p. 239)

A maioria dos estudiosos anteriormente citados descreve a mudança do poder de Atenas em termos de transformação da Liga do Delos em império (*arkhé*) ateniense. Essa interpretação tem fundamento. Por exemplo, por volta de 450 a.C. os atenienses começaram a referir-se aos aliados como sendo “as cidades que os atenienses governam” (LOW, 2005, p. 94)¹⁵. Mais ou menos na mesma época, pela primeira vez ouviu-se falar em intervenção ateniense nas constituições das cidades aliadas e em instalação de guarnições e governadores atenienses. Não menos importante foi a decisão ateniense de apropriar-se de terras dos aliados para assentamentos de atenienses e nelas fundar cidades que podiam também servir como guarnições militares informais (Ibidem, p. 95)

No entanto, falar de uma transformação da Liga do Delos em um império ateniense por volta de meados do século V é esquecer-se de uma questão fundamental apresentada acima na narrativa da fundação da aliança. Desde o início, Atenas foi inquestionavelmente o hegemom, parceira dominante e, como os valores competitivos dos gregos estavam profundamente arraigados tanto nas relações entre as cidades quanto em tudo que se referia à vida deles, o predomínio no poder tendia a ser traduzido em uma relação de domínio de governo. As primeiras ofensivas da Liga foram mais benéficas para Atenas do que para a aliança como um todo e fixaram o padrão para o futuro. *Na época em que Naxos tentou separar-se, em 470 a.C., com razão a Liga já era, na realidade, o império ateniense* (JONES, 1997, p. 240)

E o povo ateniense, será que apoiava plenamente tudo isso? Os atenienses ricos podiam não ter muita simpatia pela democracia “radical”, mas até os oligarcas devem ter-se aquecido com o reflexo da glória do poderio ateniense e não faziam objeções ao imperialismo como tal. Além disso, eram eles que preenchiam muitos dos mais altos

cargos do império e havia muitos a serem ocupados. Parece-nos também que, sob a proteção do império, os atenienses ricos puderam ficar ainda mais ricos, adquirindo terras nos territórios dominados. Sem contar que os tributos e outras fontes de renda imperiais aliviavam a carga de impostos sobre os ricos de Atenas e isso pode ter ajudado alguns deles a, de alguma forma, aceitar a democracia (MOSSÉ, 2006, p. 174)

Os verdadeiros beneficiários do império, contudo, eram os atenienses pobres, graças à marinha ateniense, em cujos navios tinham um grande papel como remeiros. O crescimento do império implicava um aumento dos empregos, não só na frota, mas também nas docas, na fabricação de armas e outras necessidades e nas obras públicas. Alguns atenienses beneficiaram-se igualmente das terras que receberam no exterior, como proprietários ou como colonos. A diferença é que os proprietários conservavam sua cidadania ateniense (Ibidem, p. 174)

À vista de seus benefícios econômicos, não é de estranhar que, até o último homem, todos os atenienses aprovavam o império. Para os aliados, porém, era uma benção que continha elementos negativos ou uma franca maldição sob o ponto de vista político. É bem provável que os aliados pobres, tal como se sugere acima, tenham recebido bem o império por suas vantagens econômicas. Mas eles também tinham benefícios políticos. A democracia era o governo da maioria, e a maioria era pobre. Atenas, sendo uma democracia, tinha naturalmente interesse em promovê-la no seio do império, quando mais não fosse, pela razão prática de que um aliado democrático provavelmente seria mais leal que um aliado oligárquico (Ibidem, p. 174)

Por outro lado, não devemos supor que, por princípio, Atenas fizesse um esforço deliberado para criar a democracia em toda a aliança, posto que isso teria apenas alienado ainda mais os ricos que tradicionalmente formavam a classe governante dos Estados oligárquicos e pagavam tributo. Em vez disso, Atenas tolerava a oligarquia, pelo menos nos maiores Estados aliados, tais como Mileto e Samos, a menos que surgisse um conflito civil na cidade aliada ou ela tentasse se retirar da aliança. Então, Atenas intervinha ao lado dos democratas e da democracia. Contudo, em um mundo ideal, até mesmo um Estado democrático teria preferido estar sujeito a Atenas. Tratava-se de comparar a perda da liberdade política, tão cara aos gregos, com a alternativa ainda menos desejável de um controle persa ou oligárquico. Talvez nem mesmo o mais ardoroso imperialista ateniense negasse que o império infringia pelo menos um dos

princípios cardeais da soberania política: a autonomia. Mas ele teria alegado que essa infração era necessária para fazer da aliança um instrumento eficaz contra a Pérsia (JONES, 1997, p. 245)

Um exemplo final das manobras políticas do imperialismo ilustra, ao mesmo tempo, a mentalidade imperialista de Atenas e os limites de seu poder imperial. Entre 450 e 446 a.C., Atenas baixou o chamado “Decreto da Cunhagem”, que procurava impor às cidades do império o uso de moedas, pesos e medidas atenienses, com exclusão de todos os outros. O decreto, que sobreviveu apenas em fragmentos e cópias espalhados por toda a área de domínio ateniense, não tem nenhum significado econômico óbvio para Atenas. Assim, o verdadeiro significado é político: Atenas procurava diminuir ainda mais a soberania de seus aliados retirando-lhes o direito de cunhar moedas com a marca de suas cidades (Ibidem, p. 247)

A explosão do conflito que levaria à derrocada o império ateniense aconteceu em quando se considerou, mais uma vez, que Atenas estava imiscuindo-se em assuntos que não eram da sua conta, desta vez para particular irritação de Corinto. A ilha de Cócira, ao noroeste da Grécia, embora colônia de Corinto, estava em uma disputa com sua metrópole, que se acirrou até tornar-se guerra aberta em 435 a.C.. Dois anos depois, Cócira buscou uma aliança defensiva com Atenas e, para a fúria de Corinto, os atenienses aceitaram. No inverno de 433 a.C., Atenas e Corinto entraram em choque por causa de outra cidade, Potidéia, que ficava na Calcídica, no norte da Grécia, que era ao mesmo tempo colônia de Corinto e membro tributário da Liga do Delos (TUCÍDIDES, I. 24-30)

Corinto instou os demais membros da Liga do Peloponeso a unirem-se a ela em um protesto contra Atenas diante dos espartanos. Egina e Mégara acrescentaram suas próprias queixas às de Corinto. Para que servia a Liga do Peloponeso, se Esparta não estava disposta a defender os interesses dos seus membros? Com Esparta sempre pronta para a guerra, seus aliados ficaram ansiosos por unirem-se a ela para dominar Atenas (Ibidem, I. 31)

No caso espartano, o problema com Atenas, mais do que os incidentes e disputas que levaram ao confronto, foi a falta de solução para a sensação de insegurança espartana em relação ao crescimento do poderio ateniense. Primeiro, a criação da Liga do Delos em substituição da Liga Helênica, então comandada por Pausânias, rei de

Esparta. Segundo, e o fato mais relevante, a construção das muralhas do Pireu. O responsável por tal ideia foi Temístocles, líder ateniense da resistência contra a Pérsia. Ele convenceu seus conterrâneos, após a vitória sobre os persas, a reconstruírem o muro que defendia a cidade. Esparta protestou, propondo que todas às *póleis* que todas as fortificações fossem destruídas como um gesto de boa vontade entre os gregos. Este apelo não teve efeito, e o muro transformou-se num claro símbolo do poder de Atenas (Ibidem, I. 90)

A guerra, no fundo, foi conseqüência do estabelecimento da hegemonia ateniense no Egeu, assumindo rapidamente a aparência de um confronto ideológico entre os democratas partidários de Atenas e os oligarcas partidários de Esparta. O homem que lideraria Atenas nesse conflito, Péricles – sucessor de Temístocles, tornando-se famoso graças às suas acusações contra ele – cuja intransigência em relação à Esparta contribuiu para desencadear a guerra, concebera uma estratégia que teve pouca eficácia, para não dizermos “desastrosa”. Os atenienses deveriam abandonar suas terras e adotar uma vida “naval”, confiando nas muralhas do Pireu e nas ofensivas da marinha ateniense contra a Liga do Peloponeso. Nenhuma das duas funcionou. Primeiro, porque a concentração de milhares de pessoas só serviu para espalhar uma epidemia, logo no primeiro ano de guerra, que ceifaria a vida de numerosos combatentes e de Péricles, o líder. Segundo, lembremos que uma guerra marítima é muita mais cara do que uma terrestre. Se não houvesse uma vitória rápida por parte de Atenas, o tesouro da Liga do Delos não poderia financiá-la indefinidamente (MOSSÉ, 2006, p. 226)

A última tentativa de vislumbrar algum resultado favorável foi em 415 a.C.. O cessar-fogo acordado entre Atenas e Esparta fora rompido a pedido de Segesta, contra Siracusa, membro da Liga do Peloponeso. Alcibíades, sucessor de Péricles, convenceu a Assembléia de que uma expedição viraria a sorte dos atenienses na guerra e quebraria o moral dos inimigos. A expedição, preparada com grande gastos, foi um fracasso total. Alcibíades, que estava sendo indiciado por sacrilégio ao deus Hermes, fugiu. O apoio esperado dos aliados de Atenas não apareceu; quem apareceu foi a ajuda espartana aos siracusanos, engrossando a resistência. Os adversários da democracia e de Atenas, então, perceberam que aquele era o momento perfeito para derrotá-la de uma vez por todas. Não é de surpreender, pois, que os persas decidiram enviar apoio material e

humano para a Liga do Peloponeso. Finalmente, as tropas do general Lisandro entraram em Atenas em 404 a.C. e colocaram abaixo as muralhas do Pireu (XENOFONTE, II.2)

Em seu trabalho *Dicionário da Civilização Grega*, de 2006, a historiadora Claude Mossé, no verbete *imperialismo*, resume bem nossa posição aqui apresentada:

A Liga de Delos, aliança em princípio militar, dava a Atenas uma autoridade quase absoluta sobre suas aliadas, já que a maior parte delas contentava-se em pagar tributo e não participava efetivamente da defesa comum. Daí a evolução que em menos de meio século iria transformar a hegemonia ateniense livremente consentida em *arkhé*, em uma dominação intolerável. É a essa dominação que chamamos de imperialismo (MOSSÉ, 2006, p. 175)

A Guerra do Peloponeso e o desmoronamento do império romperiam esse consenso que uniu democracia e imperialismo. O império assegurava à cidade uma posição estratégica da maior importância em um mundo grego tomado de guerras constantes. Admite-se inclusive que era o corolário indispensável ao bom funcionamento da democracia, já que era ele que assegurava aos pobres o salário de remador e o equilíbrio social para a manutenção da ordem. Servia também aos ricos, logicamente. As riquezas obtidas cobriam parte das despesas públicas que, tradicionalmente, pesavam mais sobre as classes mais abastadas.

Dessa forma, não parece difícil formular conclusões sobre o tipo de imperialismo gerado e exercido por Atenas. Não temos dúvidas de que a Liga de Delos se tornou o “império” na qual Atenas exerceu seu poder (*arkhé*), seu controle imperial, porém largamente por meios informais. Seus aliados eram independentes legalmente, politicamente soberanos, geralmente, inclusive, governados por assembleias democráticas. Atenas, não obstante, determinava suas relações externas e observava rigidamente sua política interna. Ela que decidiu toda a estratégia da Liga de Delos contra a Liga do Peloponeso durante a guerra. Afinal, a Liga era seu império informal.

Esse imperialismo informal era sustentado por dois pilares: poderio militar e popularidade política. Atenas tinha o poder de intervir militarmente em qualquer *pólis* aliada quando necessário, graças ao alto grau de desenvolvimento de sua marinha; bem como era capaz de acabar interferindo nos assuntos políticos de qualquer cidade-Estado adversária através, unicamente, de seu exemplo: era um regime democrático que alarmava as oligarquias peloponésias. Seu império informal foi, afinal, reflexo daquilo que ela representava e que melhor soube produzir: admiradores seus em toda a Hélade.

BIBLIOGRAFIA

- BARROLL, Martin. "Toward a General Theory of Imperialism". *Journal of Anthropological Research*, Vol. 36, No. 2 (Summer, 1980), pp. 174-195
- BEEVAN, E. R.; WALKER, E. M. "Greek Imperialism". *The Classical Review*, Vol. 24, No. 4 (Jun., 1910), pp. 105-116
- BRUELL, Christopher. "Thucydides' View of Athenian Imperialism". *The American Political Science Review*, Vol. 68, No. 1 (Mar., 1974), pp. 11-17.
- DOYLE, Michael. *Empires*. New York; Cornell University Press, 1986.
- FERGUSON, William Scott. *Greek Imperialism*, Kitchener, Ont.: Batoche, 2001.
- FINLEY, Moses. *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1973.
- FORDE, Steven. "Thucydides on the Causes of Athenian Imperialism". *The American Political Science Review*, Vol. 80, No. 2 (Jun., 1986), pp. 433-448.
- GALPIN, Timothy. "The Democratic Roots of Athenian Imperialism". *The Classical Journal*, Vol. 79, No. 2 (Dec., 1983 - Jan., 1984), pp. 100-109
- GREGOR, D.B. "Athenian Imperialism". *Greece & Rome*, Vol. 22, No. 64 (Feb., 1953), pp. 27-32
- JONES, Peter. *O Mundo de Atenas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LEBOW, Richard Ned. "Thucydides and Hegemony: Athens and the United States". *Review of International Studies*, Vol. 27, No. 4 (Oct., 2001), pp. 593-609
- _____. "Thucydides the Constructivist". *The American Political Science Review*, Vol. 95, No. 3 (Sep., 2001), pp. 547-560
- LOW, Polly. "Looking for the Language of the Athenian Imperialism". *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. 125, (2005), pp. 93-111.
- MEIGGS, Russell. "The Growth and the Crisis of the Athenian Imperialism". *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. 63, (1963), pp. 1-36
- MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- _____. *Péricles: O Inventor da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- ROMILLY, Jacqueline de. *Thucydide et l'impérialisme athénien: La pensée de l'historien et la genèse de l'œuvre*, Paris: Les Belles Lettres, 1961.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução do grego de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 2001

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Gregos, os Historiadores, a Democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WICKERSHAM, John Moore. *Hegemony and Greek historians*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, 1994.

NOTAS

¹ Termo grego para “aliança” (MOSSÉ, 2008, p. 94)

² Termo grego para “aliados” (Ibidem, p. 94)

³ Termo grego para “poder” (Ibidem, p. 247)

⁴ - tradução livre

⁵ - tradução livre

⁶ - tradução livre

⁷ - tradução livre

⁸ - tradução livre

⁹ - tradução livre

¹⁰ - tradução livre

¹¹ - tradução livre

¹² - tradução livre

¹³ - tradução livre

¹⁴ - tradução livre

¹⁵ - tradução livre

EXISTIU UM EDITO DE GALIENO?

Moisés Antikeira

RESUMO

O artigo pretende levantar questões a respeito da historicidade do chamado edito de Galieno, cuja existência foi atestada apenas por Aurélio Vítor, historiador latino do século IV. Para tanto, serão consideradas as alterações que Galieno promoveu no exército romano, bem como alguns dados epigráficos que lançam luz sobre a composição social dos comandantes militares romanos nos meados do século III.

PALAVRAS-CHAVE

Edito de Galieno; Crise do século III; Aurélio Vítor.

ABSTRACT

This paper aims to discuss some questions regarding the historicity of the so-called edict of Gallienus, whose existence was attested only by Aurelius Victor, a fourth-century Latin historian. To this end, it will be taken into consideration those changes Gallienus undertook in the Roman army, as well as some epigraphic data that shed light on the social milieu of the Roman military commanders in the middle of the third century.

KEYWORDS

Edict of Gallienus; The crisis of the third century; Aurelius Victor.

O que teria sido o edito do imperador Galieno (253-268)? Consistiria em uma medida adotada pelo referido monarca no sentido de proibir o ingresso dos senadores na carreira militar e servir ao exército romano. Ou seja, o edito de Galieno extraía dos membros da ordem senatorial a tradicional prerrogativa de comandar as legiões. Isto se denota a partir da leitura de uma passagem elaborada pelo historiador Aurélio Vítor (c. 320-389/390?), autor das *Historiae abbreviatae*, compêndio de história que se estendia desde a Batalha de Ácio até o ano de 360, época em que Aurélio Vítor compunha a narrativa. Assim, em *Aur. Vict. Hist. abbrev. 33.33-34* lemos que

certamente aos senadores, além do mal-estar geral do mundo romano, os incitava o ultraje à sua própria ordem, pois aquele [isto é, Galieno] foi o primeiro que, por medo de sua própria indolência e de que o poder imperial passasse para as mãos dos nobres mais distintos, proibiu os senadores de seguir a carreira militar e servir ao exército.

Na sequência da narrativa, Aurélio Vítor assevera que esta proibição foi decorrente da promulgação de um edito, isto é, o historiador afirmava que se tratava de um ato jurídico (*Aur. Vict. Hist. abbrev. 37.5*). Não obstante, faz-se necessário ressaltar que as informações expostas por Aurélio Vítor figuram como as únicas evidências diretas à supramencionada interdição. Para além, exíguas são as fontes literárias contemporâneas aos meados do século III que se encontram disponíveis ao estudioso moderno. Herodiano provavelmente compôs sua obra histórica por volta de 250, porém abarcou eventos desenrolados a partir da morte de Marco Aurélio (161-180) e a ascensão de seu filho Cômodo (180-192) até o governo de Maximino, o Trácio (235-238) (DE BLOIS, 1984, p. 364). Por seu turno, não dispomos senão de poucos fragmentos dos escritos de outro autor de língua grega, o ateniense Herênio Déxipo, que elaborou uma *História* que tomava como ponto de partida o período mítico da história grega e avançava até o reinado de Cláudio, o Gótico (268-270), relacionando a cronologia romana com a helênica. Déxipo igualmente traçou um quadro acerca das invasões góticas em meados daquele século em uma obra denominada *Scythica*, finalizando ambas possivelmente ao tempo de Probo (276-282) (MILLAR, 1969, p. 22-23)¹. No entanto, menção alguma ao “edito de Galieno” se vislumbra nos trechos de Déxipo que sobreviveram ao passar do tempo.

Os dois exemplos bastam para ilustrar o fato de que dependemos, em grande medida, de obras produzidas no século seguinte (ou mesmo posteriores) a fim de

apreendermos aspectos da história do Império Romano pertinentes à era de crises e transformações políticas, sociais e culturais que caracterizam as décadas entre o reinado de Maximino, o Trácio e a ascensão de Diocleciano (284-305).

Desta feita, as *Historiae abbreviatae* configuram um dos textos do século IV que nos legou impressões a respeito dos anos em que Galieno esteve à frente do Império. Malgrado o fato de ter composto uma resumida obra, devemos salientar que Aurélio Vítor dedicou espaço considerável – se cotejado à extensão do texto em si – ao reinado e à *persona* de Galieno. Contudo, o historiador tardoimperial retratou-o com as cores comuns aos piores tiranos, segundo a acepção Greco-romana. Ou seja, Galieno se encaixava ao arquétipo do “mau imperador” e o veto imposto aos senadores decorreria justamente do caráter indolente e indistinto do príncipe, do que resultou uma medida vil e ultrajante à nobreza senatorial. A época de Galieno, sendo assim, se caracterizaria na obra de Aurélio Vítor como sinônimo de decadência para o mundo romano, a ponto de ser definida como tempo de “desespero para os espíritos” (*animi desperatione*) (Aur. Vict. *Hist. abbrevu.* 33.5).

Portanto, a imagem negativa de Galieno transpareceria o apego de Aurélio Vítor à tradição aristocrática senatorial e aos respectivos ideais e valores daquela. Se, por um lado, as medidas políticomilitares de Galieno poderiam ter provocado fissuras na relação entre o imperador e os senadores, implicando uma situação desvantajosa para os últimos, por outro a tradição histórica cultivada por autores não-cristãos e de língua latina forjou-se em meio à desafeição nutrida pelo Senado diante da figura daquele monarca. Em outras palavras, na batalha travada no campo da memória histórica, os senadores fizeram ecoar a aversão dedicada a Galieno. No entender de den Boer (1972, p. 75-76), as linhas devotadas por Aurélio Vítor ao reinado de Galieno se costuraram por intermédio da conjugação de três pontos, a saber: a ênfase na proibição imposta aos senadores de comandarem as legiões, alimentando o ódio daqueles para com Galieno². Tal apreciação pode ter sido agravada por um segundo fator, qual seja, o fato do imperador, indiretamente, ter contribuído para a perda de importância da cidade de Roma enquanto centro do governo imperial, uma vez que Galieno escolheu Milão como base de suas operações militares, rompendo os contatos diretos entre si mesmo e o Senado, visto que pouco permaneceu em Roma. E, por fim, a prática de tolerância levada a cabo pelo imperador diante dos adeptos da religião cristã, pondo fim à política

de perseguição levada a cabo por Décio (249-251) e trilhada por seu pai, Valeriano (253-260), teria colidido com os anseios de uma Cúria ainda pagã³.

Outrossim, Flávio Eutrópio, que escreveu um *Breviário de História Romana* por volta do ano 369 e, sobretudo, o autor anônimo da *História Augusta*, ao final do século IV, reiteram a imagem esboçada por Aurélio Vítor no que se refere ao governante em questão. Eutrópio, a bem da verdade, se apresenta menos incisivo, porém não menos crítico ao referir-se a Galieno. Afirma que este “primeiro governou o Império com êxito”, porém “ao final de maneira perniciosa” (Eutr., 9.8.1). Ademais, “durante muito tempo foi plácido e tranquilo, logo depois se abandonando a todo tipo de lascívia, soltou as rédeas do governo por desídia e desesperança” (Eutr., 9.8.1), ao que se seguiram as rebeliões provocadas por indivíduos como Póstumo, no Ocidente e Odenato de Palmira, no Oriente, a fim de salvaguardar o Império (Eutr., 9.11.1).

Por seu turno, nas páginas da *História Augusta*, lê-se que Galieno “[...] desperdiçou seus dias e noites no vinho e na devassidão e permitiu que o mundo fosse devastado por usurpadores em número de vinte, ao ponto de até mesmo mulheres governarem melhor que ele” (*SHA, Gall.*, 16.1). Galieno teria se regozijado com as notícias acerca do falecimento de Valeriano, pois isto lhe conferia o poder imperial e, ao assumi-lo, causou a ruína da república, em razão do modo de vida que cultivava e do trágico destino de seu pai, feito prisioneiro e morto pelos persas (*SHA, Gall.*, 1.1). Neste quadro, a crueldade seria um dos traços mais latentes do comportamento do imperador e incitava o temor de todos (*SHA Tyr. Trig.* 9.3; 26.1). Portanto, tais fontes aplicaram a Galieno o *topos* do tirano/cruel, pintando-o como um outro Nero (CIZEK, 2004, p. 64). Sobre o edito, todavia, Eutrópio e o ignoto autor da *História Augusta* silenciam e, pois, não corroboram este ponto específico apresentado nas *Historiae abbreviatae*.

Sendo assim, pretendemos avaliar em que medida a informação quanto à existência do edito resulta factível, tendo em mente as alterações administrativas e militares impulsionadas por Galieno no início dos anos 260 e as evidências indiretas que outras modalidades de fontes, sobremaneira as epigráficas, podem nos fornecer acerca do problema.

Vale relembrar, a princípio, que o reinado de Galieno cobriu um período de praticamente quinze anos, entre 253 e 268. Todavia, até o ano 260, Galieno governou ao lado de seu pai, Valeriano. Este, no ano de 253, comandava as legiões da Récia e da

Nórica quando se envolveu na guerra civil que opunha o imperador reinante, Treboliano Galo (251-253), e Emílio Emiliano, governador da Mésia Superior, que fora aclamado por suas legiões após comandar uma vitória sobre os godos naquela região. No decurso dos eventos, tanto Treboliano Galo quanto Emílio Emiliano viram-se abandonados e eliminados por suas próprias tropas, que acabaram por elevar à púrpura Valeriano⁴, a quem o Senado reconheceu como legítimo imperador no mês de setembro de 253.

Um fugaz período de estabilidade interna seguiu-se à ascensão de Valeriano, momento em que associou ao poder seu filho, isto é, Galieno, sob o título de *César*, ao passo que no ano seguinte o elevou à *Augusto*, confiando-lhe a administração da parte ocidental do Império. Valeriano, por sua vez, encarregou-se da tarefa de velar pela proteção das áreas orientais, uma vez que os persas sassânidas liderados por Sapor I cobravam as províncias da Síria e da Mesopotâmia, ao passo que os godos ameaçavam áreas romanas localizadas na Ásia Menor, principalmente as cidades costeiras banhadas pelo mar Negro.

Neste sentido, a autoridade imperial nas províncias ocidentais concentrava-se, em teoria, nas mãos de Galieno. Este teve que confrontar um grande número de incursões perpetradas por povos germânicos no *limes* renodanubiano, a começar pelo biênio 253-254, quando os alamanos haviam invadido a Récia, chegando mesmo a atingir terras italianas, enquanto que os marcomanos arrasaram áreas panonianas. Tais invasões repetir-se-iam com frequência nos anos posteriores. Entretanto, como postula de Blois (1976, p. 24), não se pode determinar em que medida Galieno adotou, por conta própria, ações políticas tendo em vista a administração e a defesa das regiões ocidentais ou meramente seguiu diretrizes ordenadas por seu pai no período em que ambos regeram o Império romano.

Assim sendo, voltaremos por ora nosso foco para o período imediatamente posterior à morte de Valeriano⁵, ou seja, os inícios dos anos 260, momento em que Galieno se tornou o único *Augusto* legítimo. Neste período Galieno se depararia com diversas crises de natureza políticomilitar, como atestam a emergência de revoltas em inúmeras províncias – e o conseqüente surgimento de alguns aspirantes à púrpura – e a insuficiência estrutural demonstrada pelo exército romano face às invasões promovidas por diferentes povos nos mais variados pontos da fronteira imperial.

Neste ensejo, a captura e o falecimento de Valeriano representaram um ponto de inflexão no desenrolar da história romana no século III, pois impulsionaram um desmantelamento das estruturas do poder imperial, manifestado pela proclamação de determinados oficiais, em alguns pontos do Império, por parte das legiões que comandavam (CHASTAGNOL, 1985, p. 40). Portanto, a partir de 260, coube a Galieno lidar com todos aqueles que se rebelassem ao longo do território imperial, ao que se adicionava a invasão das fronteiras do Reno e do Danúbio por parte dos alamanos, dos jutungos e dos francos⁶ nos anos 259-260, bem como o incessante temor causado pelos persas no Oriente.

Desta feita, de que modo poderíamos definir as tendências de centrifugação do poder ao tempo de Galieno? Podemos afirmar que o crescente número de postulantes à púrpura antes refletisse o isolamento das legiões nas fronteiras, concomitante à incapacidade do imperador em conter as invasões naquelas áreas, do que propriamente um desafio consciente ao sistema imperial (BURNS, 2003, p. 296). Logo, à instabilidade do poder central correspondia o predomínio do exército, especialmente naquelas áreas que concentravam um grande número de legionários, como as províncias ilíricas, as duas Germânicas, a Capadócia e a Síria, algo que implicava um deslocamento do eixo do poder político rumo às áreas periféricas do Império.

Todavia, se o pano de fundo comum aos levantes militares seria a desarticulação dos laços que envolviam o imperador ao centro e os militares nas franjas do Império, galvanizada pela seqüência de incursões de povos externos rumo às fronteiras romanas, o contexto específico das respectivas áreas que assistiram ao florescer de um usurpador lança luz às causas suficientes que fomentaram cada revolta. Assim, faz-se oportuno esboçarmos um breve quadro acerca de cada um desses levantes.

Ainda em 259⁷, o governador da Germânia Inferior, Póstumo, insurgiu-se contra a autoridade imperial. O interesse imediato do rebelado seria restabelecer as defesas romanas situadas às margens do Reno, uma vez que Galieno as desarticulou no ano anterior ao enviar boa parte das guarnições estacionadas naquela região para sanar as necessidades militares de seu pai no Oriente e, com efeito, expôs as Germânicas e as Gálias às infiltrações dos alamanos e dos francos (BURNS, 2003, p. 259). A tarefa de reassentar os recursos militares – cuja mão de obra foi em parte recrutada entre os bárbaros – impedia que Póstumo empreendesse qualquer ofensiva contra a Itália e as

demais regiões sob o domínio efetivo de Galieno. Mesmo quando Valeriano foi derrotado pelos persas, canalizando uma eclosão de revoltas que debilitavam ainda mais a posição de Galieno, Póstumo não demonstrou intenções de invadir a Península Itálica. Pelo contrário, procurou estabilizar e defender dos ataques dos povos germânicos as áreas que se encontravam sob seu controle⁸.

Por sua vez, Ingênuo, comandante militar na Panônia, foi proclamado imperador no ano de 260⁹. Galieno marchou para a região e rapidamente suprimiu a revolta¹⁰, derrotando Ingênuo na localidade de Mursa. Entretanto, pouco tempo depois, um provável membro da ordem senatorial, Regaliano, também veio a ser aclamado pelas tropas e pelos habitantes daquela região. Esta escalada de levantes na área refletia, a nosso ver, a incapacidade do poder central em salvaguardar a região do Alto Danúbio, que sofria com os avanços dos quados e dos sármatas roxolanos que, inclusive, foram os responsáveis pelo fim de Regaliano.

Em setembro daquele mesmo ano, igualmente sob o impacto da notícia do morte de Valeriano¹¹, os militares lotados no Oriente decidiram escolher um novo imperador. O prefeito do pretório Balista, que acompanhava Valeriano na campanha contra Sapor I, apontou como sucessor daquele um membro da ordem eqüestre de nome Fúlvio Macriano, oficial do exército que também mantinha relações próximas com o desafortunado Valeriano. A idade avançada do indicado levou-o a refutar a honraria, porém não o impediu de proclamar, por outro lado, seus dois filhos, Macriano *Junior* e Quietos. A vitória de Balista sobre os persas após a captura de Valeriano propiciou ares de legitimidade ao governo dos dois filhos de Macriano, que foram inclusive reconhecidos como imperadores em várias áreas do Oriente e no Egito¹². Era inevitável, pois, que em um dado momento tivessem que confrontar Galieno. Doravante, os dois Macrianos, pai e filho, marcharam em direção aos Bálcãs, ao passo que Quietos e Balista permaneceram no leste a fim de sedimentarem sua posição.

No outono de 261, porém, Auréolo, comandante das forças de Galieno, derrotou os dois Macrianos na Trácia; estes últimos foram assassinados por suas próprias tropas após a derrota. Por fim, Quietos perdeu o controle das regiões orientais e acabou perecendo nas mãos dos habitantes de Emesa, na Síria, enquanto que Balista viria a tombar mortalmente ferido em um combate contra as forças de Odenato de Palmira¹³.

No Oriente, logo, Galieno tinha que se sustentar nas forças reunidas por Odenato a fim de manter a estabilidade na região. O imperador se encontrava incapaz de assumir pessoalmente o rechaço aos ataques perpetrados pelos persas, pois se deparava com o governo autônomo de Póstumo em parte considerável das províncias ocidentais, bem como havia a presença dos germanos, em especial dos alamanos, que então controlavam uma área entre o Alto Reno e o Alto Danúbio (os chamados Campos Decumates). Os palmiranos conseguiram defender as fronteiras orientais, e até mesmo recuperaram o controle sobre a Mesopotâmia. Porém, assumiram uma posição cada vez mais independente em relação a Roma, cindindo ainda mais o território do Império.

Neste contexto, a autoridade do imperador Galieno na virada dos anos 250-260 resumia-se a algumas áreas, sobretudo a Itália e as regiões a ela vinculadas, como o Norte da África, a Grécia (e parte da Ásia Menor) e, a duras penas, a Ilíria. Assim, a crise políticomilitar redundou em uma operacionalização do poder fracionada em três regiões geográficas. Logo, o domínio efetivo de Galieno limitava-se ao espaço supramencionado. As Gálias e outras regiões limítrofes, como a península Ibérica, as Germânicas e a Bretanha, compunham a esfera sob o controle de Póstumo. Por seu turno, o Oriente (Síria, Mesopotâmia e grande parcela da Ásia Menor) situava-se no raio de ação dos palmiranos, exceto o Egito, mantido sob a autoridade de Galieno.

Não obstante, a unidade do Império conservou-se inabalada, ao menos teoricamente. Não se denota uma contestação ao sistema imperial em si, isto é, nenhum governante ou usurpador almejou romper com a perspectiva daquela unidade por meio da fundação de novas instituições estatais. Em verdade, a competição pelo poder, que envolvia notadamente os *virii militares* em diferentes cenários, corporifica o aspecto mais saliente do processo que assinalaria, na prática, o fim do regime do Principado. Isto se devia ao fato de que equilíbrio político fomentado no seio da aristocracia imperial durante os dois primeiros séculos de nossa era sofreu considerável abalo em meios a sucessivas crises políticas; a partir destas, germinaria uma estrutura amplamente modificada, marcada, entre outros, por uma maior centralização do poder em torno do imperador e uma decorrente extensão do aparato burocrático (CHASTAGNOL, 1985, p. 41).

Neste ensejo, a necessidade de fazer frente a um estado quase permanente de guerra conduziu o imperador Galieno a modificar as estruturas do exército romano¹⁴,

próprias de um quadro institucional previsto para tempos de paz ou somente para ataques externos de curta duração, locados em uma ou no máximo duas frentes. Até aquele momento, as defesas romanas caracterizavam-se por serem estáticas, ou seja, as legiões permaneciam estacionadas ao longo de uma linha fortificada (o *limes*, por definição) ou, quando preciso, recuavam em conjunto. Esta configuração, no entanto, resultava em forças fragmentadas e isoladas entre si, condições estas que resultavam, na prática, em tropas numericamente inferiores em relação ao invasor em muitos pontos desta linha de defesa. Ademais, ressalte-se o tempo gasto pelas forças romanas em marcha, quando uma ou mais legiões tinham que se deslocar de seu posto original a fim de reforçar a defesa em determinada altura do *limes*. Tendo o inimigo rompido algum ponto, alcançaria o interior das províncias indefeso, podendo saqueá-lo sem grandes problemas (PFLAUM, 1976, p. 109). As simultâneas invasões ocorridas ao norte e a leste, combinadas às guerras civis e usurpações, expuseram a inerente fragilidade do sistema militar romano.

Diante deste quadro crítico, a mobilidade transformava-se em um imperativo. Para tanto, Galieno voltou-se para as forças de cavalaria que integravam o exército, que até aquele haviam sido empregadas em menor escala, se cotejadas à infantaria, enquanto arma de combate por parte dos romanos¹⁵. Saxer (1967 apud DE BLOIS, 1976, p. 27) assinala que Galieno recrutou cavaleiros junto às tropas auxiliares montadas, incorporando-as em brigadas de cavalaria separadas. Estes destacamentos teriam sido constituídos por “dálmatas” e “mouros”, embora seja provável que o imperador os formasse igualmente a partir dos corpos de cavalaria que integravam uma legião e eram compostos aproximadamente por 120 homens.

Os efetivos da nova força de cavalaria instituída por Galieno foram concentrados em entroncamentos viários estratégicos no interior das províncias, a partir dos quais poderiam ser acionados para contrapor-se aos assaltos dos inimigos que se espalhavam território romano adentro com celeridade proporcional à dos invasores. Ou seja, os deslocamentos destas unidades eram operados através do bem organizado complexo de estradas que recortava todo o Império. Sustenta de Blois (1976, p. 27-28) que esta formação particular teria sido reunida originalmente entre os anos 254-258, para fazer frente às tribos germânicas na fronteira renana, talvez reavivando uma experiência

similar àquela de Maximino, o Trácio na Germânia em 235, quando a utilização de cavaleiros originários da Osroena mostrou-se eficaz no embate contra os alamanos.

Iniciada a década de 260, a grande maioria das tropas montadas permaneceu acampada em Milão, visto a ameaça de uma invasão perpetrada por Póstumo, do lado ocidental, e dos alamanos que já controlavam os Campos Decumates e, portanto, se encontravam bem próximos da Itália do Norte (DE BLOIS, 1976, p. 28). Tais efetivos configuravam, assim, um corpo de cavalaria agrupado em torno do imperador e, graças à grande mobilidade que dispunham, poderiam intervir com rapidez em diversas frentes. Estacionado ao norte da Península Itálica, esse corpo de cavaleiros constituía, pois, a espinha dorsal de um exército de campanha centralizado, sob os cuidados do próprio imperador ou de um oficial próximo a ele, formando uma reserva estratégica localizada atrás das legiões, ainda acantonadas junto às fronteiras¹⁶. Foi por meio deste exército de campanha que Galieno conseguiu repelir as incursões efetuadas pelos alamanos e os hérulos durante a década de 260.

Detalhe importante, essas forças móveis deveriam ser comandadas apenas por oficiais de carreira¹⁷, promovidos usualmente dentre os centuriões e os primipilos¹⁸. Tal determinação permite-nos estabelecer uma ponte entre a ideia da proibição imposta aos senadores, como descrita por Aurélio Vítor, e as medidas de reforma do exército romano à época de Galieno (PFLAUM, 1976, p. 111). Por sua vez, o imperador encorajou o crescimento de um grupo de elite formado por altos oficiais, os chamados *protectores*. De acordo com Williams (1997, p. 25-26), Galieno confiava a estes oficiais as mais diversas tarefas, incluindo funções administrativas e financeiras, indicando-nos que o ingresso neste seleto conjunto representava um veio relevante de acesso a altos postos civis e militares.

Tais práticas exprimem um dos efeitos mais significativos das reformas perpetradas por Galieno no meio militar, ou seja, projetou-se um mecanismo independente para a ascensão social dos membros do exército, possibilitando para estes últimos competir com a antiga aristocracia senatorial por poder e autoridade¹⁹. Por conseguinte, os soldados não precisariam depender dos senadores para avançarem em sua carreira (BURNS, 2003, p. 307). Isto assinalaria, igualmente, a sobreposição política dos elementos provinciais – notadamente os ilíricos – à frente do Império, algo

ilustrado pela aclamação de comandantes como Cláudio, o Gótico, Aureliano, Probo, Caro, Diocleciano e Maximiano, que sucederiam à Galieno.

Além disso, o estabelecimento de uma força de cavalaria central permitiu, ao concentrar um contingente considerável de soldados junto do imperador, que este se opusesse rapidamente a qualquer rebelde que se sublevasse²⁰. Configurava, pois, o símbolo de afirmação do poder legítimo contra a usurpação (CHRISTOL, 1975, p. 826). No entanto, esta nova estratégia militar carregava em seu bojo um risco político: se houvesse a necessidade de delegar a terceiros o comando sobre esta força, como ocorrera várias vezes, os indivíduos encarregados dessa função tornar-se-iam por tabela os indivíduos dotados de maior poder (e, logo, os mais perigosos) dentre os auxiliares do imperador. Auréolo iluminará tal proposição, ao sublevar-se contra o imperador em 268 (WILLIAMS, 1997, p. 25).

Resta, todavia, a questão a ser respondida: as alterações promovidas por Galieno no meio militar teriam sido igualmente acompanhadas por um efetivo veto aos senadores de integrarem o exército e comandarem as tropas, como assevera Aurélio Vítor em *Hist. abbrev.* 33.33-34? O debate em torno da questão resulta bastante controverso, justamente porque, como posto anteriormente, a existência do edito foi relatada tão-somente por Aurélio Vítor em sua abreviada obra. Posto desta maneira, as conclusões quanto à historicidade do mesmo dependem em grande medida de uma análise das poucas inscrições e papiros que atestam a evolução das carreiras militares de determinados indivíduos durante o século III.

Tradicionalmente, o comando das legiões durante a época do Principado concentrava-se nas mãos da ordem senatorial. O legado senatorial (*legatus legionis*) era o encarregado de encabeçá-las, seguido pelo tribuno militar laticlavo, função essa dotada de menor responsabilidade e de limitado valor formativo, exercida por senadores em início de carreira. Ao comando da legião, o prosseguimento da carreira de um senador poderia efetuar-se sob a forma de um governo proconsular ou outro cargo igualmente prestigioso, como preconizava a concepção difundida no mundo romano de que “o homem público devia exercer indiferente e alternadamente cargos civis e comandos militares” (PETIT, 1989, p. 92). Logo, não se tratava de soldados em tempo integral; porém, a eles estavam reservados os principais postos de comando do exército imperial. As condições do século III, como colocado acima, desnudaram a inadequação

do sistema militar romano e demandavam homens com maior experiência prática, isto é, os soldados regulares que advinham dos mais baixos estratos sociais.

Neste sentido, as evidências epigráficas caminhariam na direção sinalizada pela descrição efetuada por Aurélio Vítor quanto à proibição de Galieno. O ponto essencial é que as inscrições que dispomos não atestam, de fato, qualquer tribuno laticlavo de legião a partir da segunda metade do século III. O último por nós conhecido data de maio do ano 249: trata-se de Júnio Tiberiano, tribuno militar laticlavo da décima legião *Gemina Pia Fidelis Deciana*, estacionada em Vindobona, na Panônia Superior, segundo consta no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, III, 4558 (apud ROMAN, 2001, p. 416)²¹. Os tribunos angusticlavos, provenientes da ordem equestre, os substituíram em seu ofício.

Mais importante ainda, o último legado de legião que conhecemos é C. Júlio Salústio Saturnino Fortunaciano, governador propretor da província da Numídia e comandante da terceira legião *Augusta Galliena* no período entre 260-262²². Deste momento em diante, os legados senatoriais cederam lugar aos prefeitos equestres de legião²³, provavelmente os antigos *praefecti castrorum* (“prefeitos do acampamento”), suplantes naturais dos legados. Existem indícios, portanto, que nos permitem aventar que, a partir dos inícios da década de 260, não se encontravam mais comandantes militares de origem senatorial. Ora, tal momento coincide com as mudanças empreendidas por Galieno no exército imperial e, com efeito, fornecem substância à informação postulada por Aurélio Vítor.

Pois bem, à luz do material epigráfico, podemos balizar à época de Galieno o desaparecimento dos comandantes laticlavos de legião. Em assim sendo, resta analisar se tal ausência resultou efetivamente de um instrumento jurídico, como estipulou Aurélio Vítor.

Chastagnol (1992, p. 209) acredita que “a medida [ie., o “edito”] teve evidentemente notáveis conseqüências administrativas, em especial a substituição em muitas províncias de governadores de nível senatorial por cavaleiros”. Desta forma, Chastagnol reconhece uma relação de causa e efeito entre um eventual edito pronunciado por Galieno e a evolução observada no tocante à administração das províncias imperiais ao longo dos anos 250-280²⁴, sinalizando que as províncias imperiais pretorianas – dotadas de apenas uma legião – foram todas confiadas a

praesides de nível eqüestre, em substituição aos legados senatoriais. As províncias imperiais consulares, que concentravam um número variado de legiões, apresentariam um grau maior de complexidade e nestas se estabeleceria uma alternância entre legados e *praesides*. Entretanto, os legados exerceriam apenas funções administrativas, enquanto que a iniciativa militar concentrar-se-ia nas mãos dos prefeitos eqüestres de cada legião, que não respondiam ao governador (CHASTAGNOL, 1992, p. 209-210)²⁵.

Entretanto, Pflaum (1976, p. 109) considera que a medida abrangia somente os comandos militares, tal como afirmou, de maneira pura e simples, Aurélio Vítor em *Hist. abbrev.* 33.33-34. Neste caso, portanto, a proibição de Galieno não se estenderia à administração provincial. Prova disso se vislumbraria no que tangia à Celessíria, importante área do ponto de vista militar, posto que se avizinhava do território sassânida, para a qual se atesta senadores encabeçando a administração mesmo ao tempo de Diocleciano e Maximiano²⁶. Sob essa ótica, a intenção de Galieno, ao impedir que os senadores liderassem as legiões, seria a de evitar que o espectro das guerras civis assumisse dimensão incontornável; em outras palavras, o imperador teria pretendido impor um obstáculo às rebeliões provinciais levadas a cabo por membros da ordem senatorial e, por isso, teria excluídos os últimos das fileiras do exército. Mas não poderia tolhê-los da administração civil, uma vez que isso significaria “extrair do Estado romano o seu profundo conteúdo ideal e a configuração que lhe era própria” (MAZZARINO, 2005, p. 549).

Diante de quadro tão incerto, ajuizamos que resulta impossível determinarmos a existência objetiva de um edito promulgado por Galieno, por meio do qual a ordem senatorial foi alijada do exército imperial, dada a inexistência de evidências diretas que comprovem o postulado de Aurélio Vítor. Contudo, tal constatação não inviabiliza por completo a proposição do historiador, pois que esta lança luz a uma realidade social de meados do século III, qual seja, a ausência de senadores no meio militar e, com efeito, se encaixa ao sentido denotado pela reforma militar promovida pelo imperador²⁷. Logo, parece lícito empregar o termo “edito” para se referir à questão, visto que, como ensina Polverini (1975, p. 1034), o conteúdo a ele atribuído expressa o cerne de um processo de subtração dos fundamentos, sobretudo o militar, que sustentavam a autoridade política dos senadores, em curso ao longo do século III.

Neste sentido, pois, podemos aventar que o edito de Galieno concernia a um ato sobretudo técnico, que visava garantir maior eficiência às ações militares e destinado a assegurar a sobrevivência de Roma e, desta maneira, de modo algum concebido explicitamente contra a ordem senatorial (ROMAN, 2001, p. 414). Os senadores mostravam-se inaptos para a vida militar, pois a formação que adquiriam era sobremaneira ligada às letras e à retórica e desinteressada pelo árduo ofício das armas²⁸. Acrescente-se também que havia a preocupação de se afastar tais indivíduos dos postos de comando do exército a fim de evitar as derrotas externas, assim como dificultar o retorno a uma situação análoga àquela observada no ano de 238 e os seus seis imperadores, impedindo que ricos senadores construíssem laços estreitos com parte dos soldados de uma maneira tal que reunissem condições de escolher os imperadores (DE BLOIS, 1976, p. 206).

A substituição dos legados senatoriais por prefeitos equestres à frente das legiões se situa, tenha sido fruto de um edito ou não, como um elemento que se integra a um processo de transformação das estruturas políticas imperiais²⁹, ladeando-se ao incremento expressivo da quantidade de *praesides* à frente do governo das províncias. Isto não significa dizer, contudo, que tal substituição tenha sido a origem do aumento do número de *praesides* na administração provincial. De qualquer modo, todo esse processo nos relembra a capacidade flexível das instituições romanas, que foram sendo adequadas às novas condições sociais do século III.

Diante destas considerações, asseveramos que a medida não corresponderia a uma manifestação premente de hostilidade perante o Senado por parte de Galieno que, vale recordar, era oriundo daquele – ao contrário de seus sucessores originários das regiões ilíricas. As fissuras provocadas a partir da captura de Valeriano expuseram a debilidade do poder imperial que, por seu turno, exigiram a adoção de novas práticas a fim de garantir a manutenção do Império. Entretanto, uma possível interdição imposta aos senadores jamais iria ser aceita de bom grado por aqueles, pois afetava o orgulho, o “amor-próprio” da ordem senatorial, ciosa dos valores marciais que compunham o *mos maiorum*, do qual emergiam como os representantes por excelência. Além disso, mesmo considerando o edito em meio a uma síntese de longa duração entre as ordens equestre e senatorial no decorrer de boa parte do século III e início do século IV, que se

cristalizaria à época de Constantino (306-337), tal processo não se efetivou de maneira insensível e sem que houvesse oposição entre interesses diversos.

Sendo assim, os senadores não poderiam aceitar a situação de incapacidade manifestada por ocasião das práticas políticas adotadas por Galieno, posto afrontar a *dignitas* daqueles e, logo, tornou-se mesmo imperativa a condenação do homem odioso responsável por tamanho acinte. Embora não caiba analisar aqui, podemos concluir que a imagem de Galieno confeccionada nas fontes latinas não-cristãs exprime o inconformismo aflorado no âmago da elite senatorial diante das medidas adotadas nos inícios da década de 260.

BIBLIOGRAFIA

ALFÖLDY, G. Der Heilige Cyprians und die Krise des römischen Reiches. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, vol. 22, n. 3, 1973, 479-501.

AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975. (Collection des Universités de France).

BURNS, T. S. The barbarians and the “crisis” of the Empire. In: _____. *Rome and the barbarians*. 100 B.C.–A.D. 400. Baltimore; London: John Hopkins University Press, 2003. p. 248-308.

CHASTAGNOL, A. *L'évolution politique, sociale et économique du monde romain de Dioclétien à Julien*. La mise en place du régime du Bas-Empire (284-363). 2e éd. Paris: SEDES, 1985. (Regards sur l'histoire, 47).

_____. *Le sénat romain à l'époque impériale*. Recherche sur la composition de l'assemblée et le status de ses membres. Paris: Les Belles Lettres, 1992.

CHRISTOL, M. Les règnes de Valérien et de Gallien (253–268): travaux d'ensemble, questions chronologiques. In: TEMPORINI, Hildegard. (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; New York: de Gruyter, vol. II.2, 1975. p. 803-827.

CIZEK, E. L'empire avant l'avènement d'Aurélien. 2eme. ed. In: _____. *L'empereur Aurélien et son temps*. Paris: Les Belles Lettres, 2004. p. 27-88.

DE BLOIS, L. *The policy of the emperor Gallienus*. Leiden: Brill, 1976.

_____. The third century crisis and the Greek elite in the Roman Empire. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, vol. 33, n. 3, 1984, 358-377.

EUTRÓPIO; AURELIO VÍCTOR. *Breviário; Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Gredos, 1999. (Biblioteca clásica Gredos).

GRANT, M. *The collapse and recovery of the Roman Empire*. London; New York: Routledge, 1999.

MAZZARINO, S. *L'impero romano*. 15. ed. Roma; Bari: Laterza, vol. 2, 2005.

MILLAR, F. P. Herennius Dexippus: the Greek world and the third-century invasions. In: *Journal of Roman Studies*, London, vol. 59, n. 1/2, 1969, 12-29.

PETIT, P. *A paz romana*. Tradução João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1989. (Nova Clio).

PFLAUM, H.-G. Zur reform des Kaiser Gallienus. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, vol. 25, n. 1, 1976, 109-117.

POLVERINI, L. Da Aureliano a Diocleziano. In: TEMPORINI, Hildegard. (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; New York: de Gruyter, vol. II.2, 1975. p. 1013-1035.

ROMAN, Y. *Empereurs et sénateurs*. Une histoire politique de l'Empire romain. Paris: Arthème Fayard, 2001.

SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE. *The scriptores historiae augustae*, with an English translation by David. Magie. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, vol. III, 1998. (Loeb Classical Library).

TOMLIN, R. S. O. The army of the Late Empire. In: WACHER, John. (ed.). *The Roman world*. London; New York: Routledge, vol. 2, 2002. [1987]. p. 107-131.

WILLIAMS, S. Crisis. In: _____. *Diocletian and the Roman recovery*. New York; London: Routledge, 1997. [1985]. p. 13-38.

NOTAS

¹ Podemos citar também, como fonte de informação, os tratados compostos por São Cipriano na década de 250, época marcada por uma epidemia de peste que se espalhou por todo o Norte da África e alcançou até a Ilíria. Na epístola *A Demétrio*, escrita em 252 ou no ano seguinte, o bispo de Cartago apresenta um retrato sombrio da sociedade imperial de seu tempo, no qual as catástrofes naturais, a peste e a fome se avolumavam e se complementavam. Ainda que, nos termos do discurso do autor cristão, os males que acometiam a referida época sinalizassem o fim dos tempos, como resultado da crise moral do paganismo (ALFÖLDY, 1973, p. 493), o texto nos fornece indícios sobre as turbulências que caracterizariam algumas áreas do mundo romano no período.

² Grant (1999, p. 26) afirma que a tradição histórica latina, uniformemente hostil no que concerne a Galieno, foi provavelmente construída em razão da proibição imposta aos senadores. Parece evidente que

a percepção de que Galieno tivesse lançado um ato contrário aos interesses da camada senatorial tenha exercido um papel na solidificação de um ajuizamento deveras negativo. Contudo, podemos apontar duas objeções em relação à interpretação de Grant: em primeiro lugar, não há elementos suficientes para avaliarmos em que medida a idéia do “edito de Galieno” influenciou a memória histórica acerca daquele imperador, pois somente Aurélio Vítor cita tal lei. Além disso, há de salientarmos que o autor insere o edito em uma análise histórica mais ampla, que não se limita à figura do imperador Galieno e seu reinado: em *Hist. abbrev.* 37.5-7, Aurélio Vítor refere-se ao edito em meio a uma pequena digressão acerca da desonrosa condição dos senadores no que tangia à administração imperial, tanto no passado quanto no presente (isto é, no momento em que o historiador redigia sua obra, por volta de 360). Este tema, não obstante, escapa aos objetivos que propomos no presente artigo.

³ Embora engenhosas, as observações de den Boer parecem carecer de maior sustentação. A segunda metade do século III assistiu a emergência de “capitais” funcionais, dentre as quais podemos incluir Trier, Antioquia, além da já mencionada Milão. As necessidades de defesa conduziram os imperadores a residir em cidades localizadas próximo ou a caminho das fronteiras mais ameaçadas. Portanto, esta não foi uma marca exclusiva do governo de Galieno, mas a regra também para seus sucessores. Ademais, não nos soa razoável que os senadores romanos estivessem particularmente ocupados com questões que dissessem respeito à fé cristã ao tempo de Galieno.

⁴ A rápida sucessão de imperadores, como bem ilustram os eventos ocorridos em 253, congrega um dos grandes problemas políticos com o qual a sociedade imperial teve de lidar nas cinco décadas decorridas entre os reinados de Maximino, o Trácio e Diocleciano. Nunca houve uma regra estabelecida ou instituto legal que oficializasse um procedimento no que tangia à transmissão do poder (GRANT, 1999, p. 3). Todavia, no período em questão, a sucessão dos imperadores assumiu uma rapidez alarmante, uma vez que os integrantes do exército muitas vezes assassinavam o imperador reinante e indicavam o seu sucessor que, não raro, findaria por conhecer a morte, de modo idêntico, pouco tempo depois.

⁵ Os persas invadiram as províncias romanas da Síria e da Mesopotâmia em 259. Valeriano se deslocou até aquela região para rechaçá-los, porém foi feito prisioneiro pelos inimigos nos arredores de Edessa, cidade da Mesopotâmia, na primavera ou início do verão do ano seguinte (CHRISTOL, 1975, p. 820) e veio a falecer em cativeiro, algo inaudito no que concernia a um imperador romano.

⁶ Estes grupos seriam os precursores das confederações bárbaras que emergiriam ao final do século. Provavelmente, estes ataques tinham apenas propósitos defensivos, por ocasião de alguma agressão promovida pelos legionários romanos ou tinham por objetivo promover saques nas áreas imperiais que se encontravam nos arredores dos locais onde as comunidades germânicas estavam assentadas. Neste caso, uma aglutinação de forças poderia facilitar a incursão nas fronteiras romanas, que poderia se estender até mesmo por um ano.

⁷ Grant (1999, p. 23) situa-o em 260. Quanto à dificuldade em datar os eventos ocorridos no período abarcado, ver abaixo, n. 9.

⁸ O chamado Império Gálico (259-274). Neste sentido conservava as instituições, a língua e a religião romana no interior dos territórios que englobava, porém não a autoridade do governo central de Roma.

⁹ A cronologia destes eventos, na realidade, resulta em uma tarefa assaz delicada para o moderno historiador. A escassez de evidências epigráficas, no que concerne à emergência destes reclamantes ao trono, impede a realização de um trabalho prosopográfico mais aprofundado, ao que se associa à falta de dados cronológicos mais precisos nas fontes literárias que abrangem o período, casos de Aurélio Vítor, Flávio Eutrópio ou a *História Augusta*. Desta feita, Christol (1975, p. 815) advoga que a rebelião encabeçada por Ingênuo ocorreu dois anos antes, quando da morte do jovem César Valeriano, filho de Galieno que se encontrava sob os cuidados do futuro usurpador. A frágil posição deste último após a fatalidade ocorrida com Valeriano Júnior teria precipitado a revolta. Aurélio Vítor (*Hist. abbrev.* 33.2), porém, diz que Galieno “venceu Ingênuo, [...] a quem se tinha apoderado o desejo de governar após conhecer o desastre de Valeriano [ie., o pai de Galieno]”, afirmativa esta que se confronta com a proposta de Christol.

¹⁰ Escorado sobre as fileiras de cavalaria, para as quais dedicaremos nossa atenção abaixo.

¹¹ Esta série de rebeliões ocorridas quando da captura ou após a morte de Valeriano pelos persas talvez indiquem que, aos olhos dos contemporâneos (ou, ao menos, no que se refere a certos oficiais do exército), Galieno não usufruísse a mesma autoridade que seu pai. Ou seja, a senioridade de Valeriano sobrepor-se-ia ao filho – ainda que, legalmente, o poder fosse compartilhado por ambos os *Augustos*. Neste sentido, quiçá Galieno não dispusesse de autoridade suficiente para ocupar o trono na condição de único e legítimo imperador (e sucessor de seu pai nas áreas orientais).

¹² O prefeito do Egito, Mússio Emiliano, apoiou a proclamação dos filhos de Fúlvio Macriano e, quando da queda destes, não lhe coube alternativa senão rebelar-se contra Galieno. Este enviou tropas para a área sob a chefia de Aurélio Teodoto, que sufocou a revolta. Mússio Emiliano morreu em março de 262.

¹³ Aliada de Roma, a cidade de Palmira constituía um reino quase autônomo postado às margens da fronteira da Síria romana. Palmira caracterizava-se por uma intensa atividade comercial, dada sua privilegiada localização, a meio caminho de distância entre o mar Mediterrâneo e o rio Eufrates. Ao longo da década de 250, tendo em vista que o número de soldados romanos não se mostrava suficiente para atuar em diversos e simultâneos palcos de guerra, Valeriano viu-se obrigado a se apoiar cada vez mais no rei Odenato de Palmira a fim de conter a pressão exercida por Sapor I sobre as províncias romanas da Síria e da Mesopotâmia. Portanto, os palmiranos revelavam-se como importantes peças no jogo militar que envolvia a manutenção do territorial imperial naqueles tempos.

¹⁴ Faz-se salutar lembrarmos que as medidas preconizadas por Galieno abrangiam, obviamente, apenas a parcela do Império que se encontrava sob seu efetivo controle. Logo, não concerniam à totalidade do mundo romano em si.

¹⁵ Tomlin (2002, p. 108) esclarece que Trajano (98-117) e Septímio Severo (193-211) lançaram mão de forças independentes de cavalaria nas respectivas guerras que empreenderam. No entanto, foi somente ao tempo de Galieno que, pela primeira vez, tais forças foram agrupadas sob as ordens de apenas um comandante.

¹⁶ Grant (1999, p. 37) estipula em torno de 30 mil o efetivo deste exército móvel de Galieno e lembra que se tratava de uma instituição bastante custosa, visto que à alimentação diária dos soldados somava-se uma equivalente manutenção dos animais, agravando o peso dos militares no cômputo das finanças imperiais.

¹⁷ Indivíduos que possivelmente eram filhos de soldados e, pois, traziam consigo uma familiaridade com a vida na caserna desde a infância. O comando de um conjunto destas unidades em determinada região, configurando uma força ainda mais extensa, ficava a cargo dos *duces*, o que oferecia um novo patamar para a ascensão dos oficiais regulares.

¹⁸ Ou seja, o primeiro centurião da primeira coorte.

¹⁹ Cabe salientar, contudo, que se o Senado romano enquanto entidade política sofria mais um abalo, enquanto grupo social os senadores ainda conjugavam um formidável poderio econômico e social, desfrutando de imenso prestígio no interior da sociedade imperial (DE BLOIS, 1984, p. 359).

²⁰ Como atestado pela derrota de Ingênuo na Panônia.

²¹ Devemos ressaltar que, no que se refere aos tribunos laticlavos, Chastagnol (1992, p. 209) alerta que existem outras inscrições, não datadas de maneira expressa, mas que poderiam nos conduzir às décadas de 250 e 260.

²² Cf. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, VIII, 2797 (apud PFLAUM, 1976, p. 113).

²³ Sob a titulação de *agens vice legati*, isto é, “aqueles que agem em nome do legado”. Recordemos, porém, que esta prática de substituição se delineava há algum tempo. À época de Septímio Severo, foram criadas três novas legiões e, ao contrário de todas as demais legiões então existentes (à exceção do Egito), foram instituídas sob as ordens de um prefeito (*praefectus legionis*), usualmente um oficial dotado de vasta experiência, selecionado dentre os primipilos, e não um legado advindo da ordem senatorial (TOMLIN, 2002, p. 107).

²⁴ Tendo em vista que as legiões estacionadas nesta modalidade de províncias ficavam sob a autoridade de governadores que pertenciam à ordem senatorial (*legati Augusti pro praetore*), concluir-se-ia que a exclusão referente aos comandos militares afetaria em algum grau a indicação de senadores para a administração provincial.

²⁵ Perspectiva análoga, confirmando a existência do edito, se denota em Cizek (2004, p. 68-69). Contudo, no entender de Christol (1975, p. 827), estas alternâncias corresponderiam a “anomalias” no seio dos quadros administrativos provinciais a partir dos anos 260, algo que colocaria em dúvida “o caráter sistemático” de uma proibição à época do reinado de Galieno.

²⁶ Tal era o caso de L. Artório Pio Máximo, varão claríssimo que governou a Celessíria após o ano de 286, como indica uma inscrição publicada por Seyrig (1937 apud PFLAUM, 1976, p. 113).

²⁷ De Blois (1976, p. 39) advoga que o “súbito desaparecimento” dos legados e tribunos laticlavos relacionar-se-ia a alguma medida postulada por Galieno. Porém, não haveria maneira de determinarmos com exatidão se tal decorreu de um edito oficial ou outro ato de natureza similar, ou se resultou meramente de uma repentina alteração na política de indicação para o comando das legiões. Embora concordemos com o pensamento de de Blois, ressalvemos que não nos soa apropriado concebemos a mudança nos termos de um “súbito desaparecimento”; desde os tempos dos Severos se desenrolava um processo de ascensão dos equestres no âmbito do exército, que passaram a assumir os postos de comando

reservados aos senadores (ver acima, n. 24) e, ademais, o último tribuno laticlavo de quem se tem segura notícia data do ano 249, ou seja, de um período anterior às reformas de Galieno.

²⁸ O edito, neste caso, corroborou um processo que remontava às décadas anteriores. Como indica Burns (2003, p. 296), boa parte dos integrantes da aristocracia imperial já havia se eximido da carreira militar mesmo antes do final do século II, ao passo que os próprios soldados não teriam interesse em obedecer ao comando dos senadores, os quais estavam tão pouco familiarizados e que tampouco se importavam com as realidades de suas vidas.

²⁹ De acordo com Cizek (2004, p. 70), “as repercussões desta medida de Galieno foram imensas para a sorte do Império, para a hierarquia social e militar e para a evolução das mentalidades. Galieno, talvez sem intenção, foi a chaga aberta de uma ampla transformação do exército. Os novos governadores e generais de nível equestre eram ambiciosos, mas de modo algum ligados aos antigo sistema de valores”.

ENSAIO SOBRE A RETÓRICA, A ARGUMENTAÇÃO E A HISTORIOGRAFIA ANTIGA

Pedro Paulo A. Funari

A História é definida por sua forma, antes que por seu conteúdo. O quê é a História? Para que possamos tratar disso, convém começar por diferenciar dois sentidos muito diferentes da palavra ‘História’. Com H maiúsculo, é o nome de uma disciplina, que não se confunde com história, aquilo que ocorreu no passado. Em nossa língua, assim com em diversas outras línguas de origem latina, história costuma designar, a um só tempo, aquilo que se passou e o relato sobre o passado. Os dois termos, contudo, não se confundem. Em alemão, diferencia-se, de forma clara, o passado, aquilo que se passou (*die Geschichte*) e o relato do passado (*die Historie*), usando o alemão o verbo ‘passar, acontecer’ (*geschehen*) para cunhar o termo *Geschichte* (literalmente, “o Passado”).

Notemos que a própria palavra História, hoje tão corriqueira, é uma adventícia, um termo erudito que não possui sentido em nossa língua portuguesa ou em qualquer das outras línguas modernas ocidentais. *Historie*, *history*, *histoire*, *storia*, História, nenhuma delas encontra explicação para seu sentido no alemão, inglês, francês, italiano ou português. *Historia* é uma palavra do grego antigo, derivada de *histor*, “investigar, pesquisar” e significava, em sua língua de origem, “pequisa” em geral. Este sentido lato da palavra, de certa forma, ainda persiste em português, por exemplo na expressão “História Natural”.

Heródoto foi o primeiro a usar a expressão *historia* para designar uma pesquisa sobre as causas dos conflitos entre gregos e persas, incluindo uma investigação sobre o passado, mas não restrito a ele. Heródoto investigou os costumes dos povos, ouviu seus relatos sobre seu passado e redigiu um grande apanhado que trata, ao mesmo, do presente de sua época e do passado. Heródoto, já na antigüidade foi, por isso, chamado de pai da História, pois ele inventou uma nova forma literária, um novo gênero: o relato de pesquisa que inclui o passado. O termo *historia* passou, assim, a designar uma forma de expressão

literária, preocupada com a *aisthesis*, com a percepção e com a impressão estética que este relato causa no leitor. História como gênero literário, iniciado por Heródoto, continuará no Ocidente até o século XIX, quando da introdução de novos conceitos, como veremos adiante.

Tucídides será o grande consolidador da nova forma literária História, com seu relato sobre a Guerra do Peloponeso. Sua narrativa, assim como para Heródoto, parte do presente, da busca das causas (*aitiai*) da Guerra que testemunhou entre os próprios gregos. Tucídides, testemunha ocular de muitos episódios que narra, recria, em sua obra, inúmeros discursos de personagens, como no caso notável de Péricles. Os discursos foram escritos por Tucídides e são verdadeiros exercícios de retórica e, em certo sentido, podemos dizer que a própria forma literária História é filha direta da Retórica e esta da Pólis democrática.

De fato, foi a vida cidadina, a disputa em praça pública, por meio do embate de um *rhetor* (“autor de uma arenga”) com outro, que surgiu a nova forma de expressão. A *polis* criou o cidadão (*polités*), sujeito autônomo em seu poder de fala em praça pública. A *agorá* (praça do mercado e local de reuniões da assembléia) era o local onde se podia falar (*legein*), juntar (*legein*) conceitos e argumentos, em um discurso (*logos*), resultado da razão (*logos*). O conceito mesmo central de *logos* deriva da importância da arte da persuasão retórica (*peithein*).

A forma narrativa “História”, neste contexto, não poderia deixar de representar um tipo específico de persuasão, de retórica sobre as causas dos acontecimentos. Heródoto e Tucídides não queriam apenas narrar ou explicar, defendiam, mirando-se nos *logoi* da praça pública, um ponto de vista sobre a sociedade da qual faziam parte, Atenas, e seu sistema político, fundado, precisamente, na *isegoria* (“igualdade de fala, liberdade de expressão”). Assim como os discursos, a narrativa histórica deve convencer pela beleza, *forma*, palavra latina que significa, a uma só vez, a aparência e a formosura e que bem traduz os conceitos gregos de *morphé* (forma), *skhêma* (esquema), *taksis* (ordem), pois a forma implica uma estruturação, uma ordenação dos argumentos e dos elementos.

A forma histórica consolida-se, a partir do século V a.C. e perdura, em ambiente latino, calcada em recursos narrativos retóricos, em particular nos discursos reportados em linguagem direta ou indireta. Essa narrativa histórica aparece, também, na iconografia

antiga, como no famoso mosaico da Casa do Fauno, em Pompéia, baseado em pintura de época helenística, da Batalha de Issus. O mosaico pompeiano deve ter sido executado antes de 100 a.C. e reproduz, com relativa fidelidade, o original. O tema do confronto entre Alexandre, o Grande, e Dario, entre a civilização helênica e o mundo oriental, consubstanciava-se, de forma extraordinária, nesta representação. A ordem (*taksis*) das tropas gregas opõem-se à desordem das fileiras persas, assim como a razão (*logos*) se contrapõe à *desrazão* oriental. Alexandre é apresentado com suas feições, semelhante aos seus companheiros, um homem entre homens, a comandar pela razão e em nome da razão. Dario aparece todo paramentado, um soberano que não possui concidadãos, mas súditos, constituindo não uma *koinonia* (comunidade) sob regras (*nomoi*, “regras feitas pelos homens”), mas um bando, uma horda desregrada que apenas deve obedecer ao *despotés* (“senhor de escravos”) Dario.

Na historiografia contemporânea, inventou-se, à maneira dos gregos, um Oriente em tudo oposto ao Ocidente, irracional, imutável, entregue ao despotismo e cuja libertação dependeria da ação providencial do discurso lógico, da racionalidade e da retórica ocidentais, filhas da Grécia clássica. Ao longo das décadas de domínio colonial, até a descolonização dos anos 1960, fazia-se uma analogia entre a ação civilizadora dos europeus e a vitória helênica sobre o oriente, como Pierre Jouguet deixava claro em 1927 a respeito desta vitória de Alexandre:

“O Helenismo conquistou o Oriente pelas armas da Macedônia e por suas próprias instituições...não há dúvida de que a civilização ocidental se apoia na concepção grega e que ela seja constituída pelo livre jogo das iniciativas individuais. Ao tempo de Alexandre, ela já havia provado sua superioridade” (Jouguet 1927: 35).

A História continua, pois, como uma narrativa impregnada de retórica. Desde o século XIX, a disciplina adquiriu, contudo, feições próprias, abandonando sua postura de forma literária, para constituir-se em ciência, uma forma de conhecimento, *Wissenschaft* (*wissen* significa conhecer). Para Leopold von Ranke, em 1823, a História deveria descrever aquilo que efetivamente aconteceu, *wie es eigentlich gewesen*. Afastava-se, assim, de forma programática, a forma literária, em benefício da descrição positiva do passado, tal como reportado nos documentos. Seria apenas no século XX que o caráter

narrativo, a forma do discurso historiográfico, voltaria à baila e retornaria a preocupação com uma análise da construção do argumento na historiografia.

A retórica, na antigüidade presente, de forma direta, nos discursos dos personagens históricos e na iconografia, aparece, em nossa época, de forma mais mediada. A persuasão dá-se pela uso seletivo das fontes, pelo arranjo dos argumentos, pela seleção de um repertório de imagens e de elementos da cultura material que se conformam à cadeia explicativa posta em marcha pelo historiador. A forma volta a ser importante, a beleza de uma frase ou de título de livro adquire importância e retorna-se, de maneira original, a uma história ancorada na forma, volta-se à forma literária, ainda que em um contexto muito diverso daquele antigo.

Do discurso épico à historiografia na construção dos heróis

A História é uma forma literária surgida no século V a.C., mas o relato é muito anterior. *Mythos* significa, justamente, “relato”, “uma narrativa”, uma “história”, sem qualquer conotação de veracidade ou falsidade. Os mitos são histórias repetidas, trazidas de pai para filho pela repetição. Como diziam os latinos, trazidas e, daí, tornadas *tradição*. Os relatos míticos eram aceitos como parte da transmissão dos antigos sobre o universo, suas origens e seu funcionamento. Segundo essa tradição, haveria os imortais (os deuses), os mortais e os heróis, mortais que podiam se tornar imortais ou deuses. Os heróis foram os principais protagonistas da épica, dos grandes poemas fundadores da civilização grega clássica, a *Ilíada* e a *Odisséia*.

A forma épica corresponde a um período histórico preciso, a uma sociedade aristocrática de princípios do primeiro milênio a.C. Os heróis representam bem essa sociedade aristocrática, pois são os “melhores” (*aristoi*), superiores aos outros, mas, em princípio, simples mortais, mesmo se filhos de deuses ou deusas. Não se distinguem dos outros mortais, não são invulneráveis ou possuem poderes físicos ou metafísicos extraordinários. Representam, contudo, a excelência humana, grandes, belos, fortes, são os nobres reis e poderosos guerreiros. São dotados de coragem, a quintessência da aristocracia, como mostra um passo qualquer da *Ilíada* (XII, 310-322):

“Glauco, porquê nos dão tantos privilégios na Lícia, lugares de honra, carnes, taças cheias? Porquê nos tratam todos ali como se fossemos deuses? Porquê possuímos, às margens do Ksanto, uma imensa propriedade, uma bela herdade apropriada tanto para a criação como para o cultivo do trigo? Nosso dever, então, não é, hoje, por justiça, estarmos na primeira fila dos Licianos, para responder ao chamado a uma dura batalha? Os licianos encouraçados poderão, assim, se expressar: ‘Não são sem glória, os reis que comandam na nossa Lícia, comem carneiros pingues e bebem o vinho doce escolhido. Possuem também, parece, o vigor dos bravos, já que estão na primeira fileira dos licianos’”.

Possuem glória (*timé*, a boa fama), são como deuses, possuem a coragem dos grandes homens, *areté*. São, também e de forma sintomática, agraciados com grandes propriedades, pois os heróis são uma representação dos *aristoi* que dominavam a sociedade grega arcaica.

A historiografia surgida no século V a.C. virá a florescer em outro contexto, na *polis* onde já não dominam os aristocratas, guerreiros e proprietários rurais. Em Atenas, manjedoura de Heródoto e Tucídides, a *politeia* (“conjunto de cidadãos, república, constituição”) é o conjunto de *politai*, cidadãos de iguais direitos (*isonomia*, “submetidos à mesma lei humana”). Já não é a justiça divina a governar os heróis, a *themis*, mas a ordem jurídica feita pelos homens, por meio de leis (*nomoi*), mutáveis, resultado da ação de membros livres da comunidade. Neste novo contexto, surge a historiografia e os heróis já não são aqueles da épica aristocrática. Tucídides (2, 65) assim descreve Péricles, epítome do novo herói:

Péricles, por sua posição, habilidade e reconhecida integridade, era capaz de controlar, de forma independente, a multidão, conduzir os muitos, em vez de ser conduzido. Nunca tentou obter o poder de forma imprópria e, por isso, nunca teve que adular-los mas, ao contrário, era tão estimado que podia contradizer seus desejos. Quando os via descontrolados de forma insolente e devido às circunstâncias, ele os deixaria alarmados. Se, ao contrário, estivessem em meio ao pânico, de imediato lhes faria tornar a confiança. Em resumo, o que era, no nome o governo do povo, tornava-se, em suas mãos, o governo do primeiro cidadão.

As virtudes do herói já não são aquelas da épica homérica, pois estava centrada em suas habilidades oratórias, no *logos*. Não se tratava de impor decisões, mas de apresentar argumentos bem estruturados, lógicos e racionais, conceitos encapsulados no próprio termo *logos*. O herói não passa de um concidadão, ainda que, por convencimento pela retórica, seja considerado como o primeiro cidadão. No mundo das cidades, só existem cidadãos e as virtudes não estão apenas na força bruta da bravura militar, mas no domínio da palavra.

Como resultado, na historiografia antiga destacam-se os discursos dos grandes personagens, cuja oratória constitui, de certa forma, a prova da sua excelência. O primeiro historiador latino, Salústio, construiu sua narrativa a partir da recriação dos grandes discursos em praça pública. O discurso de Mário, ao assumir o consulado pela primeira vez, homem sem origem nobre e cujos méritos eram só seus, na recriação de Salústio (Guerra de Jugurta, 85), desafiava:

Comparai-me, homem novo, com a arrogância daqueles [sc. nobres], ó concidadãos. Isto que costumam ouvir dizer ou ler, vi ser feito, ou eu mesmo fiz. Aprendem-nas pelo estudo e eu no campo de batalha. Agora, estimai o que vale mais, atos ou palavras? Eles condenam minha condição de homem novo; eu, sua covardia. O que levantam contra mim é um fruto acaso; o que se reprova neles é a desonestidade. Ainda que considere a natureza humana única e comum a todos, penso que o mais nobre é o mais corajoso. E se me fosse dado perguntar, agora, aos pais de Albino e de Béstia [sc. nobres] se prefeririam a mim ou àqueles como descendentes, que pensais que reponderiam, senão que desejavam que seus filhos fossem os melhores?.

O herói não possui nobreza de sangue, não possui nome e sobrenome, não tem antepassados ilustres, só lhe restam seus próprios méritos. Este herói, muito proposadamente, com este discurso, estava por iniciar o recrutamento de proletários no exército romano, em 111 a.C., até então composto somente por quem pudesse se armar. Mário é um herói por méritos próprios, assim como aqueles cuja pobreza serão arrolados na milícia. É pela arenga do herói que Salústio descreve uma importante mudança social, econômica e, em última instância, política. Este processo, iniciado por Mário, irá culminar com seu herdeiro político, Caio Júlio César, outro grande herói, cuja figura marcará o grande historiador moderno Theodor Mommsen, autor de “César, Retrato de uma estadista” (1857), cujas palavras conclusivas são claras: “Assim atuou e agiu César, como nenhum

mortal, antes ou depois dele”. O uso da palavra “mortal”, *Sterblicher*, relaciona o personagem do historiador aos heróis “mortais” da mais alta antigüidade grega.

Não apenas a historiografia expressou, plasticamente, a heroicidade. A Estátua de Augusto como *Pontifex Maximus*, encontrada em 1910 na Via Labicana, em Roma, e hoje custodiada no *Museo Nazionale Romano* representa a expressão material e icônica dessa forma heróica. Augusto está representado em sua maturidade, sua cabeça coberta com uma toga, a sacrificar. A face é representada com *grauitas*, irradiando um ar majestático e de domínio. Augusto é, à semelhança de Péricles, um *princeps*, o primeiro cidadão, nunca rei, um homem de qualidades excepcionais, à maneira de Mário, que se forjou a si mesmo, ainda que patrício (como César). Augusto, título que lhe foi conferido pelo senado, significa “abençoado” pelos deuses e, assim como César, após a morte, sua deificação aproxima, uma vez mais, os mortais dos deuses. Augusto, sintomaticamente, será homenageado pelo maior poema épico latino, a Eneida, de Virgílio e pela mais ampla obra historiográfica romana, a História de Tito Lívio. De certa forma, um ciclo se cumpria.

Agradecimentos

Agradeço aos colegas José Antônio Dabdab Trabulsi, Richard Hingley, Lynn Meskell e Elisabeth Meiksins Wood. Menciono o apoio institucional da UNICAMP, CNPq, e FAPESP. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

BIBLIOGRAFIA

BANN, S., *As invenções da História – Ensaio sobre a representação do passado*, Ed. Unesp, S.P., 1990.

BELEBONI, R.C. “Resenha de Dabdab Trabulsi, J.A. – *Religion Grecque et Politique Française au XIXe siècle. Dionyso et Marianne*”, in: *Boletim do CPA*, nº 8/9, jul.1999/jun.2000, pp. 237-242.

BENTLEY, M. (ed.), *Companion to Historiography*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997.

BUECHNER, K., “Das *uerum* in der historischen Darstellung des Sallust”, *Gymnasium*, 70, 1963, 231-252

DABDAB TRABULSI, J.A., “Uma cidade (quase) perfeita: a ‘cidade grega’ segundo os positivistas”, in *Varia História*, UFMG, Belo Horizonte, jul. 2000, n° 23, pp. 26-41

DABDAB TRABULSI, J.A., *Religion Grecque et Politique Française au XIXe siècle – Dionyso et Marianne*, Paris, L’Harmattan, 1998.

DENCH, Emma. *Romulus’Asylum. Roman identities from the age of Alexander to the Age of Hadrian*. Oxford, Oxford University Press, 2005.

EARL, D.C., “The early career of Sallust”, *Historia*, 15, 1963, 302-311.

EARL, D.C., *The Political Thought of Sallust*. Cambridge, Cambridge University Press, 1961.

ERBSE, Harmut. Die Bedeutung der Synkrisis in den Parallelbiographien Plutarchs. *Hermes* 84: 398-424, 1956.

FUNARI, P.P.A., “Book Review – *Archaeology under fire, Nationalism, Politics and Heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, Meskell, L (ed.)”, in: *World Archaeological Bulletin*, 13, 2001, pp. 82-88.

FUNARI, P.P.A. *Antigüidade Clássica, a História e a cultura a partir dos documentos*, Campinas Editora da Unicamp, 2003, 2ª. edição.

FUNARI, P.P.A., “A guerra de Jugurta, de Salústio”, in: *Letras e coisas: ensaios sobre a cultura romana*, Gráfica IFCH, Campinas, 2002, pp. 19-128.

FUNARI, P.P.A., “Doxa e Episteme: a construção discursiva na narrativa histórica (ou Salústio e a historiografia)”, in: *LPH*, v.3, n. 1, 1992, pp. 22-35.

FUNARI, P.P. A. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo, Annablume, 2003.

FUNARI, P.A.; SILVA, G.J. *Teoria da História*. São Paulo, Brasiliense, 2009.

HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture. Unity, diversity and empire*. Londres, Routledge, 2005.

JOUGUET, P. *L’Impérialisme macédonien et l’hellenisation de l’Orient*. Paris, Albin Michel, 1927.

KLINZ, A., “Sallust als Geschichtsdenker”, *Gymnasium* 85, 1978, 511-526

- KORPANTY, I. “*De uirtute notione Sallustiana*”, *Eos*, 62, 1974, 255-265.
- KOSTERMANN, E., “Das Problem der römischen Dekadenz bei Sallust und Tacitus”, *Festschrift Vogt*, Berlin, De Gruyter, 1972, 381-810
- LEEMAN, A.D., “Formen sallustianischer Geschichtsschreibung”, *Gymnasium*, 74, 1967, 108-115.
- Leo, Friedrich. *Die griechisch-römische Biographie nach ihrer litterarischen Form*. Leipzig, Teubner, 1901.
- LORENZ, B., “Bemerkungen zum uirtus-Begriff bei Sallust”, *Serta Philol. Aenip.* 3, 1978, 149-159.
- MARTIN, P., “L’éthique de la conquête: un enjeu dans le débat entre *optimates* et *populares*”, in: *Il pensiero sulla guerra nel mondo antico*, Vita e Pensiero, Milano, 2001, a cura di Marta SORDI, pp. 141-171.
- MESKELL, L. (ed.), *Archaeology under fire - Nationalism, Politics and Heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, Londres, Routledge, 1998.
- MOMIGLIANO, A. Review of “The Roman Revolution”, by Ronald Syme, *Journal of Roman Studies*, 77-79.
- MOSSMAN, Judith (ed.). *Plutarch and his Intellectual World*. London and Swansea, Classical Press of Wales and Duckworth, 1997.
- MUHR, O., *Die Präposition per bei Sallust*. Viena, Dissertation, 1971.
- MUNSLOW, A. *Deconstructing History*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997.
- ORSTEIN, B., *Salluste*, Paris, Belles Lettres, 1924, e traduzido por Pedro Paulo A. Funari, publicado em *Letras e Coisas: ensaios sobre a cultura romana*.
- PASOLINI, E., “Le prefazioni sallustiane e il primo capitolo del *De breuitate uitae* di Sêneca”, *Euphrosyne*, 5, 1972, 437-445.
- PELLING, C. 1997 "Plutarch on Caesar's fall" in Mossman, Judith (ed.). *Plutarch and his Intellectual World*. London and Swansea, Classical Press of Wales and Duckworth, 1997, pp. 215-234.
- PENNA, A. La, “L’interpretazione sallustiana della guerra contro Giugurta”, *Annali della Scuola Superiore di Pisa*, 28, 1959, 243-284.
- PERL, G. “Die Krise der römischen Republik im Urteil des Sallust”, *Acta Conuentus XI*

Eirene, Varsóvia, 1971, 95-115.

RAMELLI, I., “La dialettica tra Guerra esterna e Guerra civile da Siracusa a Roma”, in *Il pensiero sulla guerra nel mondo antico*, Vita e Pensiero, Milano, 2001, a cura di Marta SORDI, pp. 45-63.

SCARDIGLI, B. *Die Römerbiographien Plutarchs: ein Forschungsbericht*. Munique, Beck, 1979.

SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*. SALÚSTIO, *A conjuração de Catalina e a Guerra de Jugurta*, (traduções de Ingeborg Braren e Antônio Silveira Mendonça), Petrópolis, Vozes, 1990 e em *Antologia Bilíngüe de Escritores Latinos, I. História*, São Paulo, FFLCH-USP, 1991, p. 51.

SYME, R., *Salluste*, Besançon, Centre de Recherches d'Histoire Ancienne, 1982 (original de 1964).

TIMPANARO, S., Sallustio, Cat. 52, 29 e I pronomi personali raddoppiati *meme, tete*, *Contributi di filologia e di storia della lingua latina*, Roma, Ateneo e Bizzarri, 1978, 207-217.

WHITE, H., “O fardo da História”, in: *Trópicos do discurso*, Edusp, S.P., 1994, pp. 39-63.

WOOD, E.M., *Peasant, citizen & slave – the foundation of Athenian democracy*, Verso, Londres, 1988.

AUTORES

Amós Coêlho da Silva

Professor Associado do Departamento de Letras Clássicas e Orientais (UERJ)
amoscoelho@uol.com.br

Claudio Umpierre Carlan

Professor Adjunto de História Antiga (UNIFAL)
claiocarlan@yahoo.com.br

Flávia Regina Marquetti

Pós-doutoranda do Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica (UNICAMP)
fr.marquetti@bol.com.br

Francisco Diniz Teixeira

Mestre (UFG)
chicodinizteixeira@yahoo.com.br

Jorwan Gama

Mestre em História Comparada (NERO/UNIRIO-CEAD/UNIRIO)
jorwanjr@yahoo.com.br

Lalaine Rabelo

Graduanda do Curso de História (UNIFAL/FAPEMIG)
lalainerabelo@yahoo.com.br

Luana de Conto

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFPR)
luana.conto@gmail.com

Lucas Pereira Antunes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ)
lucas.antunes1987@gmail.com

Moisés Antiqueira

Doutorando em História Social (FFLCH/USP)
mantiqpira@yahoo.com.br

Paula Cristiane Ito

Mestre (FIESI)
professorapaulaito@yahoo.com.br

Pedro Paulo Abreu Funari

Professor titular do Departamento de História (UNICAMP)
ppfunari@uol.com.br